

INTRODUÇÃO

A Tapada da Ajuda é considerada um espaço único, inserido na densa malha urbana da cidade de Lisboa, adjacente à Serra de Monsanto. Evidencia-se pelo seu carácter rural e pela variedade de espaços que a constituem, com funções agrícolas, florestais, pedagógicas, de recreio e lazer. Actualmente encontra-se classificada pelo IGESPAR como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 5/2002, DR, 1ª Série-B. nº 42, de 19-02-2002.

O principal objectivo deste trabalho é fazer a análise da Tapada da Ajuda e propor um sistema de percursos e vistas. A realização deste trabalho exige o conhecimento das condicionantes naturais da Tapada e a sua evolução histórica e paisagística, de forma a otimizar o seu potencial e ser possível estruturar uma rede de percursos, associados às vistas mais privilegiadas.

Em primeiro lugar, no Capítulo 1, foi feita a análise biofísica da Tapada da Ajuda, com base em trabalhos e levantamentos previamente realizados. O conhecimento de determinados factores inerentes ao espaço, como as suas propriedades ambientais e componentes paisagísticas e botânicas, permite perceber de que forma a paisagem se desenvolveu ao longo dos anos, e quais os procedimentos correctos de intervenção poderão ser tomados, para potencializar as suas qualidades visuais, cénicas, e proporcionar conforto aos seus utilizadores.

No Capítulo 2, é feito o enquadramento histórico. São apresentados os factos mais relevantes e que contribuíram para a identidade da Tapada da Ajuda como hoje a conhecemos. A pesquisa começa pelo século XVI, com a construção do Paço Real de Alcântara, segue-se o aparecimento da Quinta Real de Alcântara e da Tapada de Alcântara. Nos finais do século XVIII, após o terramoto, a Tapada de Alcântara passa Tapada da Ajuda. Por fim, são apresentados os factos mais importantes, a partir do século XX, até à actualidade, com a origem e evolução da Tapada da Ajuda como Instituto Superior de Agronomia.

No Capítulo 3, são apresentados alguns conceitos fundamentais para a compreensão e desenvolvimento do tema de percursos e de vistas, como a “Imagem do Espaço”, “*Genius loci*”, “Percursos” e “Qualidade Visual da Paisagem”. Por fim, é explicada a Metodologia de Análise Visual aplicada neste trabalho.

O Capítulo 4 refere-se ao Património. Começou-se por apresentar o Património Cultural e Património Natural da Tapada da Ajuda, em seguida é feita referência às entidades e instrumentos legais em vigor (internacional e nacional), que promovem e protegem o Património, ao nível do monumento, arquitectónico, ou ao nível dos jardins históricos, entre outros.

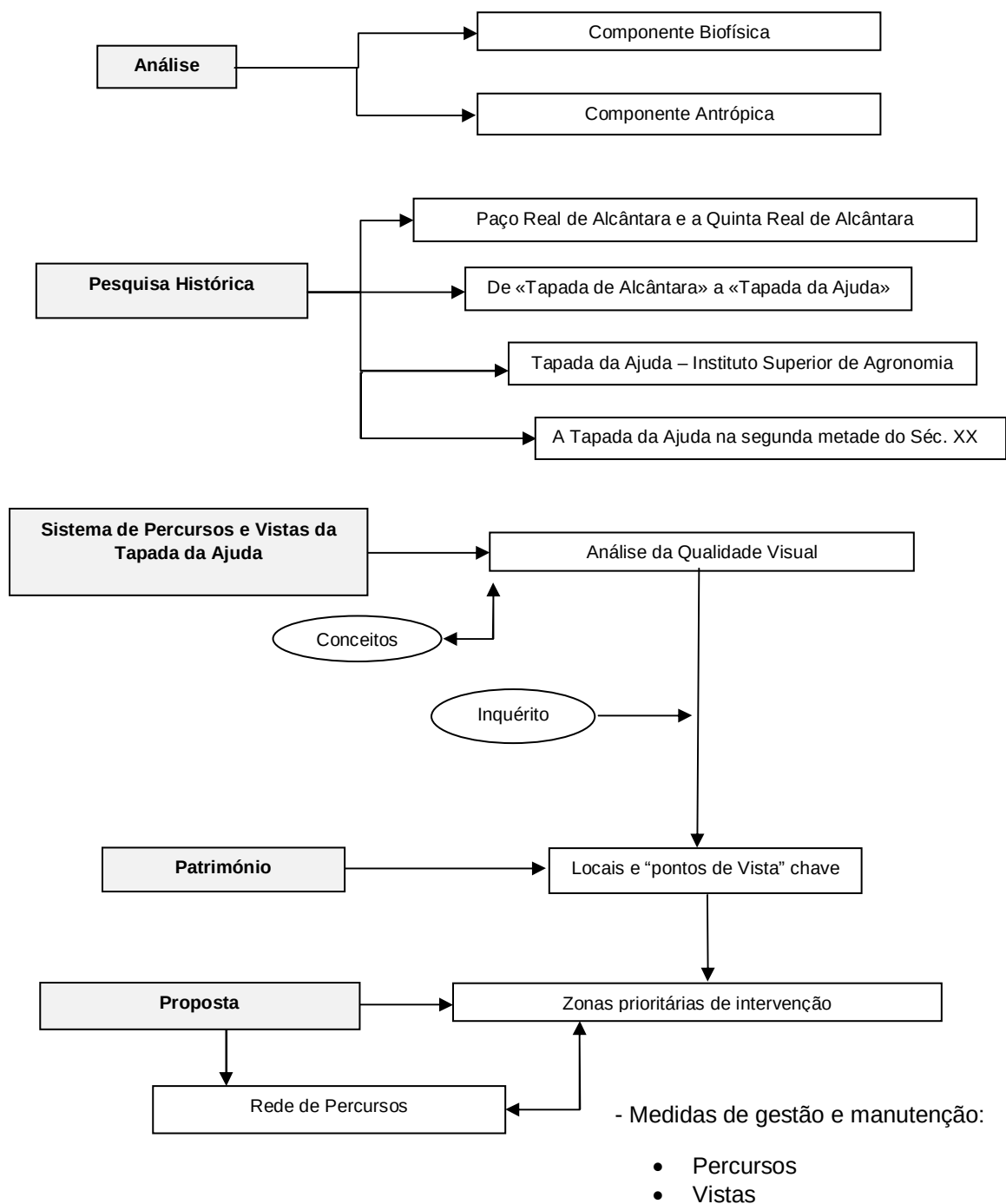
Por fim, o Capítulo 5 trata-se da parte prática deste trabalho, “Análise e Proposta de Sistema de Percursos e Vistas na Tapada da Ajuda”. É então apresentada a proposta de um sistema de percursos, pedonais e de bicicleta, de acordo com os locais e vistas escolhidos como preferidos, suportada por um inquérito realizado ao público. Para alguns casos, foi necessário referir algumas medidas de restauro e recuperação dos espaços mais degradados.

Pretende-se, assim, promover as mais-valias da Tapada da Ajuda, contribuindo para um maior aproveitamento e divulgação do espaço, aliado ao interesse pela Natureza e à qualidade proporcionada aos seus utilizadores.

Metodologia e Estrutura:

O presente trabalho começou pela análise e caracterização exaustiva da Tapada da Ajuda, quer em termos das suas componentes Biofísicas e Antrópicas, como em termos da sua evolução histórica. Depois procedeu-se ao estudo de conceitos associados aos temas de percursos e de vistas. Em seguida são feitas referências ao Património existente na Tapada, são referidas as entidades e instrumentos que protegem e promovem o Património e, no final, é adoptada uma metodologia de classificação do interesse Patrimonial da Tapada, para avaliar o seu valor paisagístico e sociocultural, com recurso a inquérito ao público. Por fim, é elaborada a proposta para o sistema de percursos e vistas.

A Metodologia utilizada encontra-se esquematizada na página seguinte.



Outros dados:

- Trabalho de campo (reconhecimento do espaço)
- Levantamentos antigos
- Ortofotomapa
- Fotografias antigas e actuais
- Instrumentos de Legislação do Património

Capítulo 1 - ANÁLISE DA PAISAGEM

1.1 – Análise Biofísica

O conhecimento aprofundado das propriedades e condicionantes naturais da Tapada da Ajuda, permite-nos fazer uma caracterização do meio, tornando-se, assim, possível avaliar as suas capacidades, minimizar defeitos e introduzir novas práticas, de forma a otimizar o espaço para o conforto humano e restabelecer o seu equilíbrio paisagístico, conduzindo também a um melhor planeamento e gestão na utilização do espaço. A análise tem por base informações recolhidas de trabalhos já realizados por outros autores sobre a Tapada da Ajuda, nomeadamente: Francisco Caldeira Cabral (1936), Mário Azevedo Gomes (1935), António Viana Barreto (1952), João Carvalho Vasconcellos (1956), Ana Maria Sarmento (1969), Manuel Armando Madeira (1973), Isabel Matos (1994), José Luís Veludo Pereira (1995), Pedro Leão Sousa e Susete Couto (1995), Teresa Figueiredo Marques (1995), Natália Cunha (2000), Ana Luísa Beja da Costa (2004) e Carolina Pina (2011).

1.1.1 – Geolitoogia

De acordo com a Carta de Geolitoogia (fig.1), observa-se que a Tapada da Ajuda é composta fundamentalmente por basaltos e basatinóides, que datam do Oligocénico ou Eocénico, excepto numa faixa central que coincide com a zona mais elevada em que as formações são calcárias, onde está inserida a Reserva Botânica Natural, que tiveram origem no andar Turoneano do período Cretácico da Era Mesozóica. Existem também três falhas geológicas que “atravessam” transversalmente a Tapada e, a meio à esquerda, um filão basáltico (PEREIRA, 1995).

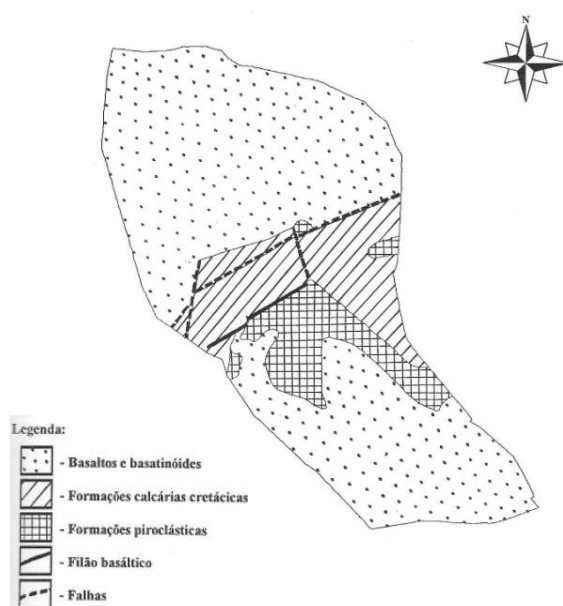
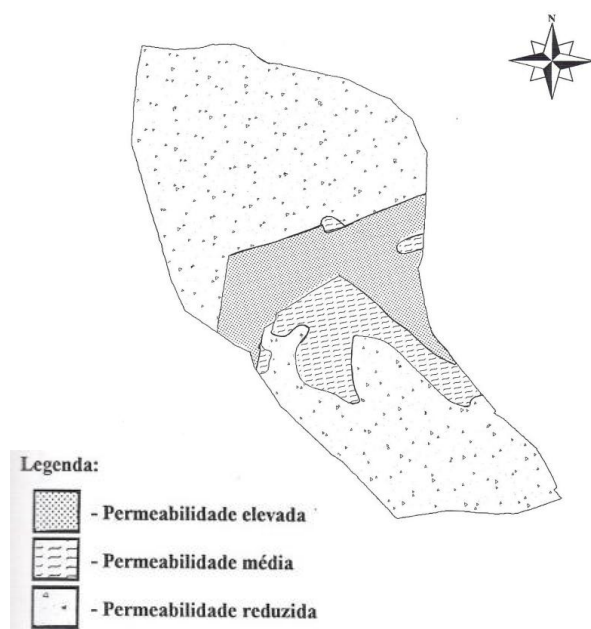


Fig.1 – Carta de Geolitoogia da Tapada da Ajuda
(Fonte: MATOS, 1994, p.5).

1.1.2 – Hidrogeologia

Pela comparação das cartas de Geolitologia (Fig.1) e a de Permeabilidade (Fig.2), percebe-se que os diferentes graus de permeabilidade estão relacionados com o substrato geológico.

Os solos Calcários apresentam-se bastante permeáveis, no entanto, são pobres em matéria orgânica, não permitindo forte desenvolvimento radicular e estão normalmente associados a afloramentos rochosos. Nesta zona da Tapada, encontramos o Zambujal das Pedreira, cuja vegetação é mediterrânica. As zonas basálticas, por outro lado, têm permeabilidade reduzida, a textura é argilosa e por isso a sua drenagem interna é bastante baixa. São solos que apresentam capacidade de campo superior aos calcários, ou seja, são mais férteis e têm maior profundidade (MADEIRA, 1973).



1.1.3 – Solo

Para se conhecer um determinado tipo de solo, este deve ser analisado do ponto de vista físico e químico, analisando dimensão e arranjo das partículas, a sua natureza, proporções e elementos químicos constituintes. Como afirma António Viana Barreto, “o perfil nos dirá a história correcta da evolução do solo. O que ele revelar, mesmo de anormal, é a realidade. E é sobre ele que se deve trabalhar.” (BARRETO, 1952, p.84).

O terreno da Tapada da Ajuda apresenta um aspecto superficial uniforme, em geral de textura argilosa e cor acastanhada ou, em alguns locais, castanho avermelhada. As terras argilosas provenientes de calcários apresentam um tom avermelhado vivo. Na zona do

Zambujal, existem duas manchas pequenas, uma de textura argilosa e cor castanha e outra de textura franca/franco-argilosa de tom amarelo acastanhada (SARMENTO, 1969, p.69).

1.1.4 – Clima

O conhecimento do clima de um determinado lugar é indispensável para a compreensão dos factores ambientais que nele actuam, assim como, para a configuração da própria paisagem (MAGALHÃES, 1996, p.263).

“A influência dos movimentos de massas de ar no balanço térmico da atmosfera e das superfícies determina a sua importância nos climas locais.” (MAGALHÃES, 1992, p.26)

1.1.4.1 - Temperatura do Ar e Precipitação

A temperatura do ar é influenciada pelo relevo, pelo tipo de solo e pela proximidade ou afastamento das grandes superfícies de água (MAGALHÃES, 1992).

Como sabemos, o nosso país tem um clima Mediterrâneo e por isso a distribuição e intensidade de precipitação variam muito ao longo do ano. No Inverno há um excesso de água e no Verão existe escassez desta, recorrendo-se muitas vezes à rega para compensar o baixo valor de água no solo.

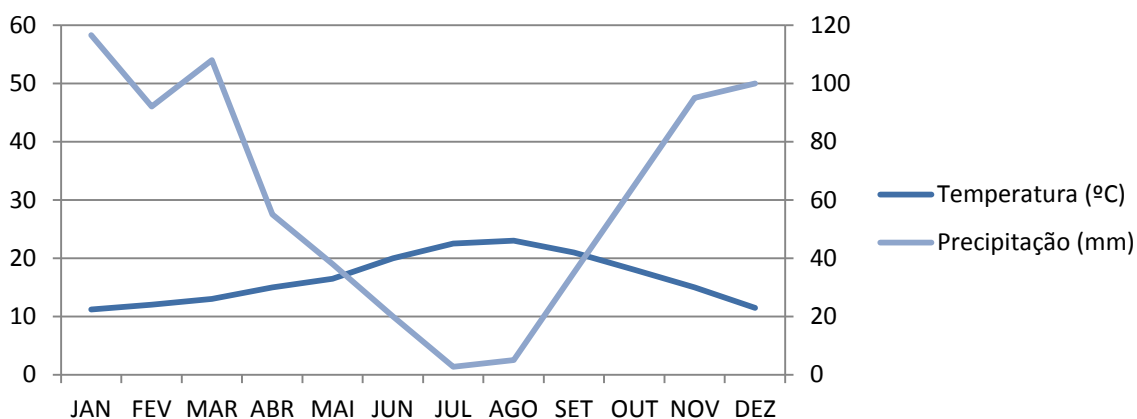


Fig.3 – Diagrama Climático (Ombrotérmico).

Variação da T média diária ao longo do Ano (°C), obtidos na estação meteorológica Lisboa/Ajuda, 1981/90 (departamento de Ciências do Ambiente ISA/UTL) (Fonte: CUNHA, 2000, p.38); Valores médios da quantidade de precipitação (mm), retirados da estação meteorológica Lisboa/Ajuda, nos períodos 1971-80 e 1981-90 (Dep. de Ciências do Ambiente, ISA/UTL) (Fonte: MATOS, 1994, p.11).

A partir da diferença entre as temperaturas médias mensais mais quentes obtém-se a temperatura média máxima, que corresponde a 22,8°C. A diferença entre as temperaturas médias mensais mais frias dá-nos a temperatura média mínima de 11,2°C. Deparamo-nos, assim, com uma amplitude térmica anual relativamente baixa, de 11,6°C, que comprova a forte influência termo reguladora oceânica na Tapada.

O valor médio da temperatura máxima anual aproxima-se dos 22°C, obtido pela diferença do valor máximo diário 29.2°C (Agosto) e o mínimo de 15.1°C (Janeiro). O valor médio da temperatura mínima anual é 11.8°C, pela diferença entre 16.4°C (Agosto) e 7.2°C (Janeiro).

De acordo com o gráfico da precipitação, na Tapada da Ajuda temos um semestre húmido com abundância de chuvas regulares, 78,8% da precipitação anual, e um semestre em que a chuva é bastante menos abundante, com 21,2% da precipitação.

Conclui-se que, pela análise do gráfico (fig.3), os níveis de precipitação são menores nos meses mais quentes e maiores nos meses mais frios.

1.1.4.2 - Radiação Solar

Com base no trabalho de Isabel Matos, o posto Lisboa/Tapada atinge valores de insolação com um valor anual de 2 965 horas, sendo Julho o mês mais quente, com valores de insolação perto das 374 horas. Dezembro e Janeiro, por outro lado, são os que apresentam um menor valor, sendo o registo mais fraco obtido em Janeiro com valor médio de insolação de 153h (MATOS, 1994, p.12).

1.1.4.3 - Humidade do ar

A humidade relativa do ar associa-se a diversos factores que a influenciam, como a humidade absoluta, a natureza do solo e o seu revestimento superficial, o vento, a altitude e a temperatura do ar. No que toca a questões agrícolas e produção de vegetação, a humidade, juntamente com a temperatura, exercem um papel fundamental na Tapada (SARMENTO, 1969, p.40).

Sabendo que uma maior humidade relativa leva a uma evaporação mais lenta, e através da interpretação dos dados referidos anteriormente, conclui-se que mês de Janeiro, como é o mais frio, apresenta uma percentagem bastante superior à do mês de Agosto, o mais quente.

1.1.4.4 - Evaporação e Evapotranspiração

O regime de chuvas é um factor preponderante na evaporação. No entanto, a sua intensidade também é influenciada pela humidade relativa da atmosfera e solo, insolação, temperatura e velocidade do vento (SARMENTO, 1969, p.45).

A evapotranspiração é definida pela quantidade de vapor de água que passa do solo para a atmosfera, directamente ou através da vegetação. É um factor climático que provém,

maioritariamente, da temperatura, da radiação solar recebida, da humidade relativa do ar e do vento. A diminuição da humidade relativa do ar aumenta a ETP (evapotranspiração) e o vento, junto das plantas, faz aumentar a ETP (SARMENTO, 1969, p.46).

Com base nos dados retirados do trabalho de Matos, foram considerados dois métodos para verificar os valores de evapotranspiração: o de Thornthwaite e o de Penman. O método de Penman usa os dados da temperatura do ar, de humidade relativa, da velocidade do vento e de insolação, o que permite uma apreciação mais correcta e rigorosa da totalidade de água perdida no solo. Os valores médios anuais são de 838.4mm e de 1013.2mm pelos métodos de Thornthwaite e de Penman, respectivamente (MATOS, 1994, p.12).

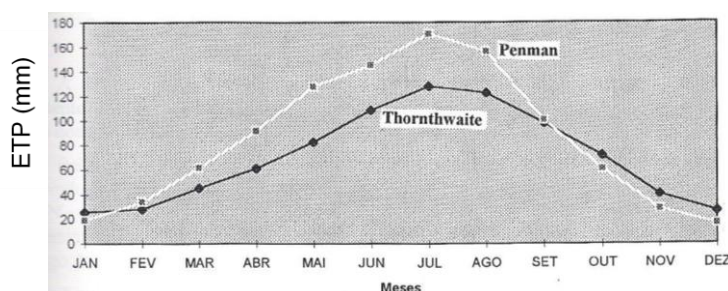


Fig.4 – Gráfico da Evapotranspiração potencial pelos métodos de Thornthwaite e de Penman

(Fonte: MATOS, 1994, p.12)

1.1.4.5 – Vento

Na Tapada da Ajuda, predominam os ventos de Norte, mais regulares durante o Verão, acompanhado pelos de NO (ventos de Verão, que sopram do mar). No Inverno, por vezes, o vento sopra de NE, são frios e muito secos e são o agente da “geada negra” que acentua o período de baixas temperaturas. Estimulam, por isso, a transpiração, e uma redução da humidade do ar e do solo (BARRETO, 1952, pp. 71-78).

Pela posição da Tapada da Ajuda, em que a maioria das encostas está para S, SO e SE, (como veremos na carta de exposições), o vento não é um factor muito condicionante. Além disso, a mata de Monsanto (na zona superior a N e NO da Tapada) acaba por servir de “protecção”. Estes factores também favorecem as elevadas temperaturas verificadas durante o Verão.

1.1.5 - Relevo

O relevo é “um dos factores ecológicos, subjacentes à Paisagem Natural, que mais condiciona a Morfologia da Paisagem e portanto a sua Estrutura.” (MAGALHÃES, 1996, p.243).

1.1.5.1 – Hipsometria

A carta Hipsométrica da Tapada revela um terreno acidentado, com cotas a variar desde os 0-25m na zona Sul (junto ao portão da Ponte) até pontos superiores a 125m a Norte (junto à Serra de Monsanto).

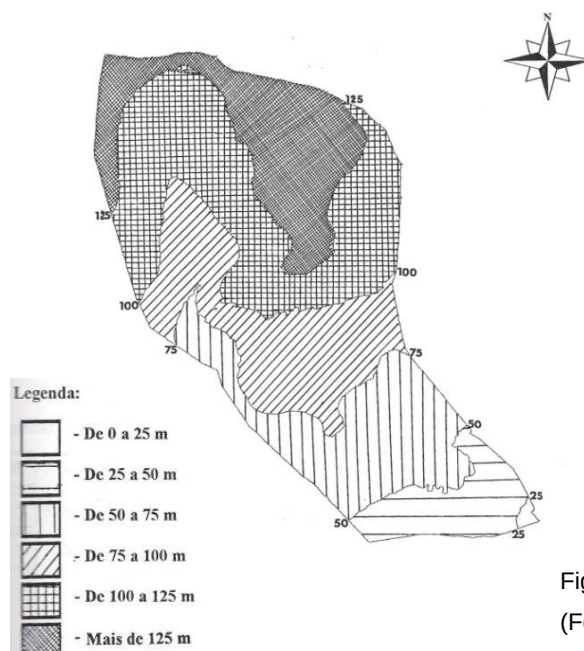


Fig.5 – Carta de Hipsometria da Tapada da Ajuda
(Fonte: MATOS, 1994, p.15).

1.1.5.2 - Declives

Em geral, os declives são baixos, variando entre 0-16%. A zona considerada mais acidentada corresponde à localização do outeiro calcário, onde está a Reserva Botânica Natural, com declives que ultrapassam os 25% (VASCONCELLOS, 1956, p.129)

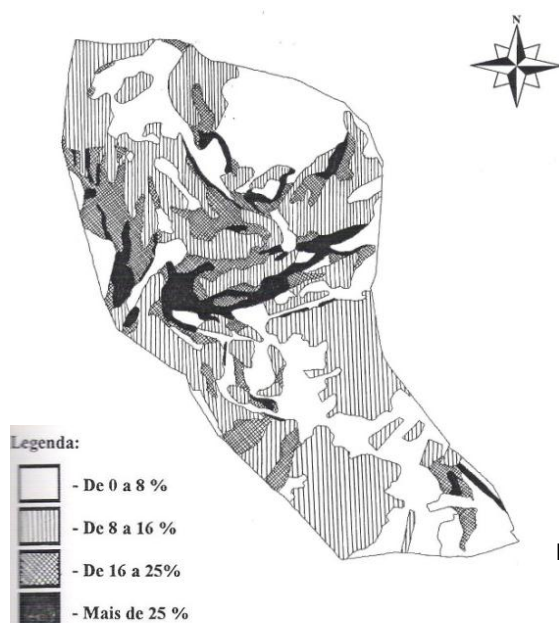


Fig.6 – Carta de Declives da Tapada da Ajuda
(Fonte: MATOS, 1994, p.18).

1.1.5.3 – Exposições

Pela análise da carta de exposições, que reflecte as diferentes orientações tomadas pelas encostas, verifica-se que domina a exposição a Sul, já que toda a Tapada se encontra numa encosta voltada a Sul. (existem algumas pequenas zonas voltadas a Norte, porém pouco significativas). As restantes exposições variam de forma equilibrada entre nascente e poente.

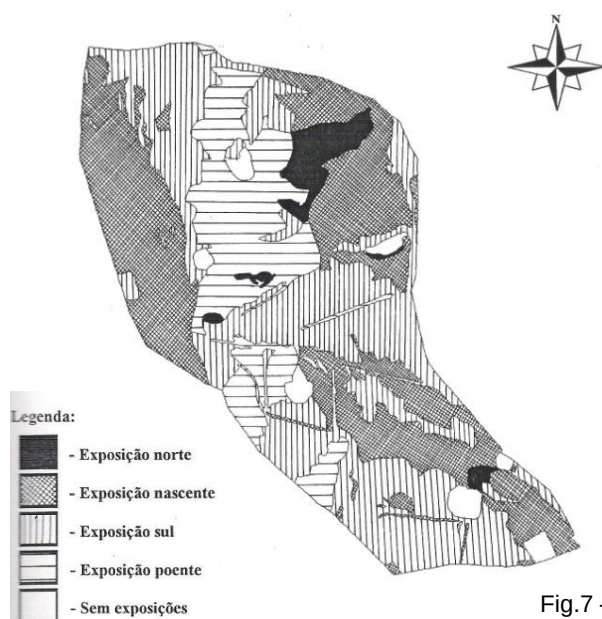


Fig.7 – Carta de Exposições da Tapada da Ajuda
(Fonte: MATOS, 1994, p.20).

1.1.6 - Recursos Hídricos

1.1.6.1 - Água na Paisagem

A água é um elemento com um forte poder modelador de terreno, tanto por acções de erosão, como de corrosão e de sedimentação. No entanto, a sua presença na Paisagem é condicionada por alguns factores como o solo, o subsolo, o declive, e a vegetação, que fazem com que a água se infiltre ou escoe superficialmente. Outro factor preponderante é a intensidade e distribuição da precipitação. (MAGALHÃES, 1996)

1.1.6.2 – Fisiografia

A rede hidrográfica na Tapada é reduzida e “não tem mães de água suficientemente ricas de água nascente...”. (ROSA, 1920 *in* CUNHA, 2000, p.50)

Como se pode observar na carta de Fisiografia, a Tapada é atravessada longitudinalmente por uma linha de fecho principal que se ramifica em fechos mais pequenos,

originando as linhas de talvegue ou linhas de água. A linha de água mais representativa corresponde ao Rio Seco, à esquerda, que vem desde o Norte da propriedade, abrange a Terra da Minas, a Terra do Malho e a Geradora. É importante referir a existência de um canal que corre por um aqueduto (mencionado no capítulo do enquadramento histórico), situado a Sul da Tapada junto ao muro, atravessando pelo jardim do auditório do professor Caldeira Cabral até ao Portão da Ponte.

Pela Tapada encontram-se três lagoas, a “Lagoa Branca” (nº1), a “Pateira” (nº2) e outra junto ao pinhal de Junot (nº3).

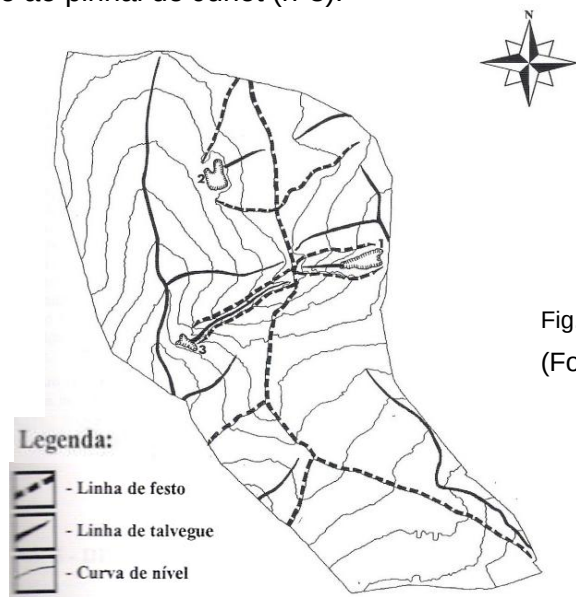


Fig.8 – Carta de Fisiografia da Tapada da Ajuda
(Fonte: CUNHA, 2000, p.51).

1.1.6.3 - Recursos Aquíferos Superficiais

Na Tapada da Ajuda existe uma rede de minas subterrâneas e seria esta rede que alimentava a Tapada e algumas quintas contíguas (GOMES, 1935).

No interior da Tapada existe uma rede de minas, como registo do sistema hidráulico que existia e se estendia pela Serra de Monsanto (PINA, 2011). As minas e furos presentes na Tapada são descritos com base nos trabalhos de Pedro Leão Sousa e Susete Couto (*Os Recursos Hídricos da Tapada da Ajuda – Proposta para uma melhor gestão*, 1995) e de Carolina Pina (*Projectos de Arquitectura Paisagista no âmbito de Planos de Gestão de Paisagens Culturais – Caso de Estudo: O Acesso da Tapada da Ajuda ao Pólo Universitário da Ajuda*, 2011) (Carta das minas no Anexo I):

A “Mina da Geradora” tem um comprimento de 575 metros, largura média de 0.70 metros, altura média de 1,75 metros e um caudal de 0.05 L/s. As paredes da mina são revestidas a alvenaria, apresentam alguma instabilidade e necessidade de limpeza, devido à acumulação de lixo. Existe uma entrada para a mina junto ao campo de rãguebi e outra junto ao tanque

da Geradora. “A tubagem da caleira está entupida devido ao facto da água ser extremamente calcária” (PINA, 2011, p.29).

A “Mina Nordeste da Geradora” possui um comprimento de 138 metros, largura e altura médias de 0,70 e 1,75 metros, respectivamente, e caudal de 0,05 L/s. A mina encontra-se em melhor estado de conservação que a anterior, no entanto apresenta entupimentos e infiltrações, causando o subaproveitamento da sua potencialidade hídrica (PINA, 2011, p.29).

A “Mina Oeste da Geradora” tem 200 metros de comprimento, largura e altura médias de 0,70 e 1,75 metros e um caudal de 0,04 L/s. Não apresenta uma “construção de alvenaria tão cuidada quanto as outras, a água não se deslocava ao longo de uma caleira regular” e a sua ligação ao reservatório da Geradora foi obstruída para fornecer água para os Viveiros florestais (PINA, 2011, p.29).

A “Mina dos Eucaliptos” tem as mesmas dimensões que a anterior e um caudal estimado de 0,02 L/s. Situa-se junto ao portão de Monsanto e a sua água abastecia a rega junto do Pavilhão de Exposições e do Observatório (PINA, 2011, p.30).

A “Mina da Vinha” apresenta 50 metros de comprimento, largura e altura médias de 50 e 1,76 metros, respectivamente. Não foi possível medir o caudal. Localiza-se perto da entrada da Ponte, junto à Vinha, e “pensa-se que antigamente abastecia um palácio da zona do Calvário” (PINA, 2011, p.30).

Os furos da Tapada foram abertos para abastecer habitações e outros edifícios, com intuito de diminuir custos e o consumo de águas da Companhia. O abastecimento contínuo ficou garantido com a construção do Reservatório do Miradouro e uma ligação ao Reservatório do Edifício Principal. Existem seis furos e estão situados no Posto Apícola, na Eira Velha, no Curral da Zootécnica, na Terra Grande e na Vinha, estando os dois últimos desactivados pelo teor salino da água nestes locais (PINA, 2011, pp.30-31).

Existem também três Reservatórios na Tapada, o da geradora, o do miradouro e o de zootécnica, com capacidades de 130, 300 e 25 metros cúbicos (PINA, 2011, p.31).

Vêm-se igualmente ao longo da propriedade a existência de quatro tanques, destinados para armazenar água para rega, e duas lagoas, a «Pateira» e a «Lagoa Branca».

1.1.7 - Vegetação

A vegetação é sem dúvida um elemento que desempenha um importante papel na paisagem, conferindo-lhe valor ambiental e cénico, contribuindo para a sua caracterização e identidade. Vários estudos já comprovaram que um espaço urbano possuir vegetação

melhora a qualidade de vida, nomeadamente ao nível da saúde da população (MAGALHÃES, 1996, p.260).

1.1.7.1 – Coberto Vegetal

Ao longo dos anos, a Tapada sofreu várias alterações, principalmente a partir do século XX, coincidente com a origem do Instituto Superior de Agronomia, em que se deu um grande desbaste de árvores para o aproveitamento dos terrenos para práticas agrícolas e plantações vegetais (BARRETO, 1952).

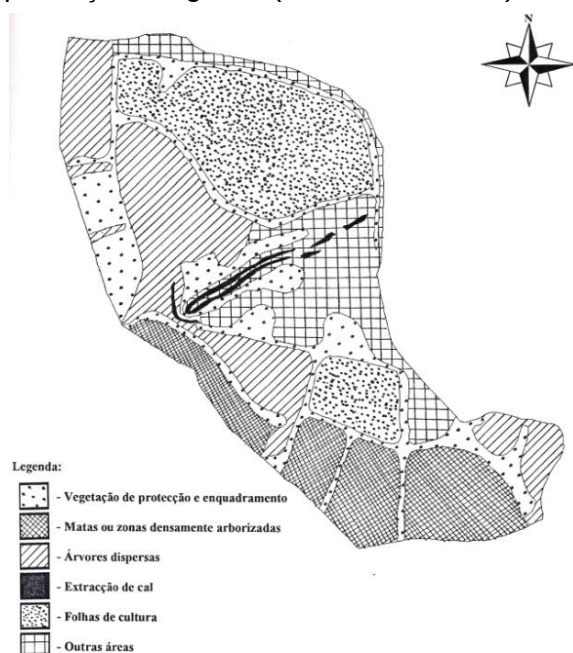


Fig.9 – Carta da ocupação do solo em 1849 (Fonte: MATOS, 1994, p.96).

Quanto à evolução do coberto vegetal, pela carta de 1849, verifica-se uma extensa área agrícola na zona Norte da propriedade, que corresponde à Terra da Eira Velha, à Terra do Moinho e à Mata do Chafariz. Mais abaixo, existe outra área agrícola menor, correspondente à Terra Grande. O restante espaço da propriedade é ocupado por áreas de mata (a Sul), vegetação de protecção e enquadramento e árvores dispersas.

Salienta-se a faixa de extracção de cal, na actual Reserva Botânica Natural.

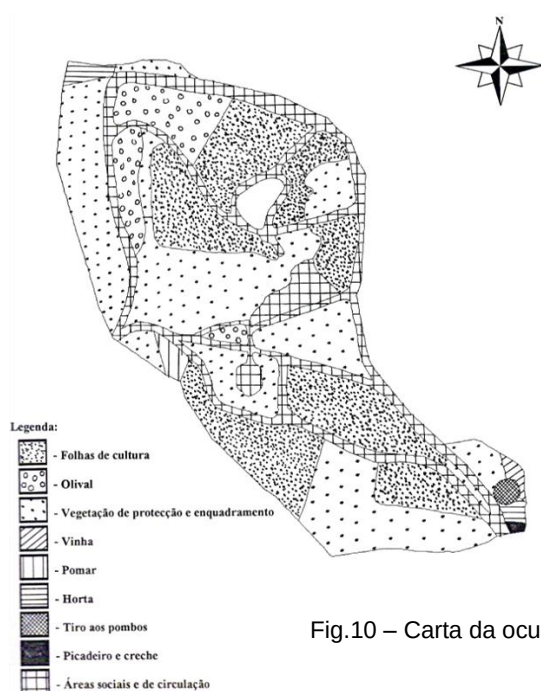


Fig.10 – Carta da ocupação do solo em 1893 (Fonte: MATOS, 1994, p.97).

Em 1893, já se percebem modificações na ocupação do solo e distribuição das diferentes parcelas. Nesta altura, o Observatório e o Pavilhão de Exposições já se encontram construídos, assim como um picadeiro e a creche a Sul da propriedade, e são criadas áreas de circulação. As principais novidades são o olival, o pomar, a vinha e as zonas de horta. Junto ao Portão da ponte, uma área circular destinada para o tiro aos pombos.

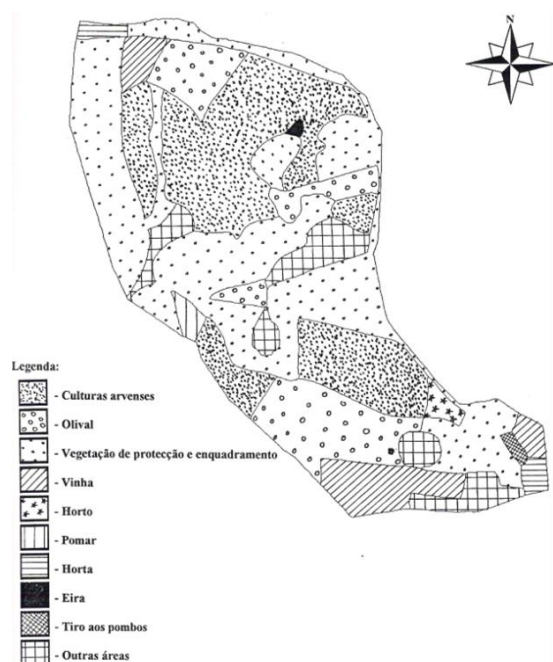


Fig.11 – Carta da ocupação do solo em 1932 (Fonte: MATOS, 1994, p.98).

Mais tarde, em 1932, verifica-se uma acentuada mudança na divisão das parcelas. Por esta altura, a Tapada é já propriedade do Instituto Superior de Agronomia e as alterações derivam da adaptação do uso do solo aos objectivos académicos, nota-se por exemplo, a presença do Edifício Principal, a criação das várias zonas do horto e a construção do Edifício Principal.

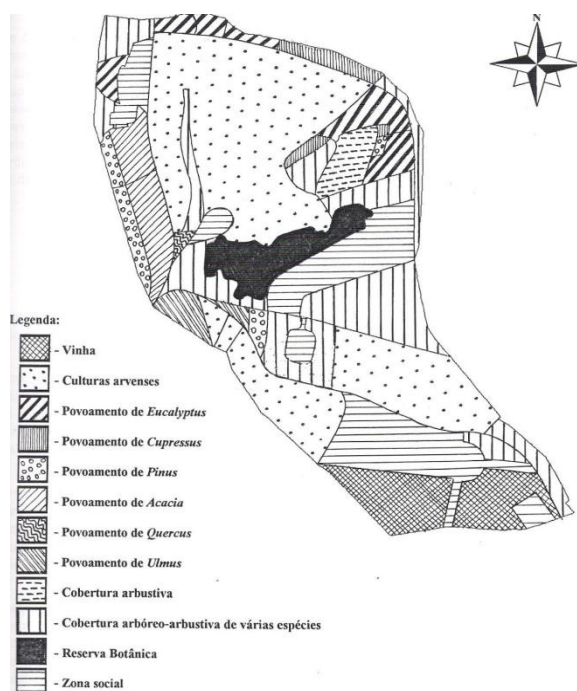


Fig.12 – Carta da ocupação do solo em 1994 (Fonte: MATOS, 1994, p.78).

Em 1994, a Tapada da Ajuda volta a apresentar alterações significativas no delineamento das suas parcelas. Aparecem intensos povoamentos florestais, efectuados com as espécies de Eucalipto, Ciprestes, Pinheiro, Acácia, Sobreiro e Ulmeiro, e as zonas de cobertura arbóreo-arbustiva de várias espécies. Nesta carta aparece já representada a zona correspondente à Reserva Botânica Natural «D. António Xavier Pereira Coutinho», criada em 1956, como cerca de 4,4 hectares. A zona social aumenta e a percebe-se que a ligação entre estas várias áreas é feita por vias/caminhos, que delimitam as restantes parcelas.

Segundo o relatório de Manuel Armando Valeriano Madeira (*Os Solos da Tapada da Ajuda que ocorrem sob Formações Florestais Arbustivas*, 1973), são consideradas algumas áreas de cultivo mais importantes e seis tipos de povoamentos florestais.

A formação climática na Tapada da Ajuda é composta por *Quercion fagineae* associada a *Olea europea* var. *silvestris*; e nos locais de maior altitude considera ter existido *Quercion pyrenaiceae*, pelos vestígios de *Quercus pyrenaica* na mata do Carrascal. Outras espécies encontradas no local em estudo são ulmeiros (*Ulmus scabra* Miller), sobreiros (*Quercus suber* L.), freixos (*Fraxinus angustifolia* Vahl), eucaliptos (várias espécies de *Eucalyptus*) e zambujeiros (*Olea europaea* L. var. *silvestris*) (MADEIRA, 1973).

Na Tapada da Ajuda, as áreas de cultivo respeitantes a culturas arvenses de sequeiro e regadio distribuem-se por três zonas: a Terra da Eira Velha e a Cova do Sobreiro; a área da Terra Grande; e a zona da Terra e Cova do Almotivo (PINA, 2011, p.35).

Existe também a área destinada à vinha, que se encontra a parte Sul da Tapada, de cada lado da actual entrada principal do Instituto.

Em relação aos tipos de povoamentos florestais, o género *Eucalyptus* apresenta-se a Nordeste da Tapada com um povoamento de *E. robusta* Sm.; a Norte um povoamento de *E. camaldulensis* Dehn., *E. diversicolor* F. Muell. e *E. botryoides* Sm.; e a Nordeste *E. globulus* Labill.. A Norte-Nordeste da propriedade encontra-se um povoamento de *Cupressus lusitanica* Miller (PINA, 2011, p.36).

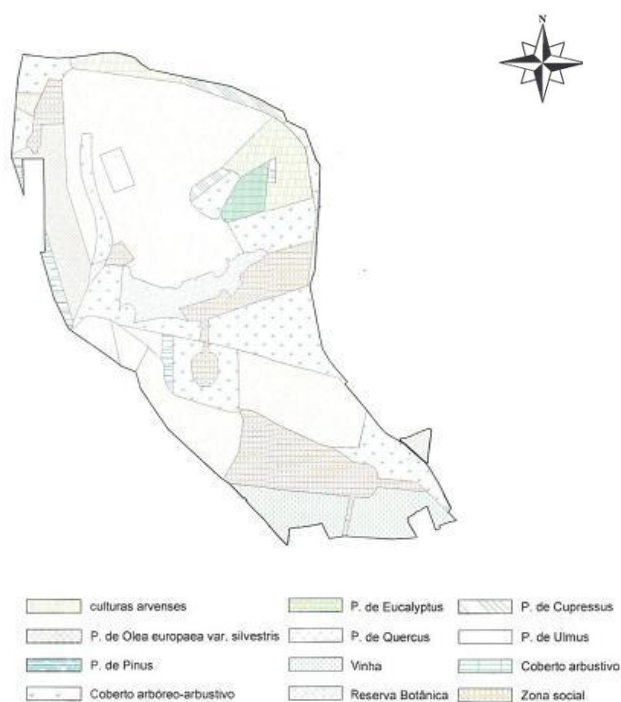


Fig.13 – Carta da ocupação do solo em 2004 (Fonte: COSTA, 2004).

A Poente, encontram-se povoamentos de *Pinus pinea* L. e *Pinus halepensis* Miller. Junto ao Observatório, está o designado Pinhal de Junot, que contém *Pinus pinea* L. e a Terra do Moinho com uma pequena mancha de *Pinus halepensis* Miller. Junto a estes, encontram-se povoamentos de *Acacia* spp. e alguns zambujeiros (*Olea europaea* L. var. *silvestris*). Junto ao Observatório, existe também uma pequena área ocupada por *Ulmus* sp. e de *Pinus pinea* L. (PINA, 2011, p.36).

Ao lado da Geradora, existe uma pequena área de *Quercus suber* L. (PINA, 2011, p.36).

De acordo com a carta da figura 15, a Tapada da Ajuda encontra-se actualmente dividida em 24 zonas distintas, podendo estas agruparem-se em três categorias diferentes: os

“Espaços e Coleções Florestais” - que ocupam pouco mais de 36,53 hectares, que incluem a Reserva Botânica D. António Xavier Pereira Coutinho, com cerca de 4,4 hectares (descrita mais pormenorizadamente no capítulo 4 deste trabalho); os “Campos Agrícolas e Experimentação” – que se estendem por uma área aproximada de 29,89 hectares; e “Jardins e Enquadramento Paisagístico” – que corresponde a uma área com cerca de 13,76 hectares.

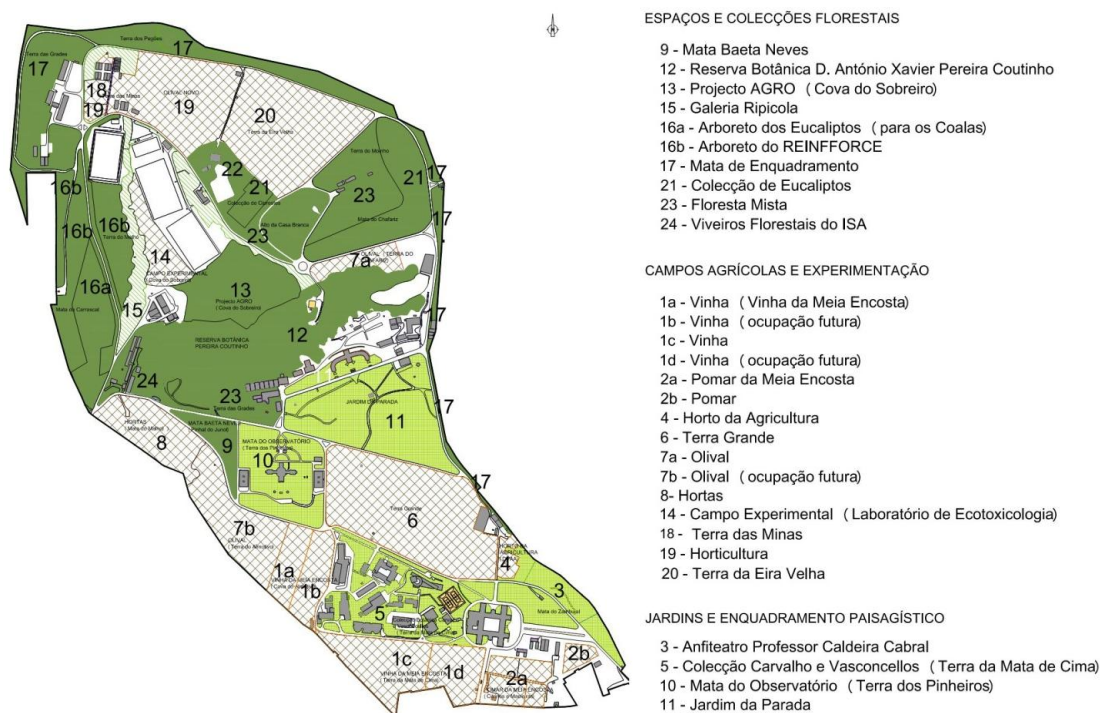


Fig.14 – Carta actual de Zonamentos (Fonte: Carta cedida pela Professora Ana Luísa Soares, 2011).

As figuras seguintes apresentam exemplos de vegetação existente na Tapada da Ajuda:



Figs.15, 16 e 17 - À esquerda, um magnífico exemplar de sobreiro (*Quercus suber* L.) na Terra da Eira Velha; no centro, cultura de grão-de-bico na Terra do Almotivo; à direita, vegetação climácica da Reserva Botânica Nacional D. António Xavier Pereira Coutinho. junto ao miradouro de Salazar (Autora. 2011).



Figs.18 e 19 – À esquerda, talhões de cultura arvense da Terra Grande; à direita, perspectiva sobre a vinha, no Sul da Tapada (Autora. 2011).

Capítulo 2 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

2.1 - O Paço Real de Alcântara e a Quinta Real de Alcântara

A origem da Tapada da Ajuda é acompanhada pelo crescimento e evolução da zona de Alcântara, mais concretamente da História do Palácio Real de Alcântara (ou do Calvário), ao qual pertencia.

Só a partir finais do séc. XIII é que a cidade de Lisboa, já como capital do reino, começa a expandir-se para Ocidente, para os lados de Belém e Alcântara. No entanto, sabe-se que a zona de Alcântara já era frequentada desde o tempo dos Mouros e aqui existiria uma ponte, até porque palavra «Alcântara» deriva do árabe, *al-cantara* ou *al-kantara*, e é sinónimo de «ponte». Foi por esta ponte que Filipe II atingiu Lisboa, na batalha de 1580, entre as tropas de Alba e as de D. António, Prior do Crato, em que os portugueses saíram derrotados e se deu a ocupação dos sessenta anos. Nesta ponte registam-se mais duas batalhas, uma a 14 de Maio de 1809 e outra a 10 de Junho do mesmo ano, ambas contra franceses, com vitória da «L.L.L. – Leal Legião Lusitana» (LEAL, p.67, 1873).

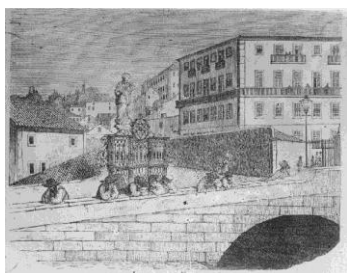


Fig.20 – Ponte de Alcântara na segunda metade do séc. XVIII, desenho de Nogueira da Silva (Fonte: FREIRE, 1929, p.16).

É aqui em Alcântara que Filipe II se instala, fundando o Paço Real de Alcântara. Apesar de o considerarem um homem impiedoso, era também um “grande beato” e antes do Paço, faz erguer dois conventos, um em 1582, para receber as 32 freiras *clarissas* de um convento em Anvers (Flandres), e outro, frente ao Palácio, o convento do Calvário, de freiras franciscanas, fundado em 1600 por D. Violante de Noronha (LEAL, 1873, p.69).

Este Paço trata-se de uma ampliação da antiga moradia de um particular italiano, que lhe foi apreendida por dívidas à fazenda real. D. Filipe nomeia Theodósio de Frias para arquitecto da obra em 1603, mais tarde nomeado para mestre das obras dos Paços da Ribeira. Adjacentes ao Palácio, e na posse filipina, estavam a Quinta Real e o bosque (Tapada de Alcântara). Não existem por isso certezas se a Tapada remonta desta época, já que existem registos de caçadas reais realizadas nesta altura e não fazia sentido o Rei caçar fora de Lisboa, se tinha uma coutada anexada ao seu palácio (CARDOSO, 1992, pp.13-14). A Quinta Real contígua ao Palácio sofreu muitos melhoramentos importantes nos reinados de Filipe II (1593-1621) e Filipe III (1621-1640) (FREITAS, 1946, p.10).

Nos sécs. XVI e XVII, durante o reinado de D. João IV (após a Restauração da Independência), a família Real habitou o Paço de Alcântara em várias ocasiões, o que não admira, pois encontrava-se “...num aprazível local dos arredores de Lisboa, à beira Tejo, desafogado de vista e de ares, com belos e frondosos jardins, copados pomares, e grande quinta de abundantes colheitas” (CÂNCIO, 1940, p. 155). Até esta data, Alcântara era um sítio praticamente despovoado. Mas com a vinda de D. João IV para o Paço, “foi isto por aqui povoando, e adornado de boas casas, até que formou um bairro” (LEAL, p.68, 1873).

Relativamente à origem propriamente dita da «Tapada», sabe-se que coincide com o início da dinastia de Bragança. O «Tombo da Real Tapada» e documentos anexos (como algumas citações do Agrónomo Jorge de Mello na Revista da Exposição Agrícola de Lisboa, de 1884; e de Jordão de Freitas na «Voz» de 14 de Março de 1929) revelam a escritura das respectivas terras, por D. João IV em 1645, que formavam a Quinta da Ninfa e o Casal do Rio Seco, anexos aos terrenos do Paço de Alcântara, passam a ser propriedade da Coroa. É a partir desta altura que se constitui a Real Tapada de Alcântara. Ainda há vestígios desta época, como o pombal e a «Mãe d'Água» ao cimo da propriedade (PROENÇA, 1924).

Nestes terrenos a Norte do Paço, construiu-se um extenso “logradouro”, que actualmente atinge cerca de um quilómetro e meio entre os portões extremos da Tapada (o da Calçada e o da Ajuda ou do Casalinho). Este “logradouro” seria composto por hortas, jardins e pomares, com mato na parte Norte da propriedade que ligava com a serra de Monsanto destinado ao exercício da caça. Passou a chamar-se «Tapada de Alcântara» pela importância do sítio onde estava, anexa ao Paço. Caracterizava-se pelas “espessas as matas de zambujo e os carrascais, tudo cortado, ao uso das coutadas do tempo, por atalhos e estações de espera de caça (...)” (GOMES, 1935, p.5).

No entanto, o Palácio Real de Alcântara (ou do Calvário, por se situar neste largo) esteve quase desabitado até à regência de D. Luíza de Gusmão, viúva de D. João IV, porque até lá a Corte residia nos Paços da Ribeira. Era aqui no Calvário, frente ao Palácio, que se encontravam as cocheiras e colecção de coches reais. Só a partir de 1662 é que Afonso VI passava a residir no Paço de Alcântara, após uma reunião com Castelo Melhor, grande válido do Rei, que o fez sair do Paço da Ribeira. Mais tarde, o Paço de Alcântara foi escolhido como residência de Verão por D. Pedro II, que aqui se casara com D.^a Maria Francisca de Sabóia em 1668, e aqui viria a falecer em 1706 (LEAL, 1873, p.67).



Fig.21 – Vista do Paço de Alcântara em 1668/69, onde se vê um maciço de árvores atrás do Paço (Fonte: FREITAS, 1946, p.9).



Fig.22 – Vista do Paço de Alcântara e planta em perspectiva do sítio do Calvário entre 1679 e 1727 (Fonte: FREITAS, 1946, p.5).

No início do século XVIII, as zonas de Alcântara e da Ajuda começam a ser mais povoadas, não só pelo povo, mas também por alguns Fidalgos, atraídos pelas qualidades de refúgio, longe da confusão da cidade, que estes locais ofereciam. Até mesmo D. João V, o rei magnânimo e empreendedor como era conhecido, agrada-se deste local, pela vizinhança do rio Tejo, “do pitoresco arrabaldino que o distanciaria do aglomerado citadino, do sombreado refrescante do arvoredado” (SEQUEIRA, 1961, p.8). Foi D. Pedro II o último rei que frequentou o Palácio por longas temporadas, pois não existem documentos que provem que D. João V residisse no Palácio de Alcântara depois da morte de seu pai, há apenas referência a pequenas estadias aquando das caçadas na Tapada. Sabe-se apenas que o infante D. António habitara no Palácio em 1755 (FREIRE, 1929).

Com o terramoto de 1755, grande parte da cidade de Lisboa foi destruída e muitos bens foram perdidos. “ (...) uma imensa catástrofe que em poucas horas aniquilou um património de séculos que seria hoje o fundamento documental da grandeza da expansão de Portugal no Mundo e o avivamento da memória colectiva.” Desapareceram bibliotecas, arquivos, móveis, estátuas, alfândegas, celeiros, etc. (PINTO, 1983, p. 11).

O Paço da Ribeira foi totalmente “engolido” pelo maremoto e o Paço de Alcântara foi fortemente afectado, nunca mais se levantando como tal. Depois de pobremente reedificado, em 1780, serviu de habitação a Manuel Gomes da Silva (oficial da secretaria do Ministério dos negócios Estrangeiros e da Guerra). Mais tarde, em 1790, foi entregue a Francisco José Dias para aí estabelecer uma fábrica de chitas que, não cumprindo essa condição, voltou para posse da Coroa em 1808. Já quase ao abandono, o Palácio e alguns terrenos são vendidos em 1876, ficando habitado por algumas viúvas e criados da Casa Real (LEAL, 1983, p.67).

A Rainha D. Maria I, pelo decreto e doação a 9 de Março e 12 de Abril de 1780, respectivamente, manda construir na parte mais oriental da frente Norte da quinta, a actual Igreja de S. Pedro e um cemitério (em parte coberto) junto desta (FREITAS, 1946, p.11).

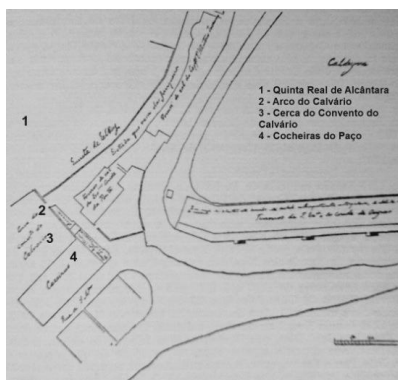


Fig.23 – Trecho Topográfico do sítio de Alcântara no 3º quartel do séc. XVIII (Fonte: FREITAS, 1946, p.17).

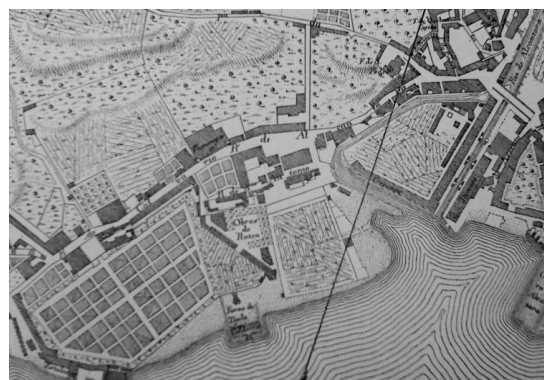


Fig.24 – Planta do sítio do Calvário em 1807 (Fonte: FREITAS, 1946, p.19).

A localização do Palácio Real de Alcântara pode descreve-se da seguinte forma: o Paço encontrava-se do lado direito da actual Rua Primeiro de Maio (rua que sai do Arco de Sto. Amaro), em direcção à Rua Direita de Alcântara (antiga R. Direita do Ferrador). Em frente ao Paço, encontravam-se as cocheiras reais que apareciam já representadas numa planta topográfica desenhada em 1727 (FREIRE, 1929).

A Quinta d'el Rei ficava à esquerda, limitada por um muro que se estendia até à esquina da actual Rua José Dias Coelho (antiga rua da Creche Vítor Manuel, onde se situa a instituição benemerente e antiga, fundada em 1877 pela Rainha D. Maria Pia, em terrenos da Tapada) (FREIRE, 1929). A Quinta Real era formada pelos terrenos do chamado Calvarinho, pelas Quintas do Teixeira, do Cemitério, pela Quinta da Ninfa, pela fazenda dos Quartos d'el Rei e pelos terrenos da Tapada (FREITAS, 1946, p.12).

Do lado nascente ficavam a *horta ajardinada*, o *pomar do Calvarinho*, o *jardim do Calvarinho*, a *horta dos Arcos*, o *pomar do Teixeira*, o *pomar da horta* e o *pomar do cemitério*. Entre estes dois últimos pomares e a *horta ajardinada* (situada ao Sul da propriedade, sobre a Rua Direita), havia um *grande lago*, alimentado em parte pela água de uma nora existente na outra parte da quinta e canalizada por um aqueduto que passava sobre um dos arcos do arruamento. Este *lago* ficava em frente ao “pórtico da Quinta”, na Calçada da Tapada (mais ou menos a meio do espaço entre a Rua da Escola-Asilo e a Rua da Creche). Na parte a poente, ficavam o *jardim do Palácio*, o *pomar do jardim*, o *pomar da reserva*, a *Quinta da Ninfa* e, a poente desta, a *vinha de baixo* e a *vinha de cima*, e na parte Noroeste, junto ao muro da Calçada da Tapada, havia um *grande tanque* e, frente a este, uma bica pública (FREITAS, 1946, pp.12-14).

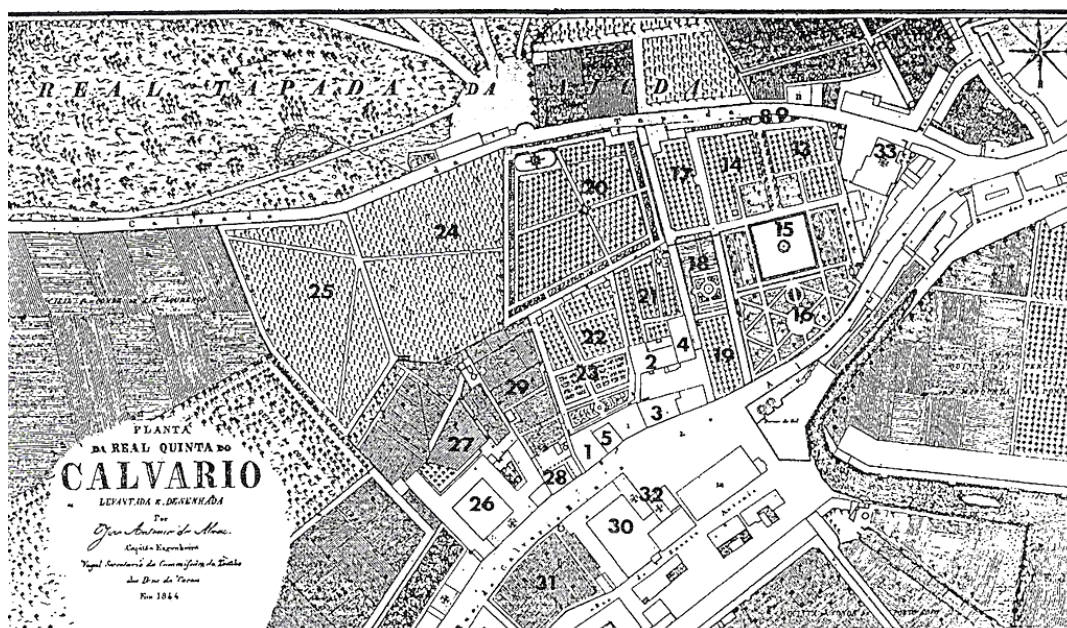


Fig.25 – Planta do sítio do Calvário em 1884 (Fonte: FREITAS, 1946, p.20).

Legenda:

Palácio do Calvário

- 1 – Parte concedida à Marquesa de Valença
- 2 – Cavalariças
- 3 – Parte concedida ao Barão de Campaã
- 4 – Palheiro
- 5 – Parte concedida ao Vedor da Casa Real
- 8 – Casa de venda dos produtos da Quinta Real
- 9 – Casa do Hortelão

Quinta Real

- 13 – Pomar da Horta
- 14 – Pomar do Cemitério
- 15 – Grande Lago
- 16 – Horta ajardinada
- 17 – Pomar do Teixeira

- 18 – Horta dos Arcos
- 19 – Pomar do Calvarinho
- 20 – Quinta da Ninfa
- 22 – Pomar do Jardim
- 23 – Jardim do Palácio
- 24 – Vinha de Baixo
- 25 – Vinha de Cima
- 26 – Mosteiro das Flamengas
- 27 – Cerca do Mosteiro das Flamengas
- 28 – Hospício do Mosteiro das Flamengas
- 29 – Horta do Mosteiro das Flamengas
- 30 – Colégio do Calvário
- 31 – Cerca do Calvário
- 32 – Capela da Caridade
- 33 – Igreja Paroquial de S. Pedro

Como consequência do terramoto, a cidade “esvaziou-se” dos seus habitantes, que fugiram para os terrenos altos e descampados, pouco ou nada afectados, onde se vieram a formar os bairros da Ajuda, Belém, S. Bento, Alto da Cotovia, Campo Grande e Lumiar. A família Real é também obrigada a fugir do Palácio de Belém para os altos da Ajuda. O Infante D. António abandona o Paço de Alcântara e abriga-se na Quinta da Ninfa, onde manda construir duas barracas de madeira, ficando hospedado num coche enquanto estas eram feitas (FREIRE, 1929).



Fig.26 – Carta topográfica de Lisboa e subúrbios em 1807. Nota-se a ocupação do lado ocidental da cidade, como Belém e Ajuda (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

2.2 - De «Tapada de Alcântara» a «Tapada da Ajuda»

A Tapada começa a ganhar importância a partir do reinado de D. José I (1750-1777), após o terramoto, com a mudança de residência da família Real para um palácio provisório na Ajuda (enquanto o Palácio Nacional da Ajuda era construído), passando a denominar-se «Tapada da Ajuda». Era descrita como uma propriedade “vasta e murada, estendendo-se pela encosta da serra de Monsanto, até quasi à ribeira de Alcântara. Consta de uma bella matta, cortada por espaçosas ruas, e terras lavradias, com as necessárias officinas e as casas do almoxarife, que é administrador da Tapada.” Foi assim que ficou, depois de mandada organizar pelo Marquês de Pombal, “para D. José I allí ir caçar, exercício de que tanto gostava” (LEAL, 1873, p.44).

É então que a Tapada da Ajuda ganha um carácter mais voltado para a agricultura, aproveitando-se os seus terrenos para as mais variadas culturas: searas, olivais, vinha, quintais com árvores frutíferas e hortas. Toda a propriedade apresentava-se “retalhada” em parcelas, delimitada com muros interiores. Estas parcelas tinham uma designação específica, actualmente com a mesma toponímia, tais como: “Almotivo”; “Terra do Sobreiro”; “Quintalinho”; e “Terra das Hortas”, esta última regada com águas captadas da serra. Várias obras foram feitas, a cargo de Maurício José Cabo (de dinastia de leais servidores de apelido Cabo), como a abertura das principais ruas e plantação de árvores nas orlas (GOMES, 1935, p.6).

Em 1841, de acordo com a Revista da Exposição Agrícola, extingue-se a caça e a intensifica-se a agricultura. Neste ano, são reparados muros e aquedutos, e exploram-se novos mananciais. Procedeu-se também à plantação de 600 a 700 pés de oliveira e enxertaram-se zambujos. Mais tarde, em 1846 e 1847, a empresa agrícola na Tapada da Ajuda vê-se acentuada e nestes dois anos seguidos produziu um rendimento líquido de 3.240\$195 réis, com tendência para aumentar. Em 1849, a propriedade é avaliada em 50.000\$000 réis (GOMES, 1935, pp.6-7).

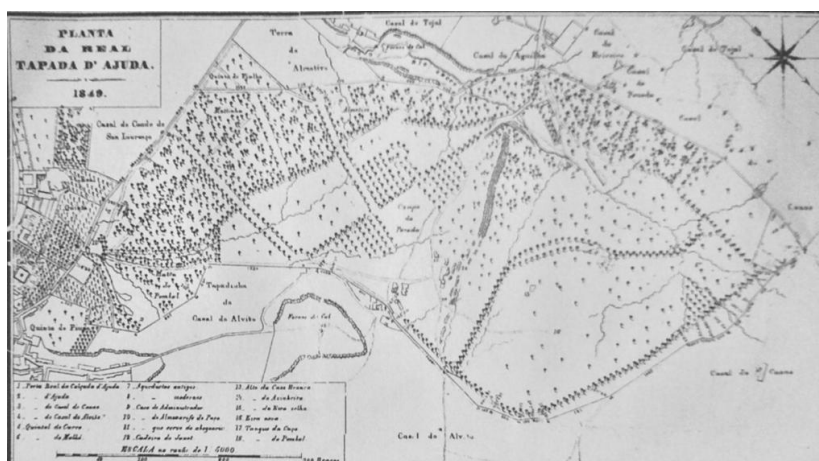


Fig.27 – Planta da Real Tapada da Ajuda em 1849 (Fonte: Arquivo do Forte de Sacavém).



Fig.28 – Vista da Tapada para o Palácio da Ajuda. Desenho de Erstes Heft em meados do séc. XIX (Fonte: Heft, [S.I.], [s.n.], [s.d.]).



Fig.29 – Um caminho na Tapada da Ajuda. Desenho de Erstes Heft em meados do séc. XIX (Fonte: Heft, [S.I.], [s.n.], [s.d.]).



Fig.30 – Lisboa vista da Ajuda. Desenho de Erstes Heft, meados do séc. XIX (Fonte: Heft, [S.I.], [s.n.], [s.d.]).

A resenha histórica da Tapada da Ajuda, propriamente dita, pode ser dividida em três períodos distintos. O primeiro, entre 1850 e 1880, é marcado pela instalação do Observatório Astronómico de Lisboa, em terrenos da Tapada, mais concretamente, no antigo local da “Eira Velha”; o segundo período, entre 1881-1910, é assinalado pela Exposição Agrícola de 1884 e construção do Palácio de Exposições para esse efeito; por último, o terceiro período tem início em 1911 até aos dias de hoje, com o Instituto Superior de Agronomia, efectivado em 1917 (GOMES, 1935).

O primeiro edifício importante construído na Tapada da Ajuda é o Observatório Astronómico de Lisboa (1861-1865), que, devido à situação geográfica privilegiada, poderia resolver muitas questões aos astrónomos da época (CARDOSO, 1992, p20). A construção deste edifício veio trazer mais benefícios à Tapada, como afirma Azevedo Gomes “É natural que a nova utilização dada à parte da Tapada da Ajuda exercêsse no restante benéfica influência, quer no sentido de maiores cuidados de conservação, quer até no alindamento de certos locais, por mais visitados dentro dela.” (GOMES, 1935, p.8).

A história e pormenores da construção do Observatório apresentam-se no capítulo referente ao Património.

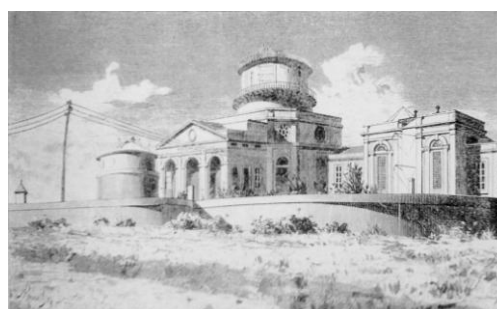


Fig.31 – Observatório Astronómico da Ajuda, imagem do Séc. XIX (Fonte: CARDOSO, 1992, p.20).

Entretanto, a cidade de Lisboa era vista como a capital de um país agrícola, onde é criada a 1ª organização de ensino Agrícola - o Instituto Agrícola - em 1852. Foram realizadas as duas primeiras exposições Agrícolas, uma debaixo das arcadas do Terreiro do Paço, em 1852, e a segunda no campo das Freiras (em Belém) em 1864. Ambas sem as condições necessárias que o evento requeria. Foi então que, em 1882, se escolheu a Tapada da Ajuda para realização da terceira Exposição Agrícola de Lisboa, que para tal se construiu o Pavilhão de Exposições (CARDOSO, 1992, pp.29-31).

Na verdade, a Exposição deveria ter começado no dia 20 de Maio de 1883, mas devido a um atraso nas obras do pavilhão, teve que ser adiada. Assim, a terceira Exposição é apenas inaugurada um ano depois, “(...) com as cores das festivas solenidades, naquele domingo de 4 de Maio de 1884, instalou-se, com o seu palácio aberto ao sul e ao espelho do rio, nas vertentes da Tapada Real da Ajuda, que quatro anos depois logo acolheria também a importante Exposição Industrial Portuguesa” (FERREIRA, 1987, p.12).



Fig.32 – Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda nos finais do séc. XIX (Fonte: FERREIRA, 1987, p.15).

Durante o reinado de D. Luís I, casado com D. Maria Pia, a família real residia no Palácio Nacional da Ajuda que, apesar de não ter sido totalmente construído, passou a ser habitado a partir do dia 16 de Abril de 1862, e onde viria também a residir o Infante D. Augusto (SEQUEIRA, 1961, pp.35-39).

Com a fixação da Corte na Ajuda, a Tapada ganha uma nova utilidade, permitindo maior usufruição do espaço e do seu carácter rural. Foi também este o local eleito pela Rainha D. Maria Pia para realizar uma “uma *kermesse* de caridade em benefício das *Crèches*, instituição de S.M. a rainha a D. Maria Pia. (...) A festa estava brilhantíssima. As ruas da tapada, orladas de árvores frondosas, todas embandeiradas, e as diferentes barracas, de caprichosas phantasias, formavam um aspecto deslumbrante. (...) A festa durou três dias.” (PEREIRA, 1904, p.112).

É nesta altura que se constrói o *Chalet*, junto ao Pavilhão de Exposições, derivado de uma moda europeia, que mais tarde serviria de residência ao Director do Instituto Superior de Agronomia, e mais dois edifícios de apoio, a Vacaria e a Abegoaria. Estes anos e

eventos festivos foram, sem sombra de dúvida, marcantes para a Tapada. Realizaram-se o maior número de obras e melhoramentos, no que respeita a plantações, como manchas de pinhal, eucaliptal, árvores de fruto (nespereiras e laranjeiras) e maciços de árvores, e a construção de lagos do estilo «Rocaille», como encontramos no jardim da Parada, frente ao Pavilhão de Exposições. É então impulsionada a ideia de «parque» e o espaço volta a ter um aspecto de “logradouro de recreio”, embora com uma maior participação do público. A maioria das festas constava de concursos hípicas, torneios de ténis e de tiro aos pombos, a algumas caçadas na zona do Carrascal (GOMES, 1935). “...a propriedade adquirira justificados fóros de sítio ideal, raro refúgio, para passeios de em carro e a cavalo e vários se aproveitavam de seus arruamentos e passeios, que mais não fôsse senão para gôzo, tão pouco fácil na cidade de Lisboa, de lograr a sombra de algumas árvores frondosas em que a vista, enfim, descansasse da forte luminosidade ambiente” (GOMES, 1935, p.12).

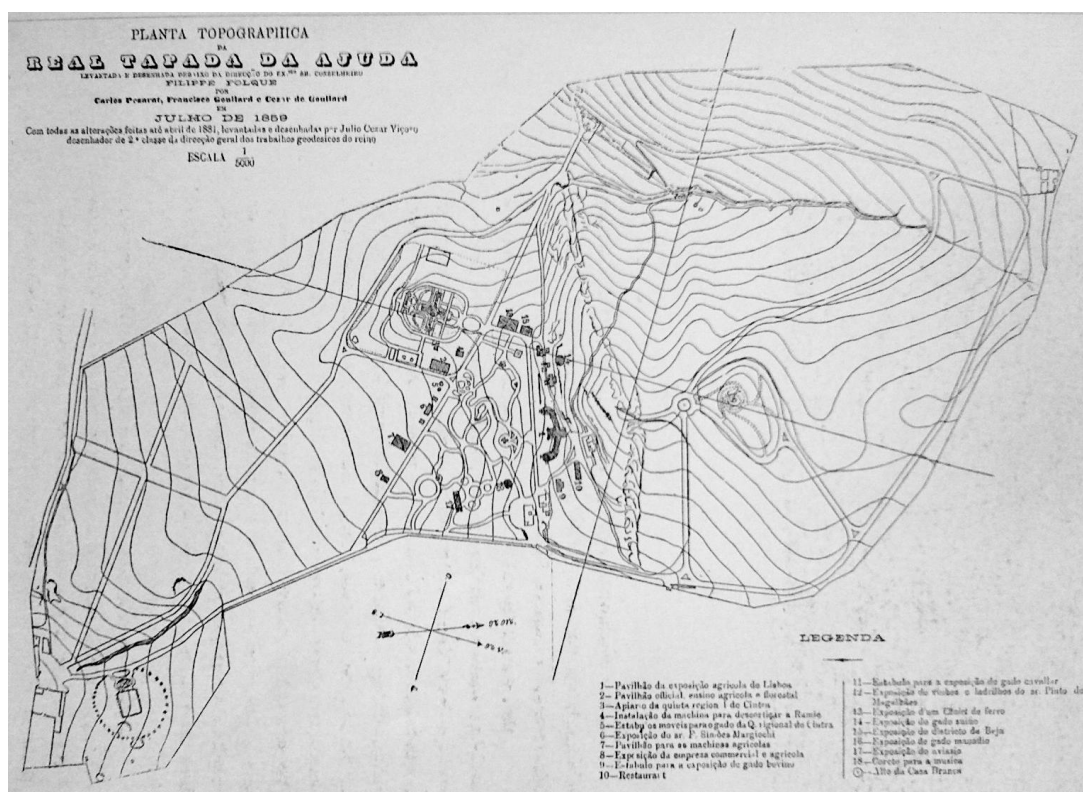


Fig.33 – Planta topográfica da Real Tapada da Ajuda, levantada por Filipe Folque (1859)
(Fonte: CARDOS, 1992, p.35).

No dia 19 de Outubro de 1888, toda a Ajuda fica de luto com a morte de D. Luís, foi a partir desta data que as exposições, festas, galas e torneios na Tapada foram perdendo espectacularidade e frequência (SEQUEIRA, 1961, pp. 38-39).

No reinado de D. Carlos I, voltaram as caçadas, em que o próprio Rei participava, e realizaram-se inúmeros torneios desportivos como provas de tiro, esgrima e ténis, no local onde actualmente existem os campos de jogo da AEISA, e provas hípicas na parcela actualmente denominada por “Terra Grande” (COUTINHO, 1956, p.143).



Fig.34 – Torneio de esgrima na Tapada da Ajuda, em 1904 (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).



Fig.35 – Concurso hípico na Tapada da Ajuda, desfile diante da tribuna real, em 1907 (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

2.3 - Tapada da Ajuda – Instituto Superior de Agronomia

Como referido anteriormente, em 1852, foi criado o primeiro ensino agrícola e fundado o Instituto Agrícola, num antigo palácio onde actualmente se situa a Escola de Medicina Veterinária, na Ajuda. Data também deste ano a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, com Fontes Pereira de Melo como Primeiro-Ministro, o principal impulsionador do ensino técnico em Portugal (CARDOSO, 1992, p. 38). Em 1885, a Tapada passa a pertencer ao perímetro urbano de Lisboa, com a integração dos ex-concelhos de Belém e dos Olivais, pela Lei de 18/7/1885 (CARDOSO, 1992, p.17).

Em 1910, foi decretado que os ensinamentos superiores da agricultura e de medicina veterinária, até então ministrados no Instituto de Agronomia e Veterinária, passavam a ser feitos em escolas separadas, pelo Decreto de 16 de Dezembro de 1910 (em Anexo), decretando a cedência ao Instituto Superior de Agronomia da Tapada e do Jardim Botânico da Ajuda (do séc. XVIII-XIX, mais adiante referido), para que a escola tivesse possibilidade de realizar os seus estudos condignamente. Na altura, o cargo de Director Geral da Agricultura pertencia a Joaquim Rasteiro, professor do Instituto e seu futuro Director. A propriedade passou a cargo do Conselho Escolar, representado pelo professor Cincinato da Costa, e mais tarde pelo professor Silva Rosa (GOMES, 1935, p.13).

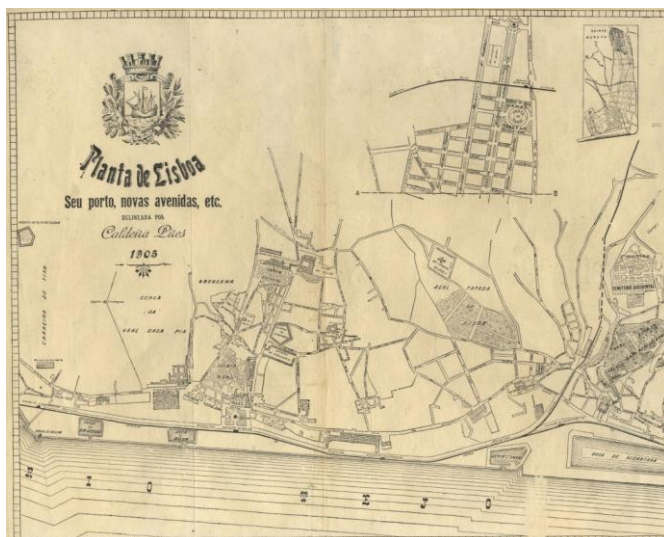


Fig.36 – “Planta de Lisboa, seu porto, novas avenidas, etc.”, desenhada por Caldeira Pires em 1905 (Fonte: Gabinete de Estudos Olissiponenses)

É assim que se inicia a terceira fase da vida da Tapada da Ajuda, em que se verificaram muitas alterações na constituição e disposição do espaço. Cortaram-se numerosas árvores para abrir folhas de cultura, constituiu-se a chamada “Terra Grande” na parte central da propriedade, destinada à cultura de cereais, plantou-se a parcela de vinha (“vinha da meia encosta”), o pomar e horta, e criaram-se vários núcleos de arborização florestal, nas zonas mais rochosas da propriedade. Começaram-se a construir pequenos jardins, a renovar as plantações de árvores nas orlas das vias, estas reparadas com o auxílio da Câmara Municipal de Lisboa. Foram, também, instalados o Posto Central Apícola e a Estação de Cultura Mecânica, por parte do Ministério da Agricultura (GOMES, 1935, p.13).

O Edifício Principal do Instituto Superior de Agronomia (I.S.A.) é, sem dúvida, outro edifício monumental construído nos terrenos da Tapada. É projectado pelo arquitecto Adães Bermudes. O edifício é erguido de forma imponente na parte Sul da propriedade (1911-1917), em que a fachada principal ficava virada e em eixo com a “rampa da asneira” (assim denominada talvez pelo facto do empreiteiro ter construído o edifício “ao contrário”, relativamente à sua orientação), propondo nesse eixo uma pequena alameda, com árvores dos dois lados e uma faixa central para ajardinar, como se fazia em grandes edifícios públicos para evidenciá-los. No entanto, a alameda não ficou bem articulada com o portão, e saiu “asneira”. Nesta entrada (antiga Porta Real que dava acesso à Quinta Real), foi colocado o busto de Ferreira Lapa, inaugurado no mesmo ano que o edifício. Só dez anos mais tarde, é que foi aberto no muro da Tapada junto à Rua Jau, na Calçada, o actual portão Principal, para servir o edifício (CARDOSO, 1992).

“No pátio amplo que dá acesso à Tapada, adequado cenário que, apenas chegada a primavera, as olaias floridas enriquecem com sua côr forte, um pequeno monumento, logo em frente ao portão principal foi erguido, a geito de mostrar ao visitante a primeira prova, material, do pagamento desta dívida publicamente confessada” (GOMES, 1935, p.14).

Em 1917, é concluída a obra do Edifício Principal e inaugura-se novo Instituto Superior de Agronomia, com a abertura das aulas. “De logradouro de recreio para uso quási privado que há três séculos era, passou, em gradual ascensão, para títulos da maior nobreza a nossa Tapada da Ajuda” (GOMES, 1935, pp. 14-15). Segundo o mesmo autor, no ano de 1935, a Tapada da Ajuda é descrita como uma vasta propriedade agrícola, invulgar numa cidade como Lisboa, com uma área com cerca de 100 hectares. Situada na vertente na Serra de Monsanto e voltada para o Rio Tejo, quase a partir de Alcântara, “estamos na cidade como em pleno campo” (GOMES, 1935, p.3-4).

No entanto, ao longo dos anos 20 (séc. XX), o Instituto deixou cair a Tapada numa situação de degradação. João Paulo Freire descreve o aspecto do espaço dizendo que “as suas águas, as suas matas, os seus lagos, se encontram ao abandono. As suas ruas intransitáveis. Os seus jardins sem flores!” (FREIRE, 1929). Mas, o mesmo autor, assume uma atitude visionária e defende que “a Tapada da Ajuda será, no dia em que a descobrirem, a melhor e maior fonte de riqueza para o Estado, na exploração do turismo internacional, e o melhor e mais agradável retiro citadino, sob todos os pontos de vista.” (FREIRE, 1929, p.237).

Durante as décadas de 30 e 40 (séc. XX), a Tapada foi transformada num dos mais belos locais arborizados da cidade de Lisboa, pelo plano de ordenamento paisagístico elaborado pelo professor Caldeira Cabral, destacando-se a criação da «Lagoa Branca», com aproveitamento da antiga pedreira; o ordenamento da chamada «Lagoa Preta» para a formação da «Pateira»; a construção do «Jardim do Olival» e do «Auditório de Pedra»; a implantação de relva em alguns talhões; a abertura do Portão “novo”, que permitia o acesso directo ao Parque Florestal de Monsanto; o alargamento e pavimentação de estradas, entre outros. Todas estas medidas tomadas foram meticulosamente cuidadas (COUTINHO, 1956, pp.143-144).

No entanto, o professor Miguel Pereira Coutinho defende que a Tapada não deveria ser enaltecida como parque de recreio, mas sim pelo seu valor como elemento pedagógico, fundamental a muitos assuntos leccionados no Instituto Superior de Agronomia (COUTINHO, 1956, p.144).

2.4 - A Tapada da Ajuda na segunda metade do Séc. XX

Nos anos 50, a Tapada destina-se em especial ao ensino agrícola e silvícola e o seu plano de exploração é por isso orientado nesse sentido. Como foi referido anteriormente, ao longo do tempo, a exploração agrícola da Tapada aumentou gradualmente. O professor Silva Rosa (em *Trabalhos e Estudos Agronómicos na Tapada da Ajuda*, 1920) diz-nos que “dentro dos seus muros, que a fechavam em toda a roda, existiam matas de zambujeiros e outras essências florestais cuja ramaria formava uma cobertura tão espessa que os raios solares não conseguiam penetrar através da sua densa folhagem. Eram frescos e sombrios retiros para passar as horas de calma dos dias estivais.” (ROSA, 1920, in COUTINHO, 1956, pp.137-138).

Em termos de espaços destinados à formação técnica de engenheiros agrónomos e silvícolas existem: “Terra Grande”; “Eira Velha”; “Cova do Sobreiro”; “Cova do Almotivo”;

zonas de Pomar misto; os talhões de cultura florícola e hortícola; os viveiros florestais; os silos; os estábulos; o pavilhão de máquinas agrícolas, entre outros. A Tapada possui também um especial interesse pela vegetação, na qual se mantém a sua forma natural na Reserva Botânica Natural “D. António Xavier Pereira Coutinho”, criada nesta altura. Quase todas as plantas se encontram material em Herbário, estando os principais exemplares devidamente etiquetados. Daí se pode considerar que a antiga Tapada Real passou a um autêntico “Parque Botânico” (COUTINHO, 1956, p.144).

A partir da segunda metade do séc. XX, as estruturas físicas instaladas na Tapada são determinadas pela crescente pressão efectuada por entidades exteriores ao I.S.A., para utilização do espaço na propriedade, apresentadas como interesse comum ou interesse público, e pela necessidade de expansão própria acompanhada pelo aumento significativo da população escolar e desenvolvimento das actividades de ensino e de investigação, especialmente a partir de 1974 (ALVES *et al.*, 2007).

É importante referir que, em 1956, o Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia decide atribuir o estatuto de Parque Botânico à Tapada. É criada a Reserva Botânica Natural “D. António Xavier Pereira Coutinho”, com os objectivos de protecção da vegetação climática existente na Tapada e para estudos científicos de Botânica. A área ocupa cerca de quatro hectares, coberta por vegetação natural, localizada sobre um outeiro calcário, atrás do Pavilhão de Exposições, conhecido como «Zambujal das pedreiras» (VASCONCELLOS, 1956). O seu habitat contém mais de 250 espécies e está identificado na Rede Natura 2000. Além da Reserva, estavam integrados no Parque Botânico também as manchas ajardinadas distribuídas pela Tapada, estando este reconhecido pela “Associação Iberomacaronésica de Jardins Botânicos” e pelos “*Botanic Gardens Conservation International* (BGCI)” (ALVES *et al.*, 2007, p.62).

Outro acontecimento relevante data de 1966, quando a Tapada da Ajuda vê os seus limites alterados, devido à construção da Ponte sobre o Tejo, mais concretamente, da construção de um dos pilares. Houve por isso a necessidade de cedência de uma área a Sul, relativamente grande, onde se situavam pomares, campos de ténis, o edifício antigo da cantina e algumas habitações de funcionários do I.S.A., fazendo assim recuar o Portão (antigo “Pórtico Real”), deixando “de fora” estes edifícios situados na Calçada da Tapada, no início da actual Rua Professor Vieira Natividade. Na altura, não teriam havido conversações prévias com o Conselho Escolar do I.S.A., o que gerou muitas controvérsias (ALVES *et al.*, 2007, p.60).

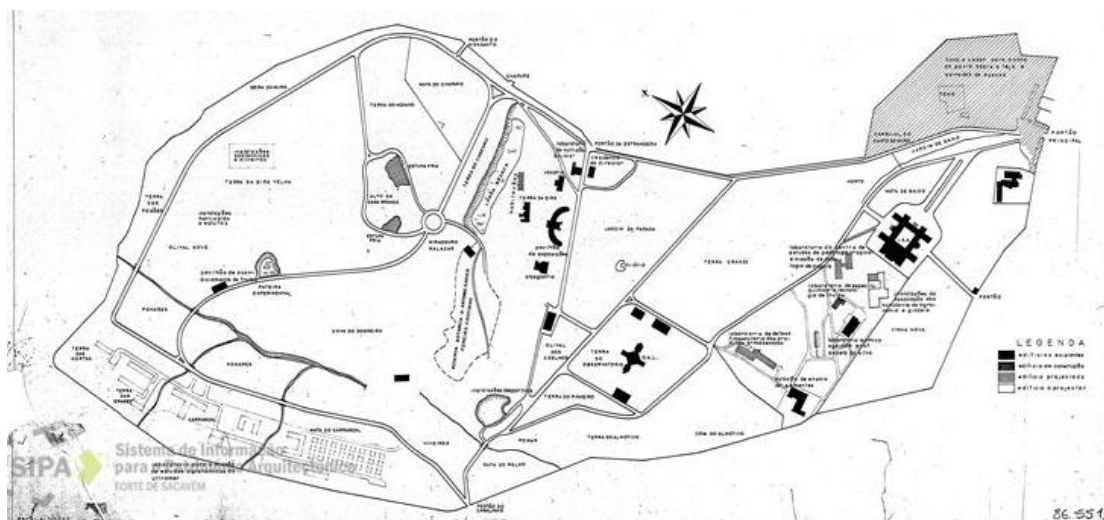


Fig.37 – Planta da Tapada da Ajuda nos anos 50. No canto superior direito, a zona sombreada representa a área cedida pelo I.S.A. para a fixação do pilar da Ponte sobre o Tejo
(Fonte: <http://www.monumentos.pt/>, Julho 2011).

Nos anos 70, o I.S.A. volta a ceder parte da sua propriedade, desta vez para a construção do Pavilhão Gimnodesportivo, na Calçada da Tapada, ligeiramente acima do sítio do Portão da Rua Jau. O mesmo volta a acontecer mais tarde, em 1993, quando são cedidos 0,75 hectares na Mata do Carrascal para alargamento do espaço destinado à Faculdade de Medicina Veterinária, mas neste caso envolvia o interesse de ambas as partes, possibilitando utilizações comuns com a Secção de Zootecnia do I.S.A. (ALVES *et al.*, 2007, p.61).

Em 1978, é formada a “Comissão do Plano Director”, constituída por representantes do I.S.A., da Direcção-Geral do Ensino Superior e da Direcção-Geral das Construções Escolares, baseada na carta da Tapada elaborada anteriormente pelos professores Francisco Caldeira Cabral e Ário Azevedo, na qual estavam projectados princípios e orientações para a delimitação de possíveis áreas de expansão. (ALVES *et al.*, 2007, p. 63). O Plano foi entregue à empresa «Geratriz» em 1981, dividia-se em três fases, sendo na última definido um zonamento geral em: zona de ensino e investigação, zona de exposições e zona de experimentação e exploração agrícola. São delimitadas áreas agrícolas, reserva botânica, viveiros e áreas sociais.

No Verão de 1983, realizou-se uma campanha de escavações na Tapada da Ajuda. No ano anterior, tinha então sido descoberta uma jazida, localizada por Roque, Peixoto e Freitas, que deram conhecimento desta a João Luís Cardoso, e este informa de imediato o Conselho Directivo do I.S.A. e o Departamento de Arqueologia do I.P.P.C., através de um ofício datado de 27 de Julho de 1892. (CARDOSO, 1980-81). Grande parte da jazida ficou

destruída por acções de terraplanagem decorrentes (das obras da construção dos campos de rugby que terminaram em 1986), no entanto, foi na parte Sul da obra que se encontraram maior número de vestígios. Trata-se de um local situado em encosta e sem condições naturais de defesa, declive suave, terreno fértil e abundante em água (com linha de água subterrânea, que antigamente desaguaria no Tejo, junto à antiga FIL). Em termos arqueológicos, já Possidónio da Silva, em 1880, tinha descrito a existência de uma sepultura pré-histórica enquanto estudava a estação dos Montes Claros (CARDOSO, 1980-81).

Os fragmentos foram identificados e enquadrados no conjunto de cerâmicas da Idade do Bronze Final, embora exista um pequeno fragmento, recolhido à superfície, que pertence à Idade do Ferro, posterior. Estes autores concluíram que, pela abundância de elementos “de foice” encontrados (cerca de 136) e em conjunto com as características do local, as populações aqui instaladas teriam um estilo de vida pacífico e sedentário, com alimentação variada, desde cereais e vegetais (que reforçam o carácter agrícola dos terrenos da Tapada) a carne, peixe e marisco (CARDOSO, 1980-81).

Com o objectivo de defesa contra intervenções externas à Tapada, de que foi alvo inúmeras vezes, em 1993, o Conselho Directivo do I.S.A. desenvolveu um trabalho para demonstrar o valor patrimonial da Tapada (incluindo o Jardim Botânico da Ajuda), que termina em 1999. Neste documento são apresentados vários aspectos, sobressaindo-se a Jazida da Idade do Bronze, descoberta em 1982, a existência duma necrópole romana, confirmada em 1990 próxima da Lagoa Branca, o valor histórico do Observatório Astronómico e do Pavilhão de Exposições, e o valor paisagístico de localização com elevada qualidade visual. A 19 de Fevereiro, o Decreto nº5/2002 classifica a Tapada da Ajuda (conjunto intramuros) como “imóvel de interesse público, localizado no Município de Lisboa” (ALVES *et al.*, 2007, pp.61-62).

Derivado da autonomia da Universidades, as obras deixam estar a cargo do Ministério da Educação, passando a tutela para a própria Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa. São então lançados uma série de projectos a executar no I.S.A. ao Programa PRODEP. Só em 1991, na sequência de inúmeras listas, é que uma ordem de prioridades para as obras fica assente. A construção de novos edifícios e a remodelação de alguns antigos levaram à reorganização dos espaços de ensino e investigação, com consequente reordenamento do espaço da Tapada da Ajuda. (ALVES *et al.*, 2007).

Cada vez mais, a Tapada da Ajuda é um espaço destinado ao ensino académico, à investigação e à educação ambiental. Dados recentes revelam que número actual de alunos ronda os 1500, distribuídos por três ciclos de ensino, existindo sete licenciaturas - Arquitectura Paisagista, Biologia, Engenharia Agronómica, Engenharia Alimentar,

Engenharia do Ambiente, Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais e Engenharia Zootécnica - e mais de vinte cursos de mestrados e pós-graduações (PINA, 2011, p.15).

A Tapada da Ajuda encerra um conjunto de acontecimentos históricos marcantes, que determinaram a sua evolução e contribuíram para o seu carácter único. A sua multiplicidade de espaços oferece aos seus utilizadores extraordinárias condições para passeio, recreio e lazer, pela sua vasta área com cerca de 100 hectares; permite o contacto com o meio rural, através das áreas destinadas às práticas agrícolas, e com a Natureza, pela diversidade botânica e faunística que possui; não esquecendo o importante papel e condições que oferece ao Instituto Superior de Agronomia para as suas práticas académicas.

Capítulo 3 - SISTEMA DE PERCURSOS E VISTAS

3.1 - Imagem do Espaço

3.1.1 - Percepção do Espaço

À medida que um indivíduo percorre um espaço, vai formando imagens mentais resultantes da leitura que este faz do espaço de acordo, também, com as vivências e experiências do próprio indivíduo. O ambiente que o rodeia constitui um forte elemento de comunicação, pelo desenvolvimento emocional e físico que esse percurso estimula. Durante o processo de orientação, o “ (...) elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém.” (LYNCH, 1996, p.14). A construção da imagem mental que um determinado indivíduo cria à medida que percorre vários espaços é determinada pelos diversos ambientes experimentados, que podem ou não facilitar a construção dessa imagem (LYNCH, 1996, p.17).

Kevin Lynch (1996) considera que a imagem do meio ambiente pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado. A criação de uma imagem viável passa pela identificação de um objecto distinto, como uma entidade separável, ou seja, com identidade, significado individual ou particularidade. Essa imagem tem de incluir uma relação estrutural ou espacial entre o objecto e outros objectos e com observador, que lhe atribui um significado quer prático quer emocional (LYNCH, 1996, p.18).

3.1.2 – Qualidades e Elementos da Imagem

Como referido anteriormente, na análise da organização do espaço, é necessário o reconhecimento de locais que, devido a características peculiares, possam participar como

elementos relevantes na estrutura espacial. Trata-se de identificação de formas internas de maior relevância na estrutura do meio pelo observador.

A teoria da «Imaginabilidade», defendida por Kevin Lynch, afirma que “qualidade de um objecto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador. É essa forma, cor, disposição, que facilita a produção de imagens mentais vivamente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente identificadas.” (LYNCH, 1996, p.20).

O processo de estruturação e identificação de um espaço facilita a orientação de um indivíduo dentro deste, já que o sentido de orientação relaciona-se com a facilidade de percepção dos elementos que estruturam o espaço, é através de: sensação visual da cor, forma, luz, som, cheiro, etc... e também pela definição/criação de domínios e limites (pelas texturas, formas, cores...). Como tal, é possível recorrer ao conceito de «legibilidade», que se traduz na “facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente” (LYNCH, 1996, p.13), que, ao mesmo tempo, proporcione uma boa e intensa relação entre indivíduo e o espaço. Se essa imagem for organizada, coerente e clara, transmite ao indivíduo a sensação de segurança, de envolvimento e conforto, que desenvolve uma estrutura de referência/base para construção de outras imagens. No caso oposto, se a imagem for desorganizada, incoerente e demasiado complexa, transmite mau estar, insegurança, conflito (LYNCH, 1996).

Para que se desenvolva um espaço coerente, harmonioso e atractivo à vivência humana, a estruturação de um espaço relaciona-se com as interacções que os vários elementos constituintes. No entanto, existem outros factores responsáveis por um ambiente agradável, como o equilíbrio, a tensão, a proporção, a escala, a hierarquia e a referenciação. (BELL, 1993).

“...precisamos de uma forma de entender aquilo que observamos e de perceber como usar essa percepção como um passo nos processos de desenho e gestão desse espaço.” (BELL, 1993, p. 11)

3.2 - «GENIUS LOCI» - Espírito do Lugar

Como descrito anteriormente, um espaço bem estruturado permite uma fácil orientação e identificação, que contribuem na constituição do chamado “Genius Loci” (espírito do lugar).

O carácter único e singular de um espaço faz reconhecê-lo como o que Norberg-Schulz (em *Genius loci: Paysage, Ambiance, Architecture*, 1981, p.15) intitula de “Lugar”, ou seja, um “espaço dotado de um carácter que o distingue”.

Outro conceito importante é o de “Singularidade”, que se traduz pela “evidência de limites (...); fechamento (como um largo fechado); contraste de superfície, forma, intensidade, complexidade, tamanho, hábito, localização espacial (...)” (LYNCH, 1996, p.118).

De uma forma geral, um “Lugar” é estruturado por: Pontos ou nós (praças, largos, edifícios, centros, árvores isoladas...); linhas (percursos, vias, alinhamentos...) e áreas (com limites, mais ou menos evidentes, que encerram diferentes tipologias de tecidos rurais e urbanos) (LYNCH, 1996).

“É a combinação dos elementos da estrutura, em totalidades complexas, que constitui a imagem de um lugar, permitindo a orientação das pessoas e ajudando à construção do sentimento de identificação com esse lugar, o que pressupõe a existência de um sentimento de pertença em relação ao mesmo.” (MAGALHÃES, 2001, pp.239-240).

No caso da Tapada da Ajuda, a estruturação e a orientação no espaço é facilitada pela multiplicidade de usos existentes de forma organizada, pelas diferenças de cor e textura que apresentam. A presença de edifícios (elementos inertes) em contraste com toda a envolvente vegetal (viva), estruturada/delineada por uma rede de percursos e sebes, que permite que estes sobressaiam, tornando-se como pontos de referência, de orientação e fácil identificação.

A existência de uma grande diversidade de lugares permite criar diferentes sensações e significados a diferentes utilizadores. Algumas zonas dão a sensação de proximidade, conforto e segurança, sentimentos relacionados com o nível de percepção que temos de um espaço e dos objectos que nos rodeiam. Associam-se também ao sentimento de refúgio, e podemos experimentá-los como locais agradáveis para estadia, convívio, recreio, desporto, estudo, entre outros.

A situação topográfica da Tapada também desperta o sentimento de respeito que se estabelece entre o Homem e a Natureza, e confere a este «Lugar» um certo domínio sobre a cidade e o rio Tejo.

Conclui-se então que, no caso da Tapada, todas as partes constituem o todo, isto é, o “Lugar”. Através das suas características físicas mais importantes (relevo, vegetação e organização/estrutura do espaço), visualmente apreensíveis, é feita uma aproximação entre a Paisagem rural e Natureza com o homem urbano, reforçando assim a conexão cidade-campo.

3.3 - Percursos

Os percursos são uma peça fundamental na compreensão e percepção da paisagem, pois desempenham um papel importante no contacto com o meio. Além de serem linhas de ligação entre diversos espaços, quando associados ao património, os percursos ajudam no reconhecimento, valorização e articulação deste com a vida quotidiana.

3.3.1 - Percursos na percepção da Paisagem

Os percursos apresentam-se inseridos nos espaços e são determinantes na forma como quem os percorre visualiza e percebe esse mesmo espaço. Segundo o filósofo Besse (2000), a Paisagem pode ser entendida como: realidade objectiva; representação; experiência (BESSE *in* OLIVEIRA, 2003).

A paisagem como **realidade objectiva** entende-se como um objecto provido de características que podem ser analisadas pelas ciências ambientais e humanas (BESSE *in* OLIVEIRA, 2003, p.5).

Quando o sujeito observa uma determinada paisagem à medida que a vai percorrendo, seja durante um passeio ou numa viagem, desenvolve uma “concepção mental” composta por imagens, textos ou mesmo pela paisagem real que observa no momento. O resultado dessa concepção depende exclusivamente do observador, consoante o seu conhecimento, experiências e capacidade de percepção. Neste caso, entende-se a paisagem como **representação** (BESSE *in* OLIVEIRA, 2003, p.5).

Por fim, a designação de paisagem como **experiência** tem por base a interacção directa entre o indivíduo e o espaço envolvente, que se reflecte em sensações, sentimentos, conhecimento, constatações e observações que não são uma realidade objectiva nem se consideram como construções mentais (BESSE *in* OLIVEIRA, 2003, p.6).

Como a imagem visual e mental criada é diferente para cada observador e corresponde a uma interpretação pessoal e individual, pode considerar-se que a paisagem aparece sob a forma de “realidade escondida”, conforme o sentimento directo que desperta ao ser observada (Russel *in* OLIVEIRA, 2003, 9).

3.3.2 - Percursos na construção simbólica da Paisagem

Como vimos anteriormente, a identidade, estrutura e significado são componentes indissociáveis das imagens das paisagens que nos rodeiam, que retemos dos objectos e, por isso, são também valiosos na identificação de elementos que revelam os aspectos culturais e na História de uma população (LYNCH, 1996).

A boa estruturação de um espaço é importante porque facilita a construção de “mapas cognitivos” ou mapas mentais de orientação de trajectos e posicionamento de elementos com o sentido de referências (lugares) e de fronteiras (distâncias), com a qual o observador cria uma relação. A importância da organização mental e legibilidade do espaço passa pela organização física desse espaço, que confere um maior impacto de segurança emocional ao sujeito que percorre e vive esse mesmo espaço, possibilitando uma maior experiência desse (LYNCH, 1996).

A estruturação representa assim as “interacções e relações que as várias partes dos elementos permitem para que ocorra a formação de um espaço coerente e atractivo à vivência humana.” (BELL, 1993).

3.3.3 - Características dos elementos estruturantes da Paisagem

Alguns elementos da paisagem possuem características suficientemente fortes e têm a capacidade de despertar a atracção do observador, designada por força visual (BELL, 1993, p.13). Esses elementos tornam-se marcantes e memoráveis para o observador, tornando-se pontos de apoio/referência na sua orientação e na percepção da imagem e significado da paisagem que percorrida.

Inerentes a um ambiente considerado agradável ao ser humano, estão associados alguns factores como o equilíbrio, a tensão, o ritmo, a proporção, a escala, a simetria, a hierarquia e o posicionamento (BELL, 1993).

O **equilíbrio** “implica forças ou intensidades para as quais há necessidade de encontrar um ponto de anulação da tendência de caminhar para os extremos das situações.” (BELL, 1993, p.134). Já o **equilíbrio visual** é “influenciado por factores como a direcção, o tamanho, densidade ou a cor, (...) forte relação com a simetria e a posição que os elementos ocupam no todo espacial, e a relação entre eles, em termos de escalas, cor ou concentração.” (BELL, 1993, p.134).

A **tensão** deriva existência de conflito visual ou físico, exemplo de um muro alto que não permite visualizar o que está para trás dele, cria uma tensão visual e física (BELL, 1993, p.138).

O **ritmo** é influenciado pela “ocorrência de repetições de formas em intervalos de tempo ou de espaço.” (BELL, 1993, p.140).

A **proporção** refere-se ao tamanho dos elementos ou parte deles com os outros elementos. Normalmente opta-se pela regra dos terços, fundamental para o princípio da proporção no desenho da paisagem urbana e rural, na composição de espaços abertos. “(...) 2/3 leva uma das partes a prevalecer sobre a outra, podendo mesmo criar uma

opressão ou tensão que incrementa a legibilidade da intervenção. Neste sentido utiliza-se a regra dos terços (1/3 ou 2/3) consoante a parte do elemento que se pretende realçar ou minimizar.” (BELL, 1993, p.145).

A **escala** relaciona-se com a “dimensão humana e da paisagem. A distância do observador ao elemento altera a sua escala, e a mudança de posição do observador em relação ao elemento implica que este seja constantemente reajustado consoante o *background*.” (BELL, 1993, p.150).

A **simetria** “(...) proporciona composições formais estáveis e calmas. (...) formas naturais tentam à assimetria (...) A simetria pode desenvolver-se em três tipos: a bilateral, a caleidoscópica e dualista.” (BELL, 1993, p.160).

Na **hierarquia**, é feita uma “estruturação de acordo com a importância que um elemento ou conjunto de elementos desempenha no espaço. Este factor implica uma distinção de dominância visual através da qualidade e variedade de elementos que constituem o espaço.”. Como exemplo, existe hierarquia estruturada de poder, simbolismo, hierarquia social no espaço urbano ou hierarquia funcional como redes de ligação. (BELL, 1993, p.163)

A **referenciação** é um aspecto “importante na orientação e posicionamento dos elementos no espaço, e de relacionamentos entre os elementos e o espaço e entre os próprios espaços.” (BELL, 1993, p.167).

3.3.4 – Percursos Pedonais, Ciclovias e Acessibilidades no Espaço Público

A organização de percursos e acessibilidades dentro de um espaço público garante uma boa estrutura e circulação nesse espaço e promove a qualidade da sua utilização. É por isso importante que esse espaço esteja preparado para a utilização de todos, incluindo pessoas com deficiências, incapacidade e dificuldades motoras.

“Ser móvel é percorrer a nossa espantosa condição urbana, que é condição humana, porque o território, muito para além da sua vertente física, é uma imensa construção social.” (TELES, P; SILVA, P, 2007, p.15).

O Conceito Europeu de Acessibilidade constitui um documento importante para a elaboração das normas e directivas europeias sobre acessibilidades. A perspectiva europeia para acessibilidade tem por base o reconhecimento, aceitação e promoção/incentivo – para toda a sociedade – dos direitos humanos, incluindo pessoas com limitações, com intuito de assegurar a protecção da saúde, segurança, conforto e segurança ambiental. Acessibilidade – para todos – é um atributo essencial centralizado no ser humano e no desenvolvimento de um ambiente sustentável (Conceito Europeu de Acessibilidade, 2004 in <http://www.eca.lu/>).

Em Portugal, com a finalidade de promover o bem-estar e a qualidade de vida da população e igualdade entre todos, surge o Decreto-Lei n.º163/2006, de 8 de Agosto, que defende que “A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.” (Diário da República *in* <http://dre.pt/pdf1s/2006/08/15200/56705689.pdf>).

A rede de percursos pedonais acessíveis em espaços públicos deve por isso ser contínua e coerente, abrangente e devidamente articulada com as actividades e funções pretendidas no espaço em questão (Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos, 2007, pp.72-73).

O declive é um factor fundamental no processo de planeamento dos percursos, pedonais ou cicláveis. No caso das ciclovias, segundo o Guia Americano AASHTO (American Association of State Highway and Transportation Officials, 1995) os declives mais frequentemente utilizados para circulação de bicicletas incluem-se nas classes seguintes:

- 0-3% - terreno considerado plano, com aptidão completa para a circulação em bicicleta;
- 3%-5% - terreno pouco declivoso, considerado satisfatório para circular de bicicleta até médias distâncias;
- 5%-8% - terreno medianamente declivoso, impróprio para circulação de bicicletas por norma. Pode funcionar como espaço ciclável de ligação em muito curtas distâncias (até 125m aproximadamente).

O Guia AASHTO refere ainda que:

- troços com 5-6% são aceitáveis até 240m;
- troços com 7% são aceitáveis até 120m;
- troços com 8% são aceitáveis até 90m;
- troços com 9% são aceitáveis até 60m;
- 10% são aceitáveis até 30m;
- troços acima de 11% aceitam-se até a um máximo de 15m.

3.4 – Qualidade Visual da Paisagem

O principal meio para a apreensão de uma paisagem é a visão, considerado um dos sentidos mais importantes que o ser humano possui. É através do contacto visual entre o observador e a paisagem que é feita uma relação visual e sensitiva aos indicadores imediatos presentes no ambiente de um determinado local. “ (...) é pela visão que nos apercebemos de um conjunto de dados sobre a paisagem que nos permitem imediatamente construir uma opinião estética sobre ela, favorável ou desfavorável.” (NUNES, 1985, p.10).

Tanto no contexto urbano, como no rural, a paisagem é um elemento importante porque constitui uma parte essencial dos nossos recursos naturais, contém testemunhos arqueológicos e históricos, suporta a vida de plantas e animais (incluindo o ser humano); proporciona o desenvolvimento cultural, social e económico, contribuindo na qualidade de vida urbana e rural. A avaliação do valor paisagístico com qualidade visual é muito subjectiva, é difícil chegar a um valor exacto da qualidade visual, pois depende de numerosos factores inerentes ao carácter, características e elementos de um espaço e do próprio observador (The Landscape Institute and the Institute of Environmental Management and Assessment, 2002).

A **análise da qualidade visual de um local ou região** pode ser definida como um “(...) processo de determinação de um valor, absoluto ou relativo, sintética ou descritivamente expresso, que represente a localização dessa paisagem numa determinada escala de preferências.” (NUNES, 1985, p.13).

Qualquer acção sobre um espaço irá introduzir transformações (naturais ou por acção humana), quer sejam na forma, na função, na vivência e, conseqüentemente, na imagem desse espaço, provocando “impactos visuais” num observador. A **análise de impactos visuais** pode ser definida como um “ (...) processo de avaliação das consequências visuais de determinada alteração, (...) donde pode resultar uma classificação da paisagem em termos de «absorção visual», que dirá da maior ou menor capacidade da paisagem para suportar um impacto visual – susceptibilidade ou sensibilidade visual da paisagem – referindo-se a uma situação potencial de absorção visual em relação a um impacto não definido.” (NUNES, 1985, p.13).

A qualidade estética da paisagem diz respeito à análise crítica que os indivíduos fazem sobre a representação estética dos elementos naturais e culturais que constituem um espaço. A variação da avaliação da qualidade estética da paisagem deriva de inúmeros factores, como a organização do espaço (ordem), a diversidade existente no espaço

(diversidade) e o impacto que essa paisagem, ou parte dela, tem num determinado observador (valor cénico) (MARQUES, 2010, p.71).

Actualmente, volta a existir um maior interesse e preocupação pela Natureza. A sociedade já reconhece que a qualidade da paisagem é um factor importante para o bem-estar e qualidade de vida das populações. Em geral, há preferência pelos espaços abertos, com sol, ar puro e com vistas panorâmicas, aos espaços fechados, abafados, escuros e barulhentos. Existe cada vez mais mudanças de hábitos da população e uma tendência para melhorar a qualidade de vida.

3.4.1 - Qualidade Visual da Tapada da Ajuda

“A Tapada tem um papel de enorme relevo na protecção da nossa flora e fauna primitiva, de tal forma que a ela se devem, pelo que toca a Lisboa, as poucas parcelas onde o lisboeta encontrará na verdade a paisagem natural.” (BARRETO, 1952).

Em termos de relações visuais, é fundamental referir o alto contraste visual entre o espaço interior da Tapada e o espaço exterior. Na relação visual exterior-interior, são escassos os locais que permitem uma boa/completa visibilidade sobre a Tapada. Tal só é possível do cimo da ponte sobre o Tejo e da encosta da margem Sul do Tejo. Por outro lado, devido à sua posição topográfica e aos vários edifícios no Bairro do Calvário, a Tapada encontra-se escondida e parece visivelmente inacessível a partir das zonas na sua proximidade.

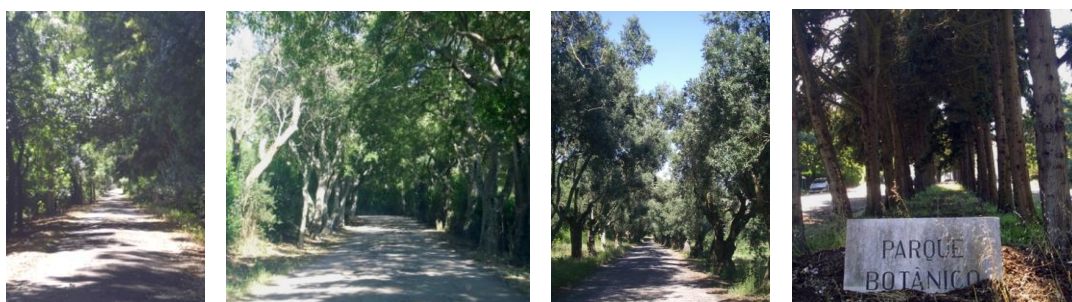


Figs.38 – Mapa de Sistema de vistas da Tapada da Ajuda
(Fonte imagem de base: <http://maps.google.pt>).

“ (...) quem não conhece o I.S.A., apenas dá por um imponente edifício, durante alguns instantes, ao percorrer a Calçada da Tapada (...)” (CARDOSO, 1993).

No seu interior, existe uma grande alternância de zonas abertas e fechadas, concedendo à Tapada uma composição visual singular. Como exemplo de espaço aberto, a «Terra Grande» transmite a sensação de extensão, contínuo e amplitude; por outro lado, temos zonas fechadas e bem delimitadas por sebes cerradas, capazes de despertar sensações opostas no observador. A água é também um elemento importante e marcante na Tapada da Ajuda, não só em termos pontuais (Lagos e Lagoas existentes), como em “pano de fundo”, que enriquece grandemente a riqueza visual da paisagem da Tapada.

As seguintes imagens são alguns exemplos da qualidade da paisagem apreendida na Tapada de Ajuda, em conjunto com as sensações que transmitem:



Figs.39, 40, 41 e 42 – Sensação de Profundidade (Fonte: Autora, 2011).



Figs.43 e 44 – Sensação de Infinito (Fonte: Autora, 2011).



Figs.45, 46 e 47 – Sensação de Intimidade (Fonte: Autora, 2011)



3.4.2 - Metodologia de Análise Visual

Entre várias metodologias estudadas, neste trabalho optou-se por fazer uma adaptação à Metodologia de Análise da Preferência Visual, encontrada no artigo científico de Carl Steinitz, “*Toward a Sustainable Landscape with High Visual Preference and High Ecological Integrity: the Loop Road in Acadia Park, U.S.A.*” (1990, pp. 213-250). Neste artigo, o principal objectivo é estabelecer níveis de sensibilidade no planeamento paisagístico, propondo alterações benéficas em termos ecológicos e visuais da paisagem. Tenta-se, então, evidenciar/identificar os pontos estratégicos (ao longo da “*Loop Road*”) que permitem apreciar a beleza paisagística do parque.

As preferências visuais são obtidas através de um inquérito ao público (uma 700 pessoas, residentes no *Mt. Desert Island* e visitantes), onde são mostradas 48 fotografias de situações visíveis ao longo da *Loop Road*, em que os inquiridos escolhem as que mais e menos gostam.

Abordando apenas a parte relativa à preferência visual (que serve de base para o presente trabalho), a análise dos resultados obtidos levaram Carl Steinitz a concluir que as pessoas escolhem as suas vistas preferenciais de acordo com o seu passado cultural, princípios e pela geografia. Assim, elabora uma escala decrescente de preferências visuais (STEINITZ, 1990, p. 224):

- 1- As pessoas não gostam de ver a paisagem urbanizada ou muito desenvolvida;
- 2- As pessoas gostam/ procuram sensação de mistério;
- 3- As pessoas gostam de ver desenvolvimento costeiro, onde se identifica o carácter histórico.
- 4- As pessoas gostam de ver água;
- 5- As pessoas não gostam de ver desenvolvimento turístico comercial;
- 6- As pessoas gostam de vistas com longas distâncias;
- 7- As pessoas gostam de ver a paisagem agrupada;
- 8- As pessoas gostam de ver vegetação diversa e bem cuidada.

Neste trabalho, pretende-se igualmente conhecer quais os locais e vistas preferenciais existentes na Tapada da Ajuda. Foi, então, realizado um inquérito, no final do Verão de 2011 em que responderam a este inquérito 75 pessoas, com idades entre os 16 e 78 anos, residentes dentro e fora de Lisboa, com diferentes habilitações literárias e diversas situações profissionais (grande parte com frequência regular da Tapada). Dentro de um conjunto de 40 fotografias (tiradas no interior da Tapada, em situações normais), cada inquirido seleccionou as 8 que mais gosta, e as 8 que menos gosta. Desta forma, foi

possível identificar os pontos e vistas preferências da Tapada da Ajuda, decisivos na elaboração da proposta presente no último capítulo deste trabalho.

Foram também feitas cinco questões para avaliar o impacto que a Tapada tem junto da população, em termos de conhecimento do espaço e interesse/potencial turístico.

Pelos resultados obtidos no inquérito (que se encontram no Anexo II), conclui-se que a escala de preferências elaborada por Steinitz é facilmente adaptada a este caso de estudo (em que a preferência na escolha das fotografias por parte do público foi bastante semelhante). Em relação ao impacto que a Tapada da Ajuda tem na população inquirida, conclui-se que a maioria “já ouviu falar” da Tapada e “já lá esteve”, classificando o seu grau de interesse/potencial turístico como elevado.

Capítulo 4 - PATRIMÓNIO

Por «Tapada» entende-se “um terreno murado, uma mata dentro da qual se cria caça e gado e se aproveita o mato e a lenha. (...) remontam à Antiguidade Clássica e eram privilégio exclusivo da realeza. Durante séculos constituíram um papel importantíssimo na defesa e conservação da natureza, bem como as quintas da nobreza e as cercas conventuais, de tal forma que a estas se deve a manutenção de alguma paisagem “natural”, que ainda hoje existe.” (CARDOSO, 1992, p.16)

Nos terrenos da Tapada da Ajuda existe um conjunto de elementos de elevado valor arquitectónico e paisagístico, que ao longo das últimas décadas, foi alvo de verdadeiros “atentados” de pressão pública, ligados a projectos de urbanização de entidades externas. Como tal, o I.S.A. vê-se na necessidade de proteger a sua propriedade e desenvolve um trabalho (1993-1999) para demonstrar o valor patrimonial da Tapada. A 19 de Fevereiro, o Decreto nº5/2002 classifica a Tapada da Ajuda (conjunto intramuros) como “imóvel de interesse público, localizado no Município de Lisboa” (ALVES *et al.*, 2007).

A Tapada é então descrita como Tapada / Parque Botânico limitada por um muro, construída com a finalidade de criação de caça e/ou gado e aproveitamento de mato e lenha. Está em grande parte florestada sendo constituída também por campos agrícolas, hortas e jardins. Contém vegetação ornamental associada a alguns elementos construídos, como edifícios, bancos, canteiros, estátuas ou peças de água (LIMA, 2005).

O Património Cultural é constituído por várias construções, de onde se destacam o Observatório Astronómico de Lisboa, o Pavilhão de Exposições, o Edifício Principal do Instituto Superior de Agronomia e o Jardim Botânico da Ajuda (apesar de não estar dentro

da Tapada, pertence ao I.S.A.). Não é possível definir um estilo arquitectónico único, no entanto, as várias construções apresentam traços dos estilos neo-clássico, pós-moderno e “indefinida”/ ecléctica. É importante referir também as existências da Jazida da Idade do Bronze, encontrada em 1982, e da necrópole romana junto à «Lagoa Branca», elementos que unem a Tapada da Ajuda à pré-História (relatadas no capítulo do enquadramento histórico) (LIMA, 2005).

Em termos de Património Natural, a Tapada contém uma grande variedade de espaços, desde espaços de carácter agrícola e pedagógico, para produção florestal, para reserva e conservação da natureza, a espaços para recreio e lazer. Entre estes destacam-se a Reserva Botânica Natural “D. António Xavier Pereira Coutinho”, o jardim da Parada e o Jardim do Auditório de Professor Caldeira Cabral.

4.1 - Património Cultural

4.1.1 - Observatório Astronómico de Lisboa

Foi em Fevereiro de 1850, que o astrónomo francês Faye propôs que as observações da “maravilhosa estrela de Argelander”, já que Lisboa era o único local em todo o continente europeu em que esta poderia ser encontrada pela luneta zenital (António Perestrello Botelho, 1961, cit. *in* CARDOSO, 1992, pp. 20-21).

Sabendo desta proposta, o Conde do Lavradio de imediato sugere à Câmara dos Pares que o Governo adquirisse a tal luneta zenital criada por Faye e que as observações fossem feitas em Lisboa. O Governo contactou o francês para a construção dos aparelhos e nomeou uma comissão para a construção do Observatório, onde se destacou Filipe Folque, Lente de Astronomia e Director Geral dos Trabalhos Geodésicas do Reino. No entanto, esse assunto só voltaria à Corte em Janeiro de 1857, em que D. Pedro V oferece 30 contos de réis para a construção do Observatório, destacando uma nova comissão, supervisionada por Folque, com apoio de Frederico Augusto Oom, seu distinto aluno. No início pensou-se implantar o Observatório no jardim do Príncipe Real, depois no Parque Eduardo VII, mas, por fim, optou-se pela Tapada, na qual o Rei cedeu 200 metros do seu terreno (no local da «Eira Velha»). O projecto é da autoria dos arquitectos Jeans François Gilles Colson e José da Costa Sequeira, com desenho inspirado no Observatório de Pulkova, na Rússia. Só em 1861, são iniciadas as obras, no mesmo ano em que D. Pedro V morre, ficando D. Luís I como seu sucessor. Prevê-se que a construção tenha sido concluída até 1869, data das primeiras observações realizadas (CARDOSO, 1992, pp.19-27).

Em termos arquitectónicos, o Observatório é composto por um corpo central octogonal rodeado por quatro corpos mais pequenos, que tomam as orientações dos quatro pontos cardeais. No pórtico, encontra-se um friso datado de 1861. No piso inferior do corpo central, está uma sala circular com uma galeria também octogonal, em que no pavimento está representada a rosa-dos-ventos. No piso superior do corpo, foi construída uma cúpula gigante giratória, toda em ferro, com o peso de 30 toneladas. É sem dúvida uma construção monumental, das mais notáveis a nível europeu. A maior parte das observações nele realizadas devem-se a Campo Rodrigues. É importante referir que, num dos acessos ao observatório, se encontra o denominado Banco de Junot. Ficou assim conhecido porque diz-se que o marechal francês aí se sentava aquando das idas ao Palácio da Ajuda (PROENÇA, 1924, pp.378-379).



Fig.56 – Vista aérea do Observatório
(Fonte: <http://maps.google.pt>).



Figs.57 e 58 – Fotografias do Observatório. (Fonte fig.58: Mário Cardoso *in* Guia de Portugal Artístico, vol. I nº1, 1993, p.66);
(Fonte fig.59: Autora, 2011).

Entre os anos de 1992 e 2005, o Observatório Astronómico foi alvo de diversas obras de conservação e de beneficiação, desde reparações a instalação de estruturas, entre estas a instalação do núcleo museológico. Este edifício encontra-se inventariado como Património Arquitectónico, incluído na classificação do conjunto da Tapada da Ajuda, grau 2. Inicialmente utilizado como Observatório Astronómico, funciona agora para uso cultural como museu, biblioteca e arquivo, pertencente à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (MACHADO *et al.*, 2011).

4.1.2 - Pavilhão de Exposições

O projecto do Pavilhão de Exposições é da autoria de Pedro de Ávila, que se inspira em projectos como o que o inglês Thomas Dillen Jones concebeu para o Palácio de Cristal do Porto, conseguindo exaltar o estilo arquitectónico romântico. A extensão do edifício é de 180m, as galerias com 7.5m de largura e a cúpula central com 30m de altura (FERREIRA, 1987). Como afirma este autor, o Pavilhão, “ (...) enquadra-se correctamente na escala de presença da Tapada, abrindo o seu sorriso feito de harmonias e contrastes, de transparências e reflexos, ao espelho do rio da cidade.” (FERREIRA, 1987, p.30).

Utilizando as mesmas palavras usadas no nº1 da Revista da Exposição, por Jorge de Mello: “identifica-se pela sua presença envolvente, disciplinada na organização do espaço de exposição e ordenada volumetricamente a partir de um eixo que comporta o torreão ou pavilhão central, e do qual divergem duas alas laterais, a nascente e a poente, ambas igualmente rematadas por pavilhões menores, de planta octogonal, cobertos como o central por domos que exponenciam o ritmo da composição (...) estamos na presença de uma composição espacial dominada por um princípio de simetria” (Mello *in* FERREIRA, 1987, p.19).



Fig.59 – Fotografia aérea do Pavilhão de Exposições (Fonte: <http://maps.google.pt>).



Figs.60 e 61– Pavilhão de Exposições



(Fonte fig.61:<http://www.isa.utl.pt/files/pub/TapadadaAjuda.pdf>)
(Fonte fig.62: Autora, 2011).

Em termos de arquitectura e composição deste edifício, pode descrever-se como um edifício constituído por volumes articulados de 3 corpos octogonais ligados entre si por alas que, desenvolvendo-se em linha, se chegam à sua face posterior. A Planta apresenta um formato semi-oval, orientado para Sul. O pavilhão apresenta volumetria escalonada, destacando-se a cobertura composta por três corpos, efectuada por cúpulas de ferro, elevando-se a do torreão central sobre um tambor. Nas alas, a cobertura é feita por telhados a duas águas. Os acessos fazem-se por lanços de escada em leque, ligados a cada um dos torreões. A Sul, o alçado principal é caracterizado pelas alas envidraçadas alternância e pelos três torreões (VALE; GOMES, 1995; CARVALHO, 1998).

O Pavilhão de Exposições encontra-se inventariado como Património incluído na classificação da Tapada da Ajuda, grau dois, propriedade do Estado (VALE; GOMES, 1995; CARVALHO, 1998).

Actualmente este espaço destina-se para congressos, festas, exposições e outros eventos que tanto accionam a magnitude e elegância deste edifício, como promovem toda a Tapada da Ajuda.

4.1.3 - Edifício Principal

Como foi descrito anteriormente, o Edifício Principal do I.S.A. foi projectado em 1911, pelo arquitecto Adães Bermudes, formado em Paris nos finais do séc. XIX. Em termos arquitectónicos, o edifício toma a forma de um quadrilátero com um claustro central. Esta seria a tipologia da época para as universidades e adoptada pelo arquitecto. É composto por dois pisos altos e quatro escadarias interiores, uma em cada canto. A escadaria principal de entrada acede a um *hall*, de onde se percepção de forma imediata a simetria das escadarias laterais e o claustro central em frente. Considera-se que o claustro está incompleto devido a faltarem as arcadas a nascente (sob a zona da antiga biblioteca, actual salão Nobre); a partir do claustro é feita a ligação aos “quatro cantos” do edifício e funciona como zona de recreio (CARDOSO, 1992, p.62).

Todo o edifício parece “escondido”, ou pela situação topográfica ou pelo denso arvoredo que o envolve, sendo apenas visível pelo portão principal do Instituto ou do cimo da Ponte sobre o Tejo (que viria a ser construída anos mais tarde). No entanto, o facto de estar orientado para nascente permite, para quem está na entrada do edifício, ter uma vista panorâmica sobre o rio, já que a vista que se tem para Sul é interrompida pelos altos prédios do Bairro do Calvário, construídos a partir de 1876 (CARDOSO, 1992).



Figs.62 e 63 – Fotografias da construção e do Edifício Principal do I.S.A., há mais de 100 anos atrás
(Fonte: https://www.isa.utl.pt/files/priv/fotos/Construcao_Edificio_Principal/fotos).



Fig.64 – Fotografia aérea do Edifício Principal do I.S.A.
(Fonte: <http://maps.google.pt>).

O Edifício Principal aparece descrito como um edifício de Arquitectura educativa, ecléctica, composta por paralelepípedos rectângulos, formando alas de dois/três pisos, que se unem em torno de uma parte central quadrada, o pátio. A cobertura é feita por telhados diferenciados a três e a quatro águas. Encontra-se incluído na classificação do conjunto da Tapada da Ajuda, grau cinco, pertencente ao Estado. É utilizado para a função educativa como Instituto Superior de Agronomia (BANDEIRA, 1998).

4.1.4 - Outros Edifícios da Tapada

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado um extraordinário aumento no número de alunos do Instituto Superior de Agronomia. Assim, foi necessária a construção de novas infra-estruturas, adaptadas às exigências de cada curso (ALVES *et al.*, 2007).

Simetricamente ladeando o Pavilhão de Exposições e da mesma época, existem dois edifícios rústicos, “a nascente encontramos a Vacaria” com campanário e alpendre de colunas, “a poente a Abegoaria, onde se expunha o gado cavalar, um bem típico Chalet “fin de siècle”, com os vãos debruados a tijolo, os brincos em madeira recortada pendendo dos beirados, e, a fazer “pendant” com a Vacaria, também um tímpano ornado com um barómetro e um campanário no topo...” (CARDOSO, 1992, p.34).



Figs.65, 66 e 67 – À esquerda a antiga Vacaria; no centro, a antiga Abegoaria; à direita, o Chalet da Rainha D. Amélia (Fonte: <http://www.isa.utl.pt/files/pub/TapadadaAjuda.pdf>).

A antiga Vacaria funciona como a Secção de Zootecnia e a Abegoaria e anexo pertenciam à Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista. O Chalet serviu em tempos para residência do director do I.S.A., e actualmente serve de apoio à Secção de Agricultura do Departamento de Produção Agrícola e Animal (ALVES *et al.*, 2007).

Entre eles, encontra-se a antiga cocheira que actualmente possui um anfiteatro onde funcionam aulas. As infra-estruturas que apoiam o DPAA consistem em estufas, campos de ensaios (Terra Grande, Horta, Pomar, Cova do Sobreiro), alguns laboratórios de horticultura, vinhas, etc. Como descrito no capítulo do enquadramento histórico, na Tapada da Ajuda foram construídas as seguintes instalações (ALVES *et al.*, 2007):

- A Estação de Cultura Mecânica;
- O Posto Central de Fomento Apícola (1931), com estufa de crescimento de plantas apícolas;

- A Casa de Tratamento e Empacotamento de Fruta;
- Adaptou-se a antiga Geradora de electricidade dos Paços Reais para aulas;
- O Laboratório Químico Central ou Laboratório Rebelo da Silva (1949);
- O Departamento de Engenharia Florestal (1987);
- O Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves;
- Os Pavilhões Anexos I e II;
- O Centro de Estudos de Produção e Tecnologia Agrícolas;
- Novos Edifícios – Biblioteca, Herbário, Pavilhão de Agro-Indústrias e Silvicultura Tropical e o Auditório.

As imagens que se seguem mostram algumas construções existentes na Tapada:



Figs.68, 69, 70 e 71 – À esquerda, o Miradouro de Salazar; no centro, o Banco do Junot e o Jardim da Rainha, à direita o edifício da Geradora (Fonte: Autora, 2011).

4.2 - Património Natural

4.2.1 - Jardim Botânico da Ajuda

Continuando a subir pela Calçada da Ajuda, do lado esquerdo encontra-se o Portão principal do Jardim Botânico. Em posição dominante sobre Belém e o Rio Tejo, é composto por alguns tanques, estátuas, estufas, canteiros, etc. A sua construção, simples e elegante, construído em dois planos separados por uma “muralha” balaustrada, que comunicam entre si por uma grande escadaria de cinco lances. Só no ano de 1874 é que passou a ser propriedade da Casa Real (PROENÇA, 1924, p.387).

Em Portugal, os primeiros Jardins Botânicos aparecem em Lisboa e em Coimbra, em 1768 e 1873, respectivamente (COUTINHO, 1948, p.19).

Os sécs. XVII e XVIII são marcados pela crescente tendência para coleccionar plantas raras, o que acontecia nas Quintas de recreio nos arredores de Lisboa. Entre outros, havia os hortos de “S.S.A.A., em Palhavã, do Marquês de Angeja no Lumiar, o do Marquês de Abrantes em Benfica” (COUTINHO, 1948, pp.21).

Durante o séc. XVIII, os jardins portugueses encontram maior incentivo para o seu desenvolvimento, assim como os hortos. É então que aparece o primeiro Jardim Botânico em Portugal, feito em “novos moldes”, em que as plantas passam a ser organizadas, classificadas e ordenadas segundo sistemas taxonómicos, cuja principal finalidade era o ensino dos príncipes. A restante parte do terreno destinava-se para ensaios. (COUTINHO, 1948, pp.24-26).

O Jardim Botânico da Ajuda tem origem no reinado de D. José I, por empenho do Marquês de Pombal e de Miguel de Franzini, professor dos príncipes D. José e D. João, filhos de D. Maria Francisca Isabel (mulher do Rei após D. Maria I), frequentemente usado como local de passeio e recreio da família real portuguesa (CASTEL-BRANCO *et al.*, 1999, p.123).

O Jardim é implantado num terreno que D. João V tinha comprado ao Conde da Ponte, uma quinta situada junto ao velho Paço da Ajuda (de madeira) que se designava por “Quinta de Cima” (onde hoje são as instalações da GNR), inicialmente destinada à cultura de frutas e hortaliças, de apoio ao Palácio. É então criado o Jardim Botânico da Ajuda, desenhado por Julio Mattiazzi, com o Dr. Domingos Vandelli (1768-94) como director nomeado pelo Rei, seguindo-se Félix de Avelar Brotero (1811-28), que o desenvolveu (CASTEL-BRANCO *et al.*, 1999).

O Jardim ocupa uma área de três hectares e meio, divididos em dois planos. O plano superior, encostado ao alçado sul do velho palácio, destinava-se ao “quadro das classificações e a escola prática de Botânica”. Encontram-se três lagos de mármore, em que o central é maior e mais trabalhado, com repuxos; duas grandes estufas na fronteira Sul do palácio, que marcam os extremos nascente e poente do Jardim. O plano inferior, destinava-se às culturas experimentais, onde se encontram dois lagos circulares de mármore, e um lago grande central, com diversos andares e ricamente ornamentado com esculturas de “animais amigos da água”, onde se cultivavam algumas plantas aquáticas. Na parte Sul deste tabuleiro, tinha ao centro o edifício do Museu, com ambos os lados com talhões de terreno destinados a viveiros. Ambos os planos, superior e inferior, eram enquadrados por vegetação, um pequeno bosque. (COUTINHO, 1948, pp. 29-30).

“As suas colecções de pássaros e outros bichos, em vistosas instalações, foram animar o Jardim rico de espécies botânicas cujo esplendor se devia a Vandelli, Alexandre Ferreira e a Brotero, e o tornava num maravilhoso Parque que convidava a largos passeios contemplativos para os que habitavam no Palácio desprovido de tais atractivos.” (SEQUEIRA, 1961, p.37).

Os elementos arquitectónicos são maioritariamente do estilo clássico, excepto o lago central e os dois pequenos lagos de forma “conchoide” à entrada que pertencem ao estilo Barroco. Pensa-se que estes pequenos lagos tenha sido trazidos do Palácio de Queluz ou, mais provável, vindo do Palácio Real de Alcântara, como acontece com o que encontramos na Tapada da Ajuda. (COUTINHO, 1948, pp.63-64)

É no tempo de Vandelli que o Jardim contém maior número de espécies, cerca de 5000, enquanto que no tempo de Brotero apenas estão indicadas 1200, talvez por terem sido registados inúmeros roubos no Jardim durante esta época coincidente com as invasões francesas. Depois da morte de Brotero, o Jardim empobrece, apesar de várias tentativas para o renovar, com sucessão de várias direcções, entre elas a Academia de Ciências de Lisboa, a Escola Politécnica e a Casa Real, novamente (COUTINHO, 1948).

Em 1918, depois de ter sido entregue ao Instituto Superior de Agronomia em Dezembro de 1912, o professor J. Rasteiro faz a reconstituição do tabuleiro inferior, conferindo-lhe o mesmo aspecto que se verifica na planta de 1869. Em 1934, o Jardim está sob a direcção do professor André Navarro e verificam-se alguns melhoramentos, entre os quais, a dotação de água, o arranjo geral das estufas, a reparação da canalização e implantação de bocas de rega, o arranjo dos caminhos e, de uma forma geral, todos cuidados na manutenção do espaço e a sua reabertura ao público. Nos anos 40, o Jardim esteve sujeito a um plano de restauro derivado das consequências causadas pelo grande ciclone de 1941. Neste ano, o traçado dos canteiros do tabuleiro superior volta a ser estabelecidos pelo projecto elaborado pelo professor Francisco Caldeira Cabral (COUTINHO, 1948, p.67).

Foi então elaborado um estudo profundo e projecto, presentes no Relatório de Fim de Curso de Engenheiro Agrónomo e Arquitectura Paisagista de Manuel de Azevedo, em 1948. (COUTINHO, 1948)

Já nos anos 90, foi aprovado um projecto de restauro do Jardim Botânico da Ajuda, no âmbito da recuperação do património arquitectónico europeu, aprovado em 1993, apresentado à União Europeia pelo Presidente do Conselho Executivo do I.S.A., o professor Francisco Castro Rego, e coordenado pela professora Cristina Castel-Branco. O projecto tem por base a reposição da colecção de plantas do Jardim, em que se propõe a organização dos canteiros do tabuleiro superior por áreas fitogeográficas, a recolocação das plantas aquáticas no grande lago central do tabuleiro inferior, a reintrodução das plantas nas estufas, a criação de um jardim de plantas aromáticas, a manutenção da mata com vegetação autóctone, a instalação de uma rede de rega (com aproveitamento da alimentação natural do jardim) e o arranjo do sistema de adução de água aos lagos. Existe igualmente a preocupação pelo restauro dos elementos arquitectónicos e esculturas, e pela reconstituição dos pavimentos com rede de drenagem eficiente. Com o objectivo da

reabertura ao público, já que tinha sido fechado para obras entre 1995 e 1997, são restaurados também o chalet da entrada e uma das estufas, como edifícios de apoio ao Jardim. Tentou-se manter um equilíbrio entre o passado e o presente (SOARES, Ana Luísa *et. al.*, 1999, pp.171-202). O Jardim Botânico da Ajuda retoma assim o seu esplendor, oferecendo aos seus visitantes as suas funções de espaço para aprendizagem e de lazer.

No contexto da História da Arte dos Jardins na Europa, pode dizer-se que foi construído num estilo Barroco Italiano com influências do Renascimento Italiano, em que predomina o conceito de recinto fechado, sem correspondência axial com o edifício e com simetria em relação a um eixo, como se verificam nos jardins italianos da época, por exemplo em Villa Garzoni (http://www.gardenvisit.com/garden/villa_garzoni). O Terraço tem boa vista, uma das características dos jardins portugueses (COUTINHO, 1948, p.71).

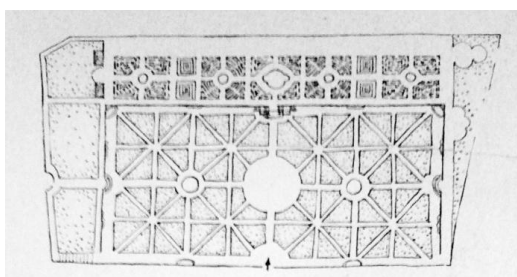


Fig. 72 – Esquema de planta do Jardim Botânico da Ajuda, sem data (Fonte: COUTINHO, 1948, p.50).

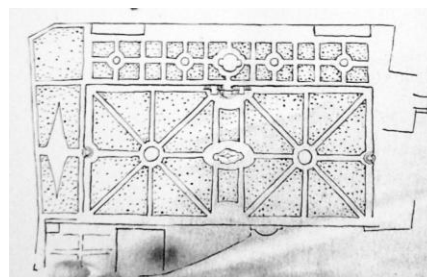


Fig. 73 – Esquema de planta do Jardim Botânico da Ajuda, de 1821 (Fonte: COUTINHO, 1948, p.50).

Na primeira figura, nota-se o tabuleiro superior com três lagos rodeados por pequenos canteiros agrupados “em espécie de xadrez”, que seriam certamente os quadros de classificação das plantas colecionadas, quatro pirâmides para vasos, no centro dois grupos de canteiros e ambos os lados do tanque central com duas estátuas que, segundo Coutinho, não constam terem existido. No tabuleiro inferior, vê-se a escadaria que faz comunicação com os dois tabuleiros, com dois lances de escadas laterais que partem de patamares médios encostados ao muro de suporte. Segundo o mesmo autor, como a escadaria está desenhada a lápis, é provável que não tenha ainda sido construída nesta altura. À esquerda, no pequeno bosque, vêm-se duas estufas. Não existe o lago no centro e destacam-se duas cascatas e bancos em volta do muro (COUTINHO, 1948, p.52).

A segunda figura, datada de 1821, apresenta já algumas alterações, verificando-se de imediato a diferença na composição e traçado dos canteiros, muito menos detalhado. As estufas do pequeno bosque desapareceram, passando a existir duas grandes nos extremos do alçado Sul do velho palácio. No bosque, aparece um espaço em forma de fuso, sem indicações de cultura. No tabuleiro inferior, a disposição dos canteiros é simplificada,

aparece o grande lago ao centro, assim como os viveiros e o museu. A escadaria mantém o seu desenho (COUTINHO, 1948, pp.54-55).



Fig.74 – Planta do Real Palácio d’Ajuda, de 1869 (Fonte: COUTINHO, 1948, p.59).

Nesta planta, encontra-se o Jardim Botânico da Ajuda à esquerda. O tabuleiro superior apresenta os canteiros bastante retalhados, com estreitos arruamentos, em que o terreno está dividido em pequenos talhões. Surgem duas estufas maiores e no lugar onde deveriam estar os vasos referidos na planta anterior não datada, estão quatro séries de círculos concêntricos. No tabuleiro inferior, notam-se dois caminhos circulares e a arborização do plano inferior. A escadaria aparece em esboço e a balaustrada não está terminada (COUTINHO, 1948, pp.53-57).

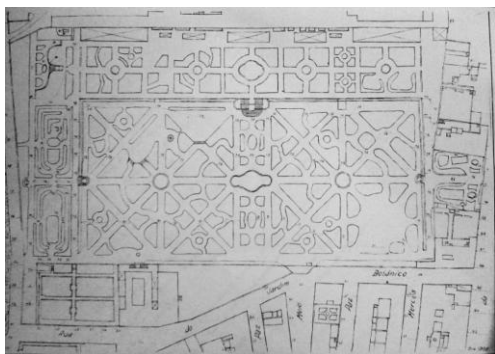


Fig.75 – Planta do Jardim Botânico da Ajuda, em 1908 (Fonte: COUTINHO, 1948, p.58).

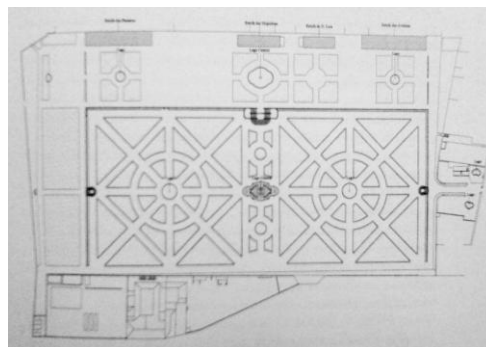


Fig.76 – Planta do Jardim Botânico da Ajuda, de 1948-1994, elaborada por Teresa Chambel e Ana Luísa Soares em 1995 (Fonte: CASTEL-BRANCO *et al.*, 1999, p.77).

A Planta da figura 20 corresponde à folha 4E da Planta Geral da Cidade de Lisboa, levantada em Dezembro de 1908. Notam-se profundas modificações. No tabuleiro superior, aparecem cinco estufas. As linhas aparecem com um aspecto naturalista, perdendo as noções de simetria anteriores. Na mata/bosque estão representados três grandes canteiros. Surgem dois novos lagos na entrada a nascente. Aparecem também um pequeno lago semi-circular no prolongamento do eixo longitudinal do tabuleiro inferior e novos caminhos,

aproveitando as curvas de nível, sendo esta a primeira planta do jardim que aparece cotada. A escadaria e a balaustrada apresentam-se completas (COUTINHO, 1948, p.58).

Entre os anos de 1948 e 1994 (fig.21), nota-se que o traçado voltou a ser alterado, com o regresso à simetria e linhas direitas, e uma composição mais simplificada. No tabuleiro superior, da esquerda para a direita, estão a estufa dos pássaros, a estufa das orquídeas, a estufa D. Luís e a estufa das avencas, que já apareciam na planta de 1908. Entre outras mudanças, o bosque/mata perde o traçado interior e o tabuleiro superior perde um canteiro.

O Jardim Botânico encontra-se classificado como Património, protegido por IIP, Dec. nº 33 587, DG 63 de 27 Março 1944, ZEP, DG 253 de 29 Outubro 1959, como “Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, de grau dois e está afecto ao Instituto Superior de Agronomia, propriedade do Estado, de utilizações Científica como jardim botânico e Recreativa como jardim” (CALÇADA, 2001; LIMA, 2005).

4.2.2 - Reserva Botânica Natural “D. António Xavier Pereira Coutinho”

A Reserva Botânica Natural “D. António Xavier Pereira Coutinho” ter origem em 1951, aquando das comemorações do primeiro centenário do nascimento de D. António Xavier Pereira Coutinho, professor do I.S.A. e um dos mais notáveis cultores da Ciência Botânica em Portugal, em que o Conselho Escolar do Instituto decide atribuir o seu nome a uma “reliquia de vegetação natural” existente na Tapada da Ajuda (VASCONCELLOS, 1956, p.127).

Esta Reserva ocupa uma área com cerca de 4,4 hectares, consiste de um outeiro na faixa central calcária da Tapada da Ajuda, acima do Pavilhão de Exposições, revestido de vegetação natural e conhecido por “Zambujal das Pedreiras”. A entrada da Reserva foi assinalada com uma lápide com a sua designação, representando a Protecção da Natureza, até então pouco desenvolvida (VASCONCELLOS, 1956, p.129).



Fig.77 – Lápide da Reserva Botânica Natural
(Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p.128).



Fig.78 – Aspecto da Reserva Botânica Natural
(Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p.129).

Ao ser percorrida, dá a sensação de pleno campo, onde se podem admirar as variadas espécies de vegetação existentes em estado natural e de onde se tem uma panorâmica excepcional sobre a cidade de Lisboa, Rio Tejo e Margem Sul, principalmente quando se sobe ao Miradouro de Salazar.

Em relação à vegetação existente, a maior parte pertencente à flora mediterrânea, consiste em mais de 250 espécies, entre elas: pequeno bosque natural dominado por zambujeiros – *Olea europaea* L. var *silvestris* Brot, de estrutura variável e de porte arbustivo a arbóreo; sanguinho das sebes – *Rhamnus alaternos* L.; aroeira – *Pistacia lentiscus* L., menos frequente; dos arbustos menores, *nonofanerófitas*, aparecem, entre outros, o piorno amarelo – *Retama shaerocarpa* (L.) Bss.; madressilva caprina – *Lonicera etrusca* Santi; espinheiro-preto – *Rhamnus oleoides* L. for. *latifolia* (Lge) P.Cout.; gilbardeira – *Ruscus aculeatos* L.; espargo bravo-maior – *Asparagus aphyllus* L.; algumas plantas vivazes de revestimento do solo como, por exemplo, o açafate de prata – *Lobularia maritima* (L.) Desv. e o trovisco macho – *Euphorbia characias* L. (VASCONCELLOS, 1956, pp.130-134).

Por acção humana e pela proximidade de outras culturas na Tapada, o aspecto natural desta formação encontra-se um pouco alterado com a invasão de *Opuntia vulgaris* Miller e *Asparagus asparagoides* (L.) Wright, ambas espécies exóticas. No entanto, o conjunto e a beleza tipicamente regional que se encontra na Reserva tem sido altamente apreciado por botânicos nacionais e estrangeiros, pelas condições de um possível *climace*, ou seja, o estágio final de uma série de associações vegetais relacionada com o meio no seu aspecto de “máximo biológico estável” (VASCONCELLOS, 1956, p.134).

O habitat da Reserva encontra-se identificado na Rede Natura 2000. O estatuto de Parque Botânico da Tapada da Ajuda, além da Reserva Botânica Natural, engloba as manchas ajardinadas distribuídas pela Tapada, e está reconhecido pela “Associação Iberomacaronésica de Jardins Botânicos” e pelos “*Botanic Gardens Conservation International* (BGCI)” (ALVES *et al.*, 2007, p.62).

A flora da Reserva Botânica foi recentemente levantada e encontra-se descrita no Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, de Ana Luísa Beja da Costa (*Métodos de Classificação de Património Paisagístico, Caso de Estudo da Tapada da Ajuda*, 2004).

4.2.3 - Jardim do Auditório Professor Caldeira Cabral

A construção provável deste jardim coincide com a instalação do Instituto Superior de Agronomia, no início do séc. XX. A sua localização ao antigo “Portão Principal” seria o sítio ideal para a sua implantação (MARQUES, 1995, p.34).

De um modo geral, o jardim era composto por um conjunto de canteiros de forma irregular, envolvidos por estreitos caminhos pedonais que se distribuíam pelo espaço, definindo os limites de áreas arbóreas, como Zambujeiros, Alfarrobeiras, Freixos, *Pheonix* e *Washingtonia*, entre outras, ou de áreas plantadas com herbáceas rústicas, segundo as modas da época. O jardim era sobretudo usado como espaço de passeio, daí não ter as condições mais agradáveis para estadia (MARQUES, 1995, p.35).

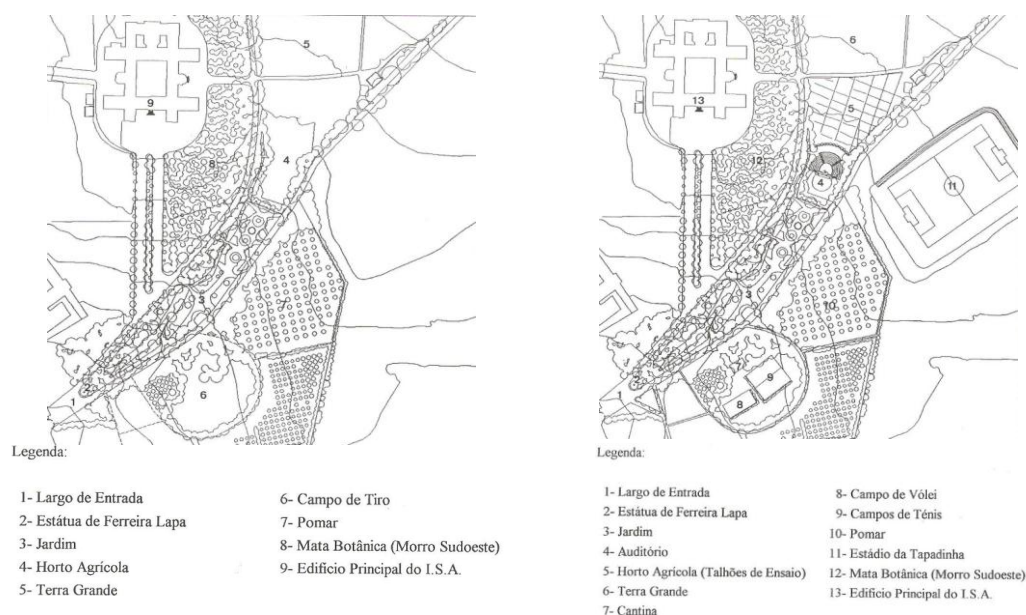
No entanto, o jardim apresentava-se sem grandes preocupações na sua composição, não existiam uma hierarquização definida da rede de percursos, os principais acessos eram confusos e a vegetação escolhida nem sempre funcionava em conjunto com o local (MARQUES, 1995, p.35).

A centralidade que o jardim apresenta em relação ao largo de entrada e às ruas que dali saíam favorecia a sua utilização, pois eram os pontos de acesso aos locais mais importantes da Tapada – Edifício Principal, Observatório Astronómico, Jardim da Parada e Pavilhão de Exposições. Mas a densidade da vegetação era tanta, os caminhos de acesso ao jardim passavam despercebidos (MARQUES, 1995, p.36).

No antigo largo da entrada foi implantada uma estátua de homenagem a Ferreira Lapa, “(...) logo em frente ao portão principal foi erguido, a geito de mostrar ao visitante a primeira prova, material, do pagamento desta dívida publicamente confessada.” (GOMES, 1935, p.14).

Pela planta do Jardim nos anos 20 (séc. XX), verificamos que o desenho se baseia num conjunto de canteiros, onde os percursos marcados suscitam a ideia de jardim/passeio público da época. O monumento a Ferreira da Lapa encontra-se enquadrado com num antigo largo (nº1), no extremo inferior do jardim. Aqui ainda existe o Campo de Tiro (MARQUES, 1995).

Nos anos 40 (séc. XX), verifica-se a existência da cantina, campos de vólei e de ténis (construídos nos anos 30), na extremidade SE do jardim, enquanto a NE é feito o campo desportivo da Tapadinha. Estes novos equipamentos acabam por fazer aumentar a afluência deste espaço provocando danos na conservação do jardim. Neste ano foi construído o Auditório no extremo superior do jardim (para cerca de 3.000 pessoas), projectado pelo professor Francisco Caldeira Cabral, no entanto, os traçados do jardim e do auditório apresentam-se completamente distintos, não havendo uma relação física nem entre eles (MARQUES, 1995).



Figs.79 e 80 – Planta do espaço nos anos 20, à esquerda, e nos anos 40, à direita (séc. XX)
(Fonte: MARQUES, 1995, p38 e p.43).

O desenho do auditório tem como ponto central o palco, estando todos os elementos articulados de forma a criar um espaço fechado e silencioso, tornando possível focar a atenção nesse ponto. A sua construção é económica, tirando partido do declive e das terras de escavação existentes da obra. O conjunto das bancadas é finalizado na base por relva, fechada a SE por um pequeno murete. Abaixo deste, encontra-se o púlpito, alinhado com o eixo central da composição, e acima encontra-se o palco principal do auditório, rodeado por um talude em aterro, que termina o remate das bancadas, fechando o conjunto. Este talude tem igualmente a importante função acústica do espaço. Os bastidores ficavam por trás, situados em barracas de madeira, discretamente implantadas entre o talude e a sebe do jardim (MARQUES, 1995, p.41).



Fig.81 – Fotografia antiga do Auditório, de Cunha Parra (Fonte: COUTINHO, 1956, p.139).



Figs.82 e 83 – Fotografias actuais do Auditório e da rampa de acesso (Fonte: Autora, 2011).

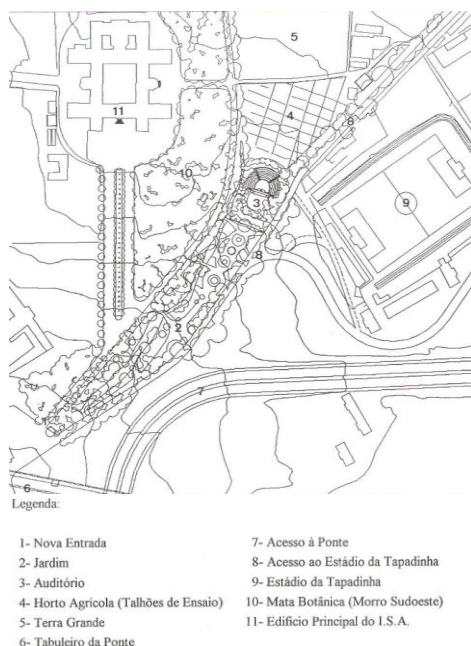


Fig.84 – Planta do espaço nos anos 60 (séc. XX) (Fonte: MARQUES, 1995, p.48).

Nos anos 60 (séc. XX), as únicas alterações efectuadas referem-se à parte baixa do jardim, que deixou de existir, consequência das obras de construção da Ponte sobre o Tejo, que reformulou os limites da Tapada, recuando o portão de entrada, o que afectou os respectivos acessos. Apesar dos traçados do jardim e do auditório não terem sofrido alterações, a grande diferença notou-se na envolvente e enquadramento destes espaços. Estas alterações fizeram perder a zona do campo de tiro, obrigando a mudar a localização de todos os

equipamentos aí instalados para longe do jardim (MARQUES, 1995).

Como consequência, o afluxo a esta parte da Tapada diminui drasticamente. Os acessos ao auditório também ficaram reduzidos e degradados, passando a entrar-se pelo lado das bancadas ou a partir do jardim ou a partir de aberturas derivadas da degradação da sebe. Os Concertos e outros espectáculos culturais diminuem devido ao aumento significativo do ruído do tráfego e de toda a envolvente, dando início à decadência deste espaço (MARQUES, 1995).

Em 1993, o Instituto consegue recuperar a ponta SE da propriedade (junto à Rua do Alvito) que anteriormente tinha sido cedida para a construção da Ponte sobre o Tejo. Mais tarde, a arquitecta paisagista Teresa Marques, no seu Trabalho de Fim de Curso - *Proposta para a reabilitação do Jardim do Auditório do Prof. Caldeira Cabral – Intervenção sobre o Património* (1995), realiza um estudo aprofundado sobre a evolução deste espaço, assim como as suas limitações e potencialidades. Pretende assim resolver os problemas encontrados, reorganizar o jardim, visando a valorização do auditório e as potencialidades do espaço (MARQUES, 1995).

Além do auditório, a arquitecta assinala três zonas prioritárias. A primeira a SE, é marcada pelo desenvolvimento da vegetação espontânea que alterou por completo o aspecto e acesso ao interior do jardim, no entanto, concorda que existe uma certa clausura favorável a sensações de intimidade e conforto, como o projecto inicial pretendia; a segunda, na metade superior do “antigo jardim” onde se encontram as palmeiras do projecto inicial, que formam um alinhamento central no sentido SE-NO, correspondente à linha principal na nova proposta; a terceira zona corresponde aos terrenos recuperados pelo

I.S.A. em 1993, que se encontram quase sem vegetação, onde existe uma estrada de acesso à Tapadinha e ao Bairro do Alvito. Propõe que as ruas passem para as zonas extremas, permitindo criar uma situação de clareira, protegida a Este e Norte por um talude arborizado, que serve de barreira visual e acústica, reforçando assim as sensações de intimidade e conforto (MARQUES, 1995, pp.70-71).



Fig.85 – Plano Geral-Pormenor do projecto apresentado pela Arquitecta Paisagista Teresa Marques
(Fonte: MARQUES, 1995, p.74).

Actualmente, este espaço encontra-se numa situação de puro desleixo, no entanto, não deixa de ser um dos pontos de maior interesse que merece ser visitado na Tapada da Ajuda, por ser um ponto de contemplação, estudo, passeio ou de simples descanso.

4.2.4 - Jardim da Parada

A origem Jardim da Parada coincide com a organização da 3ª Exposição Agrícola Nacional, em 1884. Localiza-se abaixo do Pavilhão de Exposições, designado “a Parada”, onde em tempos tivera maior utilidade como área de apoio às exposição ao ar livre de animais, alfaías agrícolas, a *kermesse* e algumas paradas militares no tempo de D. Maria I (GOMES, 1935).

Este espaço compreende pequenos lagos, semelhantes aos que estão na entrada do Jardim Botânico da Ajuda, que se pensam originários da Quinta Real de Alcântara ou do Palácio Nacional de Queluz (COUTINHO, 1948, pp.63-64).



Fig.86 – Um dos lagos existentes no Jardim da Parada
(Fonte: Autora, 2011).



Fig.87 – Um dos lagos existentes no Jardim do
Palácio Nacional de Queluz, autoria do arquitecto e
escultor Jean-Baptiste Robillon (1704-1782)
(Fonte: Autora, 2007).

Abaixo deste jardim encontra-se o chamado “Jardim da Rainha”, uma zona em meio círculo onde existem três bancos em alvenaria, cobertos de azulejos que narram episódios histórico-religiosos, onde existe, também, a estátua do Eng.º Agrónomo João Coelho da Motta Prego no centro (GOMES, 1935).

4.3 - Contributos para a Salvaguarda do Património Paisagístico

A identificação do património paisagístico é fundamental para possibilitar a sua preservação e valorização. Em seguida, apresentam-se as políticas e figuras legais que têm sido fundamentais para este efeito a nível internacional e nacional.

Em 1931, foi redigida a *Carta de Atenas* ou *Carta do Restauro de Monumentos Históricos*, que contribuiu para o movimento internacional de onde se formaram organizações não governamentais, como a ICOMOS (Concelho Internacional para a Defesa de Monumentos e Sítios) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), que têm vindo a desenvolver as bases para a conservação do Património Mundial (ICOMOS: International Council on Monuments and Sites, 2005 *in* http://www.international.icomos.org/hist_eng.htm).

Mais tarde, em 1964, a ICOMOS redige a *Carta de Veneza* ou *Carta Internacional para a Conservação*, actualização da *Carta de Atenas*, com o objectivo de realçar a importância da conservação e restauro dos monumentos, de modo a salvaguardar as suas evidências históricas e a própria obra de arte. Segundo o seu primeiro artigo, o conceito de monumento histórico engloba as criações arquitectónicas e os sítios envolventes, urbanos ou rurais, que traduzem a evolução e progresso da civilização. Aplica-se a todas as criações que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo (ICOMOS, 1964, *Carta de Veneza*, *in* <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf>).

A união dos esforços do ICOMOS e da IFLA (Federação Internacional dos Arquitectos Paisagistas), resultaram no comité ICOMOS-IFLA, que tem como objectivo a promoção da conservação, recuperação e investigação dos Jardins Históricos e Paisagens Culturais. Em 1982 é elaborada a *Carta de Florença* ou *Carta de Jardins Históricos* que designa Jardim Histórico como “composição arquitectónica e hortícola com interesse para o público do ponto de vista histórico ou artístico.” (ICOMOS, 1982, Carta de Florença, *in* <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf>).

Em 1992, realizou-se uma reunião de representantes da UNESCO, IFLA, ICOMOS e IUCN (União Mundial para a Conservação da Natureza), em La Petite Pierre, com a finalidade de incluir as Paisagens Culturais na Lista de Património Mundial. Paisagem Cultural foi então definida como um bem cultural resultante da conjugação de obras naturais e realizadas pelo Homem, englobando diversas situações dessa interacção Homem-Natureza (UNESCO, 1992, Relatório do grupo de peritos em Paisagens Culturais *in* <http://whc.unesco.org/archive/pierre92.htm>).

Por fim, deve ser considerada a *Carta de Burra*, actualizada pelo Comité Australiano do ICOMOS desde 1979, que define os conceitos associados à conservação do Património, princípios e processos de salvaguarda de Monumentos, definidos de forma mais abrangente por Sítio, ou seja, “a lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras, e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas.” (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra *in* <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>).

Em Portugal, a ICOMOS assume-se como “Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios”, que tem como objectivo a defesa do Património Nacional, através de legislação que define os elementos e conceitos de protecção. A decisão final e o todo o processo de licenciamento estão dependentes dos organismos públicos de protecção do património, no entanto, são as autoridades locais que alteram ou indicam a classificação de um determinado imóvel (ICOMOS Portugal, 1983, *in* <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/ESTATUTOS1.pdf>).

A **Lei de Bases do Património Cultural Português**, Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.” Segundo o 2º artigo, os bens pertencentes ao património cultural merecem especial protecção e valorização, por serem testemunhos de importante valor cultural. O

interesse cultural pode ser a nível histórico, arqueológico, arquitectónico, entre outros, e estes devem reproduzir “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”.

Actualmente, a inventariação e classificação do património português é responsabilidade da IGESPAR (Instituto de Gestão do património Arquitectónico e Arqueológico), criado pelo Decreto-Lei nº 96/2007. De acordo com o Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a lei orgânica do Ministério da Cultura, o IGESPAR resultou da fusão do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), do IPA (Instituto Português de Arqueologia) e de algumas atribuições da antiga DGEMN (Direcção-Deral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), actual SIPA (Sistema de Informação para o Património), gerida pelo IHRU (Instituto da habitação e da reabilitação Urbana). O IGESPAR assume então o papel essencial na protecção do Património Paisagístico (<http://www.igespar.pt/pt/about/enquadramentolegal/>).

Em relação à Tapada da Ajuda, esta foi classificada pelo IGESPAR como Imóvel de Interesse Público (I.I.P.), pelo Decreto nº 5, de 19 de Fevereiro de 2002, Anexo II, que define “ Tapada da Ajuda (conjunto intramuros), delimitada nomeadamente pela Rua do Professor Vieira da Natividade, pela Calçada da Tapada e pela Rua do Sítio do Casalinho da Ajuda, 1 e 2, Lisboa, freguesia de Alcântara”. É utilizada como “Tapada”, afecta ao Instituto Superior de Agronomia, propriedade do Estado. No mesmo decreto, a planta respectiva à delimitação dos limites da Tapada da Ajuda e à zona de protecção, encontra-se no Anexo III (em Anexo no presente trabalho).

No Decreto-Lei nº140, de 15 de Junho de 2009, estão explicadas as condições necessárias para intervenção num bem cultural classificado, como é o caso da Tapada da Ajuda. O artigo 1º estabelece o regime jurídico aplicado aos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados de interesse público, referindo-se, entre outros, a bens culturais imóveis (como é o caso da Tapada). O artigo 2º expõe os princípios a que esses estudos, projectos, relatórios ou intervenções devem obedecer, como por exemplo: “a) **Prevenção**, garantindo como regra o carácter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e ponderação das (...) intervenções, e actos susceptíveis de afectar a integridade de bens culturais de forma a impedir a sua fragmentação, desfiguração, perda física ou de autenticidade; b) **Planeamento**, assegurando prévia, adequada e rigorosa programação, por técnicos qualificados para o efeito, dos trabalhos a desenvolver em bens culturais (...)” Segundo o artigo 4º, “Para efeitos de apreciação de pedidos de parecer, aprovação ou autorização para obras ou intervenções em bens culturais

é obrigatória a entrega do relatório prévio (...).” No artigo 8º, ponto 1, define-se que as obras ou intervenções em bens culturais devem ser acompanhadas pelos serviços de administração do património cultural competente (no caso da Tapada, pelo IGESPAR).

4.4 - Conceito de Paisagem Cultural

Ao longo dos anos, o conceito “paisagem” tem tido vários significados conforme as diferentes formas e perspectivas de a interpretar.

Segundo a Convenção Europeia da Paisagem, pelo artigo nº1 da Convenção de 1972, o conceito de “Paisagem Cultural” é definido como um bem cultural que representa as “obras conjugadas do homem e da natureza”. As Paisagens apresentam a evolução e desenvolvimento da sociedade ao longo do tempo, de acordo com as suas condicionantes físicas e influenciadas pelo seu ambiente natural, social, económico e cultural (UNESCO, 1992 *in* <http://www.icomos.org/landscapes/index2engl.htm>).

A paisagem desempenha importantes funções de interesse público a nível cultural, ecológico, ambiental e social, favorável ao desenvolvimento económico, na qual a sua protecção, gestão e ordenamento são essenciais (ICNB, 2005 *in* <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Envolvimento+Internacional/Conven%C3%A7%C3%A3o+da+Paisagem/>).

Capítulo 5 - TAPADA DA AJUDA - PROPOSTA DE SISTEMA DE PERCURSOS E VISTAS

A metodologia adoptada no desenvolvimento deste trabalho permitiu um estudo aprofundado sobre as características mais relevantes da Tapada da Ajuda, a níveis biofísico, histórico, cultural e paisagístico, tornando possível compreender todo o seu processo evolutivo até aos dias de hoje.

A Tapada da Ajuda apresenta-se como um local de excepção na cidade de Lisboa, possuidora de um vastíssimo património natural, histórico e cultural. Nos últimos anos, o seu carácter de parque urbano tem vindo a aumentar, tornando-se cada vez mais relevante a salvaguarda e valorização deste espaço, de forma a conciliar todas as suas funções, entre elas a de recreio e lazer, a de espaço de ensino e de conservação da natureza.

De acordo com os resultados do inquérito realizado, quase toda a população inquirida “já ouviu falar da Tapada da Ajuda” e a maioria “já lá esteve”. Dos que a “conhecem bem”, classificam o seu funcionamento e organização de espaço em “médio baixo”, e dos que não a conhecem, têm algum interesse em visitá-la. Um facto é que a maioria (cerca de 61%) considera que a Tapada da Ajuda tem um “elevado” potencial e interesse turístico.

Neste último capítulo é apresentada a proposta, que tem como principal objectivo a criação de um sistema de percursos (pedonais e de bicicleta) e de vistas (interiores e exteriores) dentro da Tapada da Ajuda. Deste modo, pretende-se fazer a articulação dos locais e vistas mais privilegiados, de acordo com os resultados do inquérito realizado ao público.

Estando classificada como um Imóvel de Interesse Público, é necessário cumprir os requisitos impostos pelo IGESPAR, de forma a respeitar e promover o carácter patrimonial e cultural da Tapada. São também respeitados os limites de conforto a nível dos declives dos percursos propostos.

Além das medidas de gestão e manutenção habituais exercidas na Tapada da Ajuda, são propostas medidas de intervenção apenas em situações pontuais como:

Restauro e manutenção periódica de algumas estradas e caminhos;

- Reabilitação do Miradouro, reposição de azulejos e limpeza de ervas;
- Restauro do Banco do Junot, limpeza e manutenção da zona envolvente;
- Restauro e manutenção das Minas de água, limpeza da envolvente;
- Reabilitação e manutenção periódica do Jardim do Auditório de Pedra.
- Abertura de caminho na Reserva Botânica Natural, limpeza de ervas daninhas.

Os percursos foram planeados de forma a serem facilmente percorráveis, no entanto, alguns troços apresentam uma distância e/ou desníveis do terreno possam exigir algum esforço suplementar. A fim de facilitar a percepção do percurso a realizar, foram estabelecidos alguns graus de dificuldade de acordo com o declive (apresentados no perfil longitudinal dos percursos propostos):

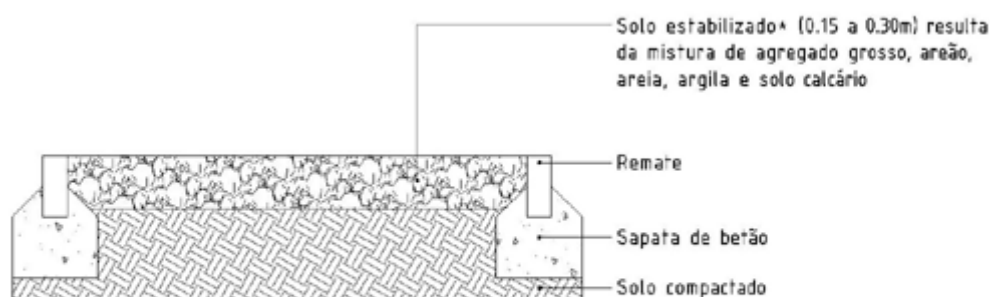
	Nível I - Percursos planos: 0-3%
	Nível II - Percursos com baixo declive: 3-6%
	Nível III - Percursos com médio declive: 6-12%
	Nível IV - Percursos com elevado declive: >12%

Com o intuito de não efectuar grandes obras e reduzir os custos de intervenção, não é proposta a alteração dos pavimentos, sendo os percursos efectuados pelos caminhos de gravilha e de terra batida e pelas estradas alcatroadas existentes.

É importante referir que, na abertura de caminhos nas zonas com vegetação mais densa, como por exemplo na Reserva Botânica, não se procederá ao corte de árvores. Será apenas efectuada a limpeza do substrato e serão retiradas a plantas daninhas não desejadas.

Os tipos de pavimentos propostos serão (informação obtida pelo Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista in <http://www.isa.utl.pt/ceap/>):

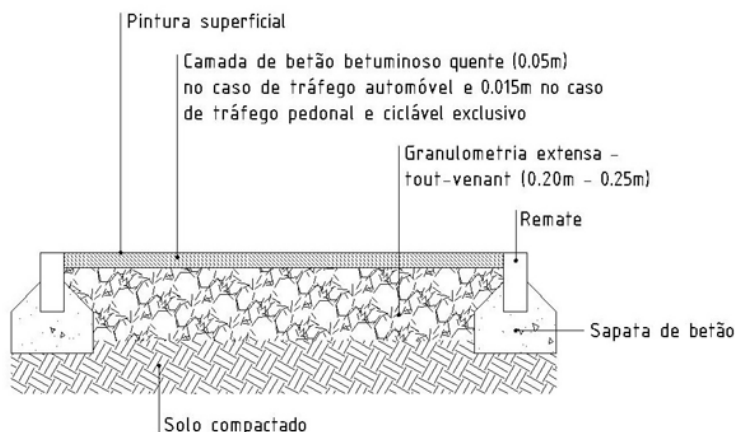
Solo estabilizado (para alguns caminhos) – resultante da mistura de agregado grosso, areão, argila e solo calcário. É bastante permeável e integra-se bem na paisagem natural, como é o caso da Tapada, sendo mais estável que o solo natural. É um solo de baixo custo.



* A proporção de cada elemento na mistura do solo estabilizado deverá andar dentro destes valores: areão 35 %, argila 15 %, areia 45 %, solo calcário 5 %

Fig.88 – Pormenor de pavimentação em solo estabilizado (fonte: <http://www.isa.utl.pt/ceap/>).

Betão Betuminoso colorido (no caso da ciclovia) – Tem baixa necessidade de manutenção em condições de desgaste normal e pouco tráfego automóvel. Consiste numa camada de desgaste com 0.015m compactada e pintada/pigmentada de encarnado, sobre a camada de betão betuminoso convencional. Custo médio-baixo.



* a coloração não é incorporada na camada de betão betuminoso mas sim através de pinturas superficiais

Fig.89 – Pormenor de pavimentação em betão betuminoso com coloração superficial à base de resinas em dispersão (fonte: <http://www.isa.utl.pt/ceap/>).

Pavimentação em Asfalto - para restauro e pequenos remendos das estradas já existentes.

Uma forma de “atrair” o público a frequentar o espaço da Tapada, poderia propor-se, por exemplo, a implementação de um equipamento café-esplanada. O local escolhido seria o miradouro, de forma a permitir não só desfrutar das panorâmicas únicas que o local proporciona, não causando qualquer impacto visual com outras vistas na Tapada, nem com a Natureza.

Percurso 1 – Percurso Histórico-Cultural

O “Percurso Histórico-cultural” proposto tem dimensão e duração aproximadas de 3260 metros e 1h e 30 minutos, respectivamente. A circulação é feita pelas vias alcatroadas e caminhos de gravilha e terra batida já existentes na Tapada da Ajuda. As várias etapas seguem um sentido lógico, que permitem a descoberta e passagem pelos elementos construídos mais importantes de carácter histórico, acompanhada por uma breve explicação dos mesmos. O percurso tem início no Parque de Estacionamento existente junto ao Pavilhão de Exposições, Vacaria, Cocheira e *Chalet*, um ponto alto da Tapada, permitindo que o percurso seja feito maioritariamente a descer, tornando mais fácil e acessível a todos percorrê-lo. Para isso, propõe-se também que seja feito o transporte, em horários

previamente definidos, desde o parque de estacionamento do Edifício Principal até ao parque de estacionamento referido. O percurso proposto está organizado da seguinte forma (Peça nº1 na página 73):

1 – **Pavilhão de Exposições (1)**: Edifício monumental do final do século XIX, com estrutura singular em ferro e vidro. Projectado pelo Arquitecto Pedro d’Avilla, para a realização da 3ª Exposição Agrícola de Lisboa, em 1884, sob a ordem do Rei D. Luís I. Actualmente usado como local de actividades festivas e culturais. Inventariado como Património Arquitectónico, incluído na classificação do conjunto da Tapada da Ajuda.

2 - Descendo pelo **Jardim da Parada (C)**, frente ao Pavilhão de Exposições, passa-se pelo **“Lago do estilo Rocaille” (A)**, que se pensa originário da Quinta Real de Alcântara ou do Palácio Nacional de Queluz. A origem deste jardim coincide com a organização da 3ª Exposição Agrícola Nacional.

3 – Continuando a descida pelo Jardim da Parada, à esquerda encontra-se o **“Lago dos Patos” (B)** e em baixo o **Jardim da Rainha (2)**.

4 – **Jardim da Rainha (2)**: O jardim assume um traçado em meio círculo, onde existem três bancos em alvenaria, cobertos de azulejos que narram episódios histórico-religiosos. Ao centro, a estátua do Eng.º Agrónomo João Coelho da Motta Prego.

5 – Seguindo sempre em frente pela estrada alcatroada da direita, desce-se até ao **Banco do Junot (5)**, com passagem pelo **Centro de Ecologia Aplicada (E)** e pelo **Pinhal de Junot (F)**.

6 - **Banco do Junot (5)**: Segundo a Histórica, este banco ficou assim conhecido porque o marechal francês aí se sentava aquando das idas ao Palácio da Ajuda.

7 – Subindo a estrada com o **Pinhal de Junot (F)** à esquerda, começam a abrir-se as fantásticas vistas para o Rio Tejo e Margem Sul, “emolduradas” pela vegetação lateral da estrada. No topo da subida, virando à esquerda e continuando a subir, chega-se ao **Observatório Astronómico de Lisboa (4)**.

8 - **Observatório Astronómico de Lisboa (4)**: Edifício do século XIX, composto por um corpo central octogonal rodeado por quatro corpos mais pequenos, que tomam as orientações dos quatro pontos cardeais. No topo, uma cúpula de ferro gigante giratória, com o peso de 30 toneladas. Projectado pelos arquitectos Jeans François Gilles Colson e José da Costa Sequeira, no reinado de D. Pedro V. Pertencente à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, funciona para uso cultural como museu, biblioteca e arquivo. Inventariado como Património Arquitectónico, incluído na classificação do conjunto da Tapada da Ajuda.

9 – À entrada do Observatório, tem-se uma extraordinária **“Vista Panorâmica para Sul” (G)**, sendo possível observar o Rio Tejo, a Ponte e o Cristo Rei à esquerda, e toda a encosta da Margem Sul.

10 – Continuando o caminho, descendo pela estrada à esquerda, chega-se à **“Terra Grande” (H)**, a maior parcela agrícola em uso na Tapada da Ajuda, destinada a culturas arvenses.

11 – Continuando a descer pela estrada alcatroada, seguindo pela direita, chega-se à **“Vinha da meia encosta” (I)**, a única vinha existente na cidade de Lisboa.

12 – Descendo a vinha, vira-se à esquerda e sobe-se até aos edifícios e blocos de aulas do I.S.A..

13 – Ao longo da estrada junto aos blocos de aulas, tem-se uma óptima perspectiva sobre outra parte da vinha (à direita), o Bairro do Calvário e a Ponte sobre o Tejo (à direita e em frente) **(J)**.

14 – Continuando sempre em frente, encontra-se o **Edifício Principal do I.S.A. (5)**.

15 - **Edifício Principal do I.S.A. (5)**: Apresenta uma estrutura quadrangular com claustro central e arcadas incompletas. Projectado pelo Arquitecto Adães Bermudes, foi inaugurado em 1917, com a abertura das aulas. Encontra-se incluído na classificação do conjunto da Tapada da Ajuda. Actualmente usado para a função educativa como Instituto Superior de Agronomia.

16 – Em frente ao edifício, descendo pela **“Rampa da asneira” (L)** até ao cruzamento, virando à esquerda, pelo **Jardim do Auditório de Pedra (M)**, rematado no topo pelo **Auditório de Pedra (6)**. A **“Rampa da asneira”** ficou assim conhecida devido a um engano na orientação da planta, a quando da construção do Edifício Principal do I.S.A..

17 - **Auditório de Pedra (6)**: Projectado em 1950 pelo Arquitecto Paisagista e Professor do Instituto Francisco Caldeira Cabral. Tem capacidade para cerca de 400 pessoas, zona ideal para estadia e para actividades de carácter socioculturais ao ar livre.

18 – Subindo o Auditório contornando-o pela direita, regressa-se à estrada de alcatrão. Continuando a subida da estrada até ao cruzamento, observa-se do lado direito o **Horto (N)**. Por fim, virando à esquerda, segue-se a estrada de regresso ao Edifício Principal, até à sua entrada Principal e **Parque de Estacionamento (P)**.

Percurso 2 – Percurso Natureza

O “Percurso Natureza” proposto tem dimensão e duração aproximadas de 3135 metros e 1h e 30 minutos, respectivamente. A circulação é feita pelas vias alcatroadas já existentes e por caminhos interiores de algumas parcelas de vegetação, em que se propões um pavimento em solo estabilizado. As várias etapas seguem igualmente um sentido lógico,

permitem a descoberta de espaços únicos de carácter natural (dentro da cidade de Lisboa) e a passagem pelas zonas que possibilitam as vistas mais privilegiadas, interiores e exteriores à Tapada da Ajuda. As etapas mais importantes são acompanhadas por uma breve explicação das mesmas. O percurso encontra-se assinalado por estacas pintadas de verde e tem início no parque de estacionamento existente junto ao Auditório da Lagoa Branca. Propõe-se uma organização da seguinte forma (Peça nº 2 na página 74):

1 – Iniciando a subida, logo do lado direito encontra-se uma das **Minas de Água (1)** existentes na propriedade. Existem desde o reinado de D. João V, servindo para abastecer a Real Tapada da Ajuda. Encontra-se sobre uma formação basáltica de forma a possuir uma caleira que permitisse que a água corresse desde a origem da mina até à entrada.

2 – Virando à esquerda, sobe-se a **Alameda das Oliveiras (a)**, ladeada pelo grande **Olival (2)**, até à rotunda onde se encontra um magnífico exemplar de Pinheiro manso. Seguindo o caminho à esquerda, encontra-se o **Miradouro (3)**.

3 - **Miradouro (3)**: O ponto mais alto da Tapada da Ajuda, a 135 metros de altitude, que corresponde a um dos marcos geológicos mais antigos de Portugal. Daqui tem-se uma extraordinária **Vista Panorâmica sobre Lisboa, Tejo e Margem Sul (b)**.

4 – A vegetação que envolve o Miradouro, corresponde à **Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho (4)**, criada em 1956, abrange um área com cerca de 4,4ha, consiste de um outeiro na faixa central calcária da Tapada da Ajuda, acima do Pavilhão de Exposições, revestido de vegetação natural e conhecido por “Zambujal das Pedreiras”. Contém em mais de 250 espécies, a maior parte pertencente à flora mediterrânea.

5 – Seguindo o caminho pela Reserva Botânica, chegar-se-á a uma zona que permite a **Vista para o Palácio Nacional da Ajuda (c)**. Continuando a descer o caminho encontra-se a estrada de alcatrão, na qual se vira à direita e se continua a descer até se encontrar o **Centro de Ecologia Aplicada (5)**, do lado direito, e o **Pinhal de Junot (6)**, do lado esquerdo.

6 – Seguindo o caminho pelo **Centro de Ecologia Aplicada (5)**, encontra-se um grande edifício conhecido como “Geradora” e, contornando-o pela direita, encontra-se outra **Mina de Água (7)**.

7 – Continuando o caminho pela linha de água, sobe-se até aos **Campos de Rugby – Agronomia (8)**, de onde se tem uma fantástica **Vista sobre os Campos de Rugby, Belém e Margem Sul (d)**. Durante as escavações para a construção dos campos, em 1983, foi descoberta uma Jazida da Idade do Bronze Final. Infelizmente poucos vestígios se encontraram pois foram destruídos durante as acções de terraplanagem decorrentes.

8 – À saída dos campos à direita, sobe-se até à **“Pateira” (9)**, lago que se encontra do lado esquerdo. Além do lago, neste sítio encontra-se o Restaurante “A Pateira”.

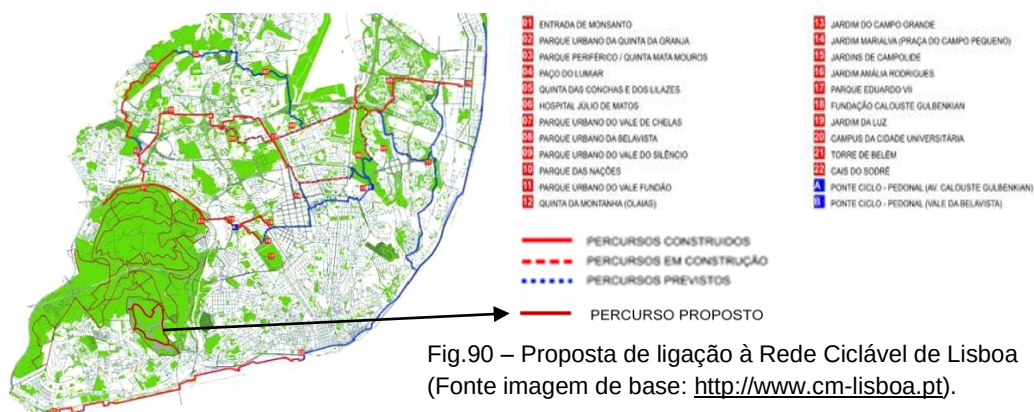
9 – Ao continuar a subida pela estrada, o Palácio Nacional da Ajuda começa a aparecer do lado direito entre a vegetação. À medida que nos aproximamos do topo, em direcção à rotunda, obtém-se uma melhor **Vista Panorâmica sobre o Palácio Nacional da Ajuda, Tejo e Trafaria (e)**.

10 – Chegando à rotunda, segue-se pela direita em direcção ao **Miradouro de Salazar (3)**. Descendo novamente pela **Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho (4)**, desta vez pelo caminho que contorna a **“Lagoa Branca”** pela direita, até chegar ao Auditório. Um pouco mais à frente, junto ao muro limite da Tapada, tem-se uma **Vista Panorâmica sobre Lisboa, zona Portuária, Tejo e Margem Sul (f)**.

11 – Final do percurso com regresso à zona do **Parque de estacionamento (P)**.

Percurso 3 – Ciclovía

A proposta de um percurso ciclável na Tapada da Ajuda tem como principais objectivos promover a mobilidade suave, reduzir os impactos sobre o meio ambiente e melhorar o bem-estar físico e psíquico da população, através da prática de exercício físico e do contacto com a Natureza. Pretende-se, por isso, propor uma ligação à Rede Ciclável existente na cidade de Lisboa, pela ciclovía do Parque de Monsanto.



O percurso proposto tem uma dimensão total aproximada de 4230 metros. A circulação é feita por estradas alcatroadas já existentes na propriedade, assinaladas através da pavimentação de uma faixa lateral (sobre a estrada) em betão betuminoso colorido, em toda a sua extensão, com uma largura mínima de 1,5 metros. A circulação feita pelas estradas mais periféricas evita o confronto com o trânsito automóvel mais e com as dinâmicas mais intensas da Tapada (que se verifica nas vias centrais) e facilita o acesso aos portões para entrada e saída de bicicletas. O percurso é proposto da seguinte forma (Peça nº 3 na página 75):

1 - **Portão de Monsanto (1)**, permitindo a ligação com a ciclovia do Parque de Monsanto.

2 – Ligação ao **Portão do Pólo Universitário da Ajuda (3)**, feita através da estrada que passa junto aos Campos de Rugby, permitindo o acesso à Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa.

3 – Descida pela Tapada da Ajuda, com passagem frente ao Observatório Astronómico de Lisboa, Biblioteca do Instituto (B.I.S.A.), Campos Desportivos da Associação de Estudantes (A.E.I.S.A.), até ao **Portão da Ponte (2)**, com ligação a Alcântara.

4 – Entrando na Tapada da Ajuda pelo **Portão de Monsanto (1)**, existe igualmente a possibilidade do ciclista limitar-se a descer a Tapada até ao **Portão da Ponte (2)**, pela via encostada ao limite esquerdo (de quem desce) da propriedade.

Por fim, são propostas algumas estações de tomada e largada de bicicletas, colocadas em sítios estratégicos, permitindo ao utilizador “estacionar” e aproveitar para passear a pé pela Tapada da Ajuda. As estações deverão ser modulares e adaptáveis a qualquer espaço disponível. Segundo o MHOP (Ministério da Habitação e Obras Públicas, 1979), os lugares de estacionamento de bicicletas devem ser concebidos de modo a (MATA, 2000):

- Possibilitar um estacionamento ordenado e harmonioso;
- Proporcionar um bom apoio ao velocípede e permitir amarrar a bicicleta, possibilitando a sua segurança;
- Implicar pouco esforço ao ciclista;



Fig.91 – Exemplo de módulo para estacionamento de bicicletas, com estrada demarcada por pintura de barra lateral (Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt>).

Em seguida, apresenta-se o articulado de medições, com orçamento estimado para a implementação dos percursos (não incluído o restauro das estradas alcatroadas e dos caminhos em gravilha):

Designação	Quantidade	Un.	Valor unitário (/m2)	Valor Total (€)
1. Pavimentos				
Solo Estabilizado	5388.5	m ²	3€ (2,50€ - 3,50€)	16165,50 €
Betão Betuminoso colorido	6345	m ²	15€ (9,00€ - 20,00 €)	95175 €
Total				111340,50 €

Quadro 1 – Articulado de medições e orçamento estimado para a implementação dos percursos propostos.

CONCLUSÕES

Da primeira parte do presente trabalho, que corresponde à caracterização da Tapada da Ajuda, pode concluir-se que a Tapada teve uma evolução extraordinária e várias adaptações ao longo dos últimos séculos, consoante as suas características biofísicas, desde zona de mata para passeio e caça, a espaço para produção Agrícola, até Instituto Superior de Agronomia, como hoje se conhece.

A abordagem dos conceitos relacionados com “Percursos” e “Vistas” são fundamentais para a entender de que forma a Paisagem é percebida à medida que é percorrida e quais os elementos chave que actuam nessa percepção.

Por constituir um Património Histórico, Cultural e Paisagístico, a Tapada da Ajuda merece um reconhecimento especial por parte da população em geral, assim como deve apelar-se à sua protecção e salvaguarda.

A Tapada da Ajuda apresenta grandes potencialidades turísticas, como espaço de recreio e lazer, sendo necessária a articulação adequada dessas mais-valias. A aposta no desenvolvimento de uma rede de percursos e vistas pretende então promover a Tapada, através da interligação lógica e organizada das estruturas e espaços naturais existentes, permitindo facilitar a legibilidade do espaço e a própria circulação dos visitantes, realçando o seu valor histórico-cultural e paisagístico, sem desrespeitar o seu carácter Natural.

A proposta de um percurso ciclável trará também os seus benefícios, não só pela ligação à rede ciclável existente na cidade de Lisboa e a ligação ao Pólo Universitário da Ajuda, como permite que a bicicleta seja uma alternativa ao automóvel, contribuindo para a diminuição de tráfego e consecutivo efeito poluente no interior da Tapada da Ajuda.

Espera-se que a proposta presente neste trabalho venha a ser realizada ou que permita o desenvolvimento de novas ideias e intervenções, sempre com o intuito de potencializar o espaço e torná-lo cada vez mais atractivo para o público em geral.

Bibliografia

Alves, António Monteiro; Estácio, Fernando Luís; Moreira, Ilídio Moreira; Sousa, Edgar C. – *O Instituto Superior de Agronomia na segunda metade do século XX*, ISA Press, Lisboa, 2007.

Bandeira, Filomena – *Instituto Superior de Agronomia*, 1998 in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7751 (Julho, 2011).

Barreto, António L. F. Viana – *O Parque de Monsanto e a Cidade de Lisboa*, Relatório Final dos Cursos de Engenheiro Silvicultor e Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, 1952.

Bell, Simon – *Elements of Visual Design in the Landscape*. Londres: E & FN Spon, 1993.

Besse, J. Marc – *Le Paysage et le Discours Contemporains*, 2000 in Oliveira, João Manuel D. – *A Paisagem Percorrida – o percurso e a paisagem*, Relatório do trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 2003.

Cabral, Francisco Caldeira - *Parque Nacional da Ajuda*, Relatório de Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, ISA/UTL, Lisboa, 1936.

Cabral, Francisco Caldeira; Telles, Gonçalo Ribeiro – *A Árvore em Portugal*. 2.^a Edição, Assírio e Alvim, Lisboa, 2005.

Calçada, Marta; Lima, Inês Pereira – *Jardim Botânico da Ajuda*, 2005 in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9867 (Julho, 2011).

Câncio, Francisco – *Lisboa de Outros Séculos: À Sombra dos Paços Reais*, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnographia, Imprensa Baroeth, Lisboa, 1940.

Cardoso, António Muñoz – *Os Edifícios da Tapada da Ajuda*, Ed. ISA, Lisboa, 1992.

Cardoso, João Luís; Freitas, F; Roque, J. – *Descoberta de Jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda*, Separata de “Setúbal Arqueológico” vol. VI-VII, Museu de Arqueologia de Setúbal e Etnografia, Setúbal, 1980-81, pp.117-138.

Castel-Branco, Cristina *et al.* - *Jardim Botânico da Ajuda*, Cristina Castel-Branco, Lisboa, 1999.

Castel-Branco, Cristina – *Necessidades: Jardins e Cerca*, Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa, 2001, pp. 20-33

Castro Rêgo, Francisco – *Tapadas Reais e Cercas de Conventos*, In Castel-Branco, Cristina (Coord.) – *Necessidades: Jardins e Cerca*, Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa, 2001, p. 35.

Costa, Ana Luísa Beja da – *Métodos de Classificação de Património Paisagístico, Caso de Estudo da Tapada da Ajuda*, Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 2004.

Coutinho, Manuel Azevedo – *O Jardim Botânico da Ajuda*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo e Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, 1948.

Coutinho, Miguel Pereira – *A Tapada da Ajuda: de Tapada Real a Parque Botânico*, Separata da Revista Agros nº3, ed. AEISA, Lisboa, 1956, pp.137-144.

Cunha, Natália Sofia – *Ordenamento da Tapada da Ajuda: Morfologia e Vegetação*, Relatório do Trabalho de Fim do Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 2000.

Fernandes, Francisca; Carvalho, Luís – *Portugal Botânico de A a Z, Plantas Portuguesas e Exóticas*, Lidel, Lisboa, 2003.

Ferreira, Carlos Antero – *Tapada da Ajuda, O Palácio de Exposições*, RP Passado Presente, Colecção Património, Lisboa, 1987.

Ferro, Maria Isabel – *Percursos e Património na Percepção da Paisagem*, Relatório do Trabalho de Fim do Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 2004.

Folque, Filipe (dir. de) – *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, C.M.L – Arquivo, D.L., Lisboa, 2000.

Freire, João Paulo (Mário) – *Alcântara: Apontamentos para uma Monografia*, Imp. Univ. Coimbra, Coimbra, 1929.

Freitas, Jordão de – *O Paço Real de Alcântara: sua localização – Elementos para a sua História desde o Domínio Filipino*, Separata da Revista «Olisipo» nº36, Lisboa, Outubro de 1946.

Gomes, Mário Azevedo – *Notícias sobre a Tapada da Ajuda* – Separata do “Agros”, Ano XVII-II Série – nº 2 e 3, 1935

Gomes, Mário Azevedo – *A obra do Instituto Superior de Agronomia nos últimos vinte e cinco anos* - Separata dos Anais do Instituto Superior de Agronomia, Vol. XIV, Lisboa, 1943.

Heft, Erstes – *Erinnerungen aus Portugal und Spanie*, [S.l.], [s.n.], [s.d.] (Colecção Olisiponenese – Vieira da Silva)

Leal, Augusto B. de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I (A-B). Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1873.

Lima, Inês Pereira de – *Tapada da Ajuda/ Tapada Real de Alcântara/ Tapada de Alcântara*, 2005 in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23337 (Julho 2011)

Lynch, K. - *A imagem da cidade*, (1ª edição, 1960), Edições 70, Rio de Janeiro, 1996.

Machado, João; Pascoal, Ana; Teixeira, Catarina – *Observatório Astronómico de Lisboa/ Observatório Astronómico da Tapada da Ajuda/ Observatório Astronómico D. Luís*, 2011 in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23178 (Julho, 2011).

Madeira, M. - *Os solos da Tapada da Ajuda que ocorrem sob formações florestais e arbustivas*, Relatório Final do Curso de Silvicultura, ISA/UTL, Lisboa, 1973.

Magalhães, Maria Manuela Raposo – *O Clima e o Microclima como Factores de Ordenamento do Território*, Relatório para uma aula da disciplina de Ordenamento do Território I, SAAP, ISA/UTL, Lisboa, 1992.

Magalhães, Maria Manuela Raposo – *Morfologia da Paisagem*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

Magalhães, Maria Manuela Raposo – *A Arquitectura Paisagista, Morfologia e Complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

Marques, Paulo Farinha – *Avaliação da Qualidade Estética da Paisagem e Percurso de Fruição no Território do Baixo Tâmega: Serras da Aboboreira e Castelo*, Resumos Alargados. Paisagem e Território: Paisagens e políticas convergentes, In Congresso APAP (org.), Lisboa 2010, pp. 71-75.

Marques, Teresa R. S. Figueiredo – *Proposta para a reabilitação do Jardim do Auditório do Prof. Caldeira Cabral: Intervenção sobre o Património*, Relatório de Final do Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 1995.

Mata, Duarte Cardoso – *Rede Pedonal e de Bicicletas para Lisboa*, Relatório do Trabalho Final do Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 2000.

Matos, Isabel - *Tapada da Ajuda: Evolução da Paisagem*, Relatório do Trabalho Final do Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 1994.

Mello, Jorge de in Ferreira, Carlos Antero – *Tapada da Ajuda, O Palácio de Exposições*, RP Passado Presente, Colecção Património, Lisboa, 1987.

Moggridge, Hal – *Notes on Kent's Garden at Rousham*, Journal of Garden History, vol.6, NO.3, 1986, pp. 187-226.

Moore, Niamh; Whelan, Yvonne - *Heritage, Memory and the Politics of Identity: New Perspectives on the Cultural Landscape* – ASHGATE, Burlington, USA, 2007.

Norberg-Schulz, C. - *Genius loci: Paysage, Ambiance, Architecture*, (1ª edição 1979), Pierre Mardaga Éditeur, Bruxelles, 1981.

Nunes, João Ferreira – *Análise da Qualidade Visual da Paisagem*, Relatório de Estágios do curso de Arquitectura Paisagista apresentado ao Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa: [s.n.], 1985.

Oliveira, João Manuel D. – *A Paisagem Percorrida – o percurso e a paisagem*, Relatório do trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia/UTL, Lisboa, 2003.

Pereira, Esteves; Rodrigues, Guilherme – *Ajuda (Real tapada d’)* – in Portugal: Dicionário Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Numismatico e Artístico, vol. I-A, João Romano Torres, Lisboa, 1904, pp.111-112.

Pereira, José Luís Veludo Vieira – *O Sítio da Lagoa Branca: Proposta de Reabilitação*, Relatório do trabalho de Fim do Curso de Arquitectura Paisagista apresentado ao Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1995.

Pina, Carolina – *Projectos de Arquitectura Paisagista no âmbito de Planos de Gestão de Paisagens Culturais – Caso de Estudo: O Acesso da Tapada da Ajuda ao Pólo Universitário da Ajuda*, Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 2011.

Pinto, F. P. Leite – *Anteambulação numa mostra de Cartografia da Grande Lisboa*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia, Lisboa, 1983.

Proença, Raul, (dir. de) – *Guia de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1924.

Ramalho, Robélia - *Guia de Portugal Artístico*, vol. I nº1, Lisboa, 1933, p. 66.

Ramalho, Robélia de Sousa L. – *Guia de Portugal Artístico*, vol. II nºs 2 a 5, Lisboa, 1935, pp.77-86.

Rosa, A. C. Silva – *Relatórios dos Trabalhos executados na Tapada da Ajuda, de 1914 até ao presente, 1920 in* Cunha, Natália Sofia – *Ordenamento da Tapada da Ajuda: Morfologia e Vegetação*, Relatório do Trabalho de Fim do Curso de Arquitectura Paisagista, ISA/UTL, Lisboa, 2000.

Rosa, A. C. Silva – *Trabalhos e Estudos Agronómicos na Tapada da Ajuda, 1920 in* Coutinho, Miguel Pereira – *A Tapada da Ajuda: de Tapada Real a Parque Botânico*, Separata da Revista Agros nº3, ed. AEISA, Lisboa, 1956, pp.137-144.

Sarmiento, Ana Maria – *Elementos para Elaboração do Plano de Trabalho na Exploração Agrícola da Tapada da Ajuda*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, ISA/UTL, Lisboa, 1969.

Schmidt, Luísa – “*Quem Ajuda a Tapada?*”, In Expresso, Revista, 20 de Novembro de 1993.
Sequeira, Gustavo de Matos – *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, Direcção Geral da Fazenda Pública, Ministério das Finanças, Lisboa, 1961.

Soares, Ana Luísa et al – *Restauro e recuperação do Jardim Botânico no final do século XX*, in Castel-Branco, Cristina et al - *Jardim Botânico da Ajuda*, Cristina Castel-Branco, Lisboa, 1999.

Sousa, Pedro Leão; Couto, Susete – *Os Recursos Hídricos da Tapada da Ajuda – Proposta para uma melhor gestão*, Lisboa, 1995.

Steinitz, Carl – *Toward a Sustainable Landscape with High Visual Preference and High Ecological Integrity: the Loop Road in Acadia Park, U.S.A.*, Cambridge, 1990, pp. 213-250.

Teles, Paula; Silva, Pedro Ribeiro da, in *Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos, Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto*, 2007, p.15.

Tibbatts, David et al. - *Parks and Green Spaces Management Plans*, Cabe Space - www.cabespace.org.uk.

Vale, Teresa; Gomes, Carlos; Carvalho, Lobo de – *Pavilhão da Exposição Agrícola de Lisboa*, 1998 in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4893 (Julho, 2011).

Vasconcellos, João Carvalho – *Reserva Botânica Natural “D. António Xavier Pereira Coutinho”*, Separata da Revista Agros nº3, ed. AEISA, Lisboa, 1956, pp.127-136.

Velho, Sara – *Contributo para a Recuperação das Vistas de Monserrate*, Relatório Final do Estágio de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista apresentado à Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Porto: [s.n.], 2008.

LISTA DE SITES CONSULTADOS:

Conceito Europeu de Acessibilidade, 2004 in <http://www.eca.lu/> (Agosto 2011)

Guia *American Association of State Highway and Transportation Officials* in Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral”, I.S.A./ U.T.L., Lisboa, 2011 in http://www.isa.utl.pt/ceap/ciclovias/new_page_1554.htm (Setembro, 2011)

Diário da República in <http://dre.pt/pdf1s/2006/08/15200/56705689.pdf>

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites, 2005 in http://www.international.icomos.org/hist_eng.htm (AGOSTO, 2011).

ICOMOS, 1964, Carta de Veneza, in <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf> (AGOSTO, 2011).

ICOMOS, 1982, Carta de Florença, in <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf> (AGOSTO, 2011).

UNESCO, 1992, Relatório do grupo de peritos em Paisagens Culturais in <http://whc.unesco.org/archive/pierre92.htm> (AGOSTO, 2011).

ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra in <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf> (AGOSTO, 2011).

ICOMOS Portugal, 1983, in <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/ESTATUTOS1.pdf>

<http://www.igespar.pt/pt/about/enquadramentolegal/> (AGOSTO, 2011).

ICNB, 2005 in <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/> (AGOSTO, 2011).

Instituto Superior de Agronomia (JULHO, 2011).- <http://www.isa.utl.pt/home/node/268>
https://www.isa.utl.pt/files/priv/fotos/Construcao_Edificio_Principal/fotos/GeralNorte.JPG
<http://www.utl.pt/pagina.php?area=213>; <http://www.isa.utl.pt/files/pub/TapadadaAjuda.pdf>

Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral”:
<http://www.isa.utl.pt/ceap/ciclovias/> (SETEMBRO 2011).

Imagens aéreas da Tapada da Ajuda - <http://maps.google.pt> (JULHO, 2011).

IGESPAR - <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/> (AGOSTO, 2011).

CARTA E REUNIÕES INTERNACIONAIS:

ICOMOS, 1964, *Carta de Veneza*.

ICOMOS, 1982, *Carta de Florença*.

ICOMOS Austrália, 1999, *Carta de Burra*.

UNESCO, 1992, *Relatório do grupo de peritos em Paisagens Culturais*, Reunião de La Petite Pierre.

Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos, Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto, 2007, p.15.

The Landscape Institute and the Institute of Environmental Management and Assessment, 2002

Guia American Association of State Highway and Transportation Officials in Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista “Prof. Caldeira Cabral”, I.S.A./ U.T.L.
http://www.isa.utl.pt/ceap/ciclovias/new_page_1554.htm (Setembro, 2011)

LEGISLAÇÃO:

Decreto nº 5, de 19 de Fevereiro de 2002 – Classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional como monumentos e imóveis de interesse público.

Decreto-Lei nº61, de 16 de Dezembro de 1910 – Criação do Instituto Superior de Agronomia, edificado na Tapada da Ajuda, para o ensino dos cursos de agronomia e Silvicultura; anexação do Jardim Botânico da Ajuda ao Instituto Superior de Agronomia.

Decreto nº 33 587, DG 63 de 27 Março de 1944 e DG 253, de 29 Outubro 1959 – Classifica o Jardim Botânico da Ajuda como zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, de grau dois e está afecto ao Instituto Superior de Agronomia, propriedade do Estado, de utilizações Científica como jardim botânico e Recreativa como jardim.

Decreto-Lei nº96, de 29 de Março de 2007 – Criação do Instituto de gestão do Património Architectónico e Arqueológico (IGESPAR).

Decreto-Lei nº 215, de 27 de Outubro de 2006- fusão do IPPAR (Instituto Português do Património Architectónico), do IPA (Instituto Português de Arqueologia) e de algumas atribuições da antiga DGEMN (Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), actual SIPA (Sistema de Informação para o Património), gerida pelo IHRU (Instituto da habitação e da reabilitação Urbana).

Decreto-Lei nº140 de 15 de Junho de 2009 – Condições exigidas pelo IGESPAR para intervenção num bem cultural classificado.

Lei nº13, de 6 de Julho de 1985 – Classificação da Tapada da Ajuda como um todo, com inclusão do Instituto Superior de Agronomia, o Observatório Astronómico de Lisboa, a Jazida da idade do Bronze Final, a Necrópole Romana e os jardins.

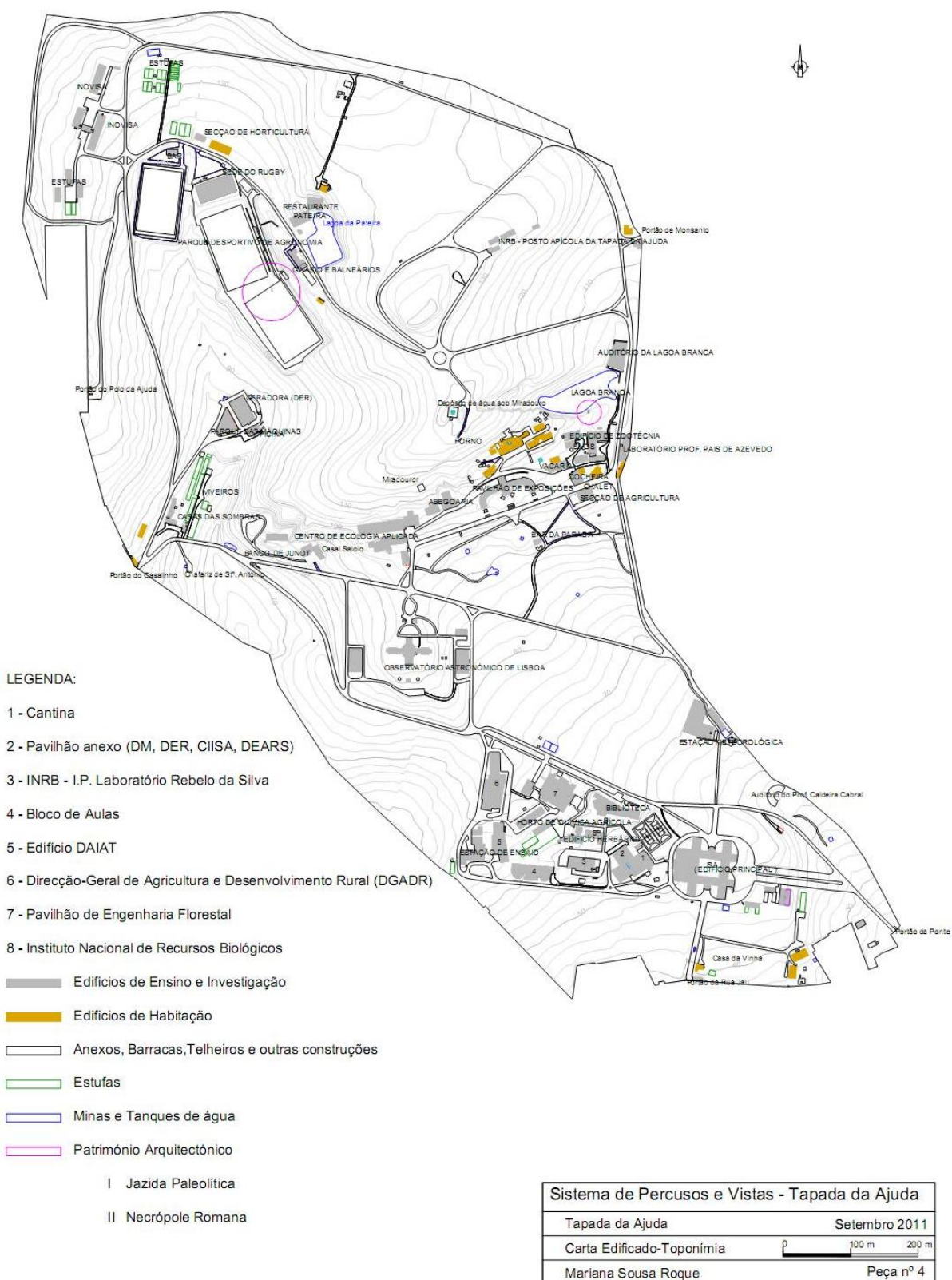
Lei nº107, de 8 de Setembro de 2001 – Lei de Bases do Património Cultural Português, definição das bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural português.

LOCAIS DE CONSULTA:

- Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.
- Biblioteca Municipal Palácio Galveias.
- Gabinete de Estudos Olissiponenses.
- Forte de Sacavém.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Biblioteca Nacional da Ajuda.

ANEXOS

Carta do Edificado e Toponímia



Anexo II - Resultado dos Inquéritos (Dados tratados em IBM-SPSS):

1. Já ouviu falar da Tapada da Ajuda?		
	Frequência	Percentagem
SIM	73	97,3
NÃO	2	2,7
TOTAL	75	100,0

2. Já esteve na Tapada da Ajuda?		
	Frequência	Percentagem
SIM	50	66,7
NÃO	25	33,3
TOTAL	75	100,0

3. Grau de Satisfação quanto à função do espaço (Organização/funcionalidade)		
	Frequência	Percentagem
Muito Baixo	2	2,7
Baixo	12	16,0
Médio	15	20,0
Alto	2	2,7
Não sabe	44	58,7
TOTAL	75	100,0

4. Grau de interesse em Visitar (se não conhece/frequenta regularmente)		
	Frequência	Percentagem
Muito Baixo	2	2,7
Baixo	4	5,3
Médio	26	34,7
Alto	13	17,3
Não sabe	30	40,0
TOTAL	75	100,0

5. Potencial/Interesse Turístico da Tapada		
	Frequência	Percentagem
Muito Baixo	0	0
Baixo	2	2,7
Médio	27	36,0
Alto	46	61,3
TOTAL	75	100,0

Sexo		
	Frequência	Percentagem
Feminino	44	58,7
Masculino	31	41,3
TOTAL	75	100,0

Idade	
	Estatística
Média	37,31
Moda	23
Desvio	17,12
Intervalo	62
Mínimo	16
Máximo	78

Situação Profissional		
	Frequência	Percentagem
Trabalhador	39	52,0
Desempregado	5	6,7
Reformado	4	5,3
Estudante	22	29,3
Outro	5	6,7
TOTAL	75	100,0

Local de Residência		
	Frequência	Percentagem
Lisboa	55	73,3
Fora de Lisboa	20	26,7
TOTAL	75	100,0



	Freq.	%
Gosta	37	97,4
Não Gosta	1	2,6
Total	38	100



	Freq.	%
Gosta	10	71,4
Não Gosta	25	28,6
Total	35	100



	Freq.	%
Gosta	11	52,4
Não Gosta	10	47,6
Total	21	100



	Freq.	%
Gosta	4	9,8
Não Gosta	37	90,2
Total	41	100



	Freq.	%
Gosta	1	4,0
Não Gosta	24	96,0
Total	25	100



	Freq.	%
Gosta	19	25,3
Não Gosta	15	20,0
Total	34	100



	Freq.	%
Gosta	10	40,0
Não Gosta	15	60,0
Total	25	100



	Freq.	%
Gosta	4	11,8
Não Gosta	30	88,2
Total	34	100



	Freq.	%
Gosta	7	58,3
Não Gosta	5	41,7
Total	12	100



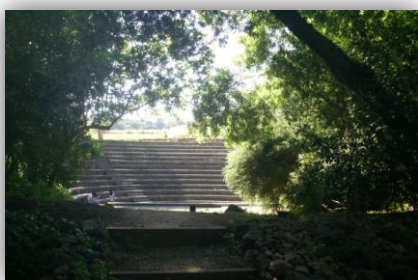
	Freq.	%
Gosta	24	96,0
Não Gosta	1	4,0
Total	25	100



	Freq.	%
Gosta	13	43,4
Não Gosta	17	56,7
Total	30	100



	Freq.	%
Gosta	46	95,8
Não Gosta	2	4,2
Total	48	100



	Freq.	%
Gosta	30	83,3
Não Gosta	6	16,7
Total	36	100



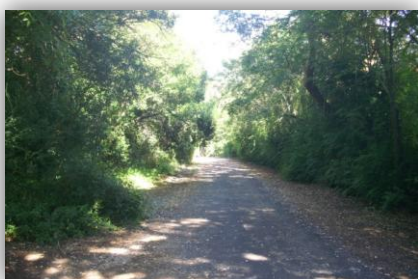
	Freq.	%
Gosta	29	100
Não Gosta	-	-
Total	29	100



	Freq.	%
Gosta	12	30,0
Não Gosta	28	70,0
Total	35	100



	Freq.	%
Gosta	14	93,3
Não Gosta	1	6,7
Total	15	100



	Freq.	%
Gosta	8	100
Não Gosta	-	-
Total	8	100



	Freq.	%
Gosta	-	-
Não Gosta	46	100
Total	46	100



	Freq.	%
Gosta	2	6,9
Não Gosta	27	93,1
Total	29	100



	Freq.	%
Gosta	36	97,3
Não Gosta	1	2,7
Total	37	100



	Freq.	%
Gosta	10	41,7
Não Gosta	14	58,3
Total	24	100



	Freq.	%
Gosta	23	76,7
Não Gosta	7	23,3
Total	30	100



	Freq.	%
Gosta	20	95,2
Não Gosta	1	4,8
Total	21	100



	Freq.	%
Gosta	8	34,8
Não Gosta	15	65,2
Total	23	100



	Freq.	%
Gosta	1	2,4
Não Gosta	41	97,6
Total	42	100



	Freq.	%
Gosta	13	72,2
Não Gosta	5	27,8
Total	18	100



	Freq.	%
Gosta	4	21,1
Não Gosta	15	78,9
Total	19	100



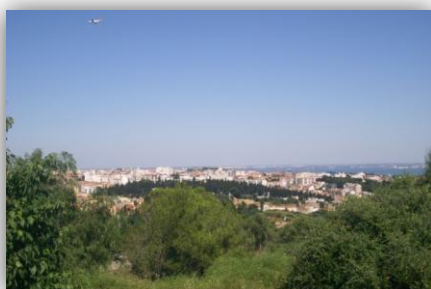
	Freq.	%
Gosta	19	86,4
Não Gosta	3	13,6
Total	22	100



	Freq.	%
Gosta	31	91,2
Não Gosta	3	8,8
Total	34	100



	Freq.	%
Gosta	19	90,5
Não Gosta	2	9,5
Total	21	100



	Freq.	%
Gosta	15	62,5
Não Gosta	9	37,5
Total	24	100



	Freq.	%
Gosta	22	78,6
Não Gosta	6	21,4
Total	28	100



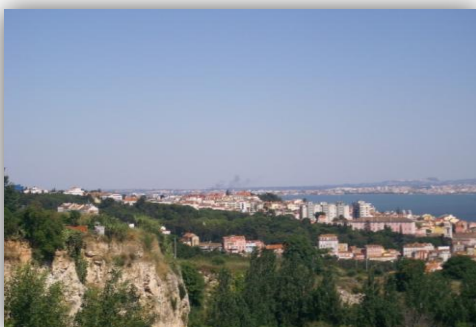
	Freq.	%
Gosta	20	95,2
Não Gosta	1	4,8
Total	21	100



	Freq.	%
Gosta	9	28,1
Não Gosta	23	71,9
Total	32	100



	Freq.	%
Gosta	17	51,5
Não Gosta	16	48,5
Total	33	100



	Freq.	%
Gosta	8	25,8
Não Gosta	23	74,2
Total	31	100



	Freq.	%
Gosta	-	-
Não Gosta	62	100
Total	62	100



	Freq.	%
Gosta	-	-
Não Gosta	45	100
Total	45	100



	Freq.	%
Gosta	17	63,0
Não Gosta	10	37,0
Total	27	100



	Freq.	%
Gosta	29	90,6
Não Gosta	3	9,4
Total	32	100

Anexo III - Documentos Legais:

Decreto n.º 5, de 19 de Fevereiro de 2002

1364

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-B

N.º 42 — 19 de Fevereiro de 2002

	Valor da sessão (em euros)	Unidade de referência (UR = ¼ da UC)
4.6.2 — Fiscal		13,00
4.6.3 — Recurso de decisões jurisdicionais		4,00
4.7 — Contra-ordenações		13,00
5 — Incidentes processuais, procedimentos cautelares, meios processuais acessórios e pedidos de suspensão de eficácia do acto		8,00
6 — Intervenção ocasional em acto ou diligência isolada do processo, designadamente em diligências deprecadas		5,00
7 — Assistência a arguido preso ou junto de entidades policiais		5,00
8 — Por cada deslocação do patrono/defensor a estabelecimento prisional para conferência com o patrocinado preso ou detido, com um máximo de três deslocações		3,00
9 — Quando a diligência comporte mais de duas sessões, por cada sessão a mais		3,00
10 — Por cada presença, período da manhã ou da tarde, no âmbito das escalas de urgência, desde que não tenha sido efectuada qualquer diligência		3,00
11 — Pela resolução do litígio por meios alternativos, designadamente mediação ou arbitragem		5,00
12 — Outras intervenções de patronos oficiais		8,00

Notas

- 1 — Os honorários a atribuir aos advogados estagiários serão reduzidos a dois terços.
- 2 — Os honorários a atribuir aos solicitadores serão reduzidos a dois terços ou a um quarto, consoante intervenham isoladamente no processo ou o façam coadjuvados por um advogado. Neste caso, os honorários do advogado serão reduzidos a quatro quintos. Por acordo entre o advogado e o solicitador poderá, contudo, ser diversa a proporção na distribuição dos honorários.
- 3 — Considera-se haver lugar a nova sessão sempre que o acto ou diligência sejam interrompidos, excepto se tal interrupção ocorrer no mesmo período da manhã ou da tarde.
- 4 — Considera-se ocasional a intervenção num acto ou diligência isolados no processo.
- 5 — Em caso de substituição do patrono no decurso do processo, os honorários serão individualizadamente pagos a todos os intervenientes, em função da repartição de honorários que tenha sido definida, sempre com o limite dos honorários que seriam devidos ao nomeado por aplicação da tabela.
- 6 — Os honorários devidos por aplicação do disposto no n.º 10 são pagos pelo Cofre Geral dos Tribunais, a pedido do interessado, apresentado na Secção Central ou na Secretaria-Geral do Tribunal, quando exista; nos restantes casos, o pedido é dirigido ao Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, mas apresentado junto das entidades respectivas.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Decreto n.º 5/2002

de 19 de Fevereiro

Considerando o disposto nos artigos 24.º e 30.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, no n.º 1 do artigo 7.º e no artigo 12.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de Maio;

Tendo sido cumpridos os procedimentos de audição previstos nos artigos 24.º e 25.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, e no artigo 12.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho;

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Classificações

São classificados os seguintes imóveis:

- a) Como monumentos nacionais, os constantes dos anexos I e III ao presente diploma, do qual fazem parte integrante;
- b) Como imóveis de interesse público, os constantes dos anexos II e IV ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Alterações

1 — O Decreto do Governo de 16 de Junho de 1910, publicado em 23 de Junho de 1910, na parte referente ao «Aquaduto das Águas Livres, compreendendo a Mãe de Água», em Lisboa, distrito de Lisboa, passa a ter a seguinte redacção:

«Aquaduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados, nas freguesias de Caneças, Almargem do Bispo, Casal de Cambra, Belas, Agualva-Cacém, Queluz, no concelho de Sintra, São Brás, Mina, Brandoa, Fala-gueira, Reboleira, Venda Nova, Damaia, Burnea, Carnaxide, Benfica, São Domingos de Benfica, Campolide, São Sebastião da Pedreira, Santo Condestável, Prazeres, Santa Isabel, Lapa, Santos-o-Velho, São Mamede, Mercês, Santa Catarina, Encarnação e Pena, municípios de Odivelas, Sintra, Amadora, Oeiras e Lisboa, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo V ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

2 — O artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 32 973, de 18 de Agosto de 1943, na parte referente ao «Portal manuelino nas ruínas de uma antiga capela de Alcaíça Grande», concelho de Mafra, distrito de Lisboa, clas-

sificado como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Portal manuelino da antiga capela do Espírito Santo de Alcaíça Grande, no Largo da Igreja, 3, Alcaíça Grande, freguesia de São Miguel de Alcaíça, município de Mafra, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo v ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

3 — O artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 129/77, de 29 de Setembro, na parte referente à «Casa da Quinta das Lapas», na freguesia de Monte Redondo, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, classificada como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Casa da Quinta das Lapas, com a respectiva cerca, a praça frente à Capela, a alameda e a Capela de Santo António, na Quinta das Lapas, com acesso pela estrada municipal n.º 575, Monte Redondo, freguesia de Monte Redondo, município de Torres Vedras, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo v ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

4 — O artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 28/82, de 26 de Fevereiro, na parte referente à «Quinta de Valflores», na freguesia de Santa Iria de Azoia, concelho de Loures, distrito de Lisboa, classificada como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Quinta de Valflores, na Rua de Valflores, junto às escadinhas da fonte, em Via Rara, freguesia de Santa Iria de Azoia, município de Loures, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo v ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

Artigo 3.º

Reclassificação

É reclassificada como imóvel de interesse público a Casa dos Salazares ou do Visconde de Espinhal, na Lousã, que havia sido classificada como valor concelhio pelo artigo 3.º do Decreto do Governo n.º 129/77, de 29 de Setembro, ficando com a seguinte designação:

«Palácio dos Salazares, também denominado 'Palácio da Viscondessa do Espinhal' ou 'Palácio do Visconde do Espinhal', na Rua da Viscondessa do Espinhal, 5, Lousã, freguesia da Lousã, município da Lousã, distrito de Coimbra.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo vi ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

Artigo 4.º

Rectificações

1 — O artigo 2.º do Decreto do Governo n.º 735/74, de 21 de Dezembro, na parte referente ao «Palácio dos Condes de Farrobo, incluindo o chafariz localizado na Estrada de Benfica junto à azinhaga que limita a norte o Jardim Zoológico», na freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, clas-

sificado como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Palácio e Jardins do Conde de Farrobo (conjunto intramuros), no qual se encontra instalado o Jardim Zoológico, delimitado nomeadamente pela Estrada de Benfica, pela Praça do Marechal Humberto Delgado, pela Estrada das Laranjeiras, pela Travessa das Águas Boas e pela Rua de Xavier de Oliveira, Lisboa, freguesia de São Domingos de Benfica, município de Lisboa, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo vii ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

2 — Na alínea c) do artigo único do Decreto n.º 29/90, de 17 de Julho, onde se lê «imóveis de valor municipal» deve ler-se «valores concelhios».

3 — Na alínea c) do artigo único do Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho, onde se lê «imóveis de valor concelhio» deve ler-se «valores concelhios».

4 — O anexo II do Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho, na parte referente à «Villa romana de Miroiço», na freguesia de São Domingos de Rana, município de Cascais, distrito de Lisboa, classificada como imóvel de interesse público, passa a ter a seguinte redacção:

«Villa romana de Miroiço, na Estrada de Manique (antiga estrada nacional n.º 247-5), Bairro de Morouços, Manique de Baixo, freguesia de São Domingos de Rana, município de Cascais, distrito de Lisboa.»

(Conforme planta de delimitação constante do anexo vii ao presente diploma, do qual faz parte integrante.)

5 — No anexo II do Decreto n.º 67/97, de 31 de Dezembro, referente à classificação como imóveis de interesse público, deverão ser introduzidas as alterações indicadas nas alíneas seguintes:

a) Onde se lê:

«Distrito de Aveiro

Município de Albergaria-a-Velha:

Mamoá de Açores, freguesia de Albergaria-a-Velha.»

deve ler-se:

«Distrito de Aveiro

Município de Albergaria-a-Velha:

Mamoá de Açores, freguesia de Albergaria-a-Velha.»

b) Onde se lê:

«Distrito de Aveiro

Município de Estarreja:

Casa-Museu de Egas Moniz [...]

deve ler-se:

«Distrito de Aveiro

Município de Estarreja:

Casa-Museu Egas Moniz [...]

c) Onde se lê:

«Distrito de Évora

Município de Évora:

Cromeleque da Portela de Modos [...]

deve ler-se:

«Distrito de Évora

Município de Évora:

Cromeleque da Portela de Mogos[...]

d) onde se lê:

«Distrito de Portalegre

Município de Elvas:

Anta do Monte Ruivo, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 1 de São Rafael, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 2 de São Rafael, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 1 do Sobral, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
Anta de Valmor, freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;
[...]
Igreja do Salvador [...], freguesia de Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso;»

deve ler-se:

«Distrito de Portalegre

Município de Elvas:

Anta do Monte Ruivo, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 1 de São Rafael, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 2 de São Rafael, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
Anta 1 do Sobral, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
Anta de Valmor, freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;
[...]
Igreja do Salvador [...], freguesia de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso;»

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Novembro de 2001. — *Guilherme d'Oliveira Martins* — *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Assinado em 17 de Dezembro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 19 de Dezembro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO I

Monumentos nacionais

Distrito de Aveiro

Município de Aveiro:

Conjunto arquitectónico formado pela Igreja do Convento de Santo António e seu claustro, Capela da Ordem Terceira de São Francisco e anexos conventuais (Casa do Despacho), no Largo de Santo António, Aveiro, freguesia da Glória.

Distrito de Beja

Município de Alvão:

Solar de Água de Peixes, na Herdade de Água de Peixes, no caminho municipal n.º 1004, a 6 km de Alvão, freguesia de Alvão.

Distrito de Coimbra

Município de Coimbra:

Colégio de São Jerónimo (Universidade de Coimbra), no Largo de D. Dinis, Coimbra, freguesia de Sé Nova.

Município de Penela:

Igreja de Santa Eufémia, no Largo do Dr. Albino M. Cordeiro, confinando com a Rua dos Paços do Concelho, a Rua do Sol e a escola primária, Penela, freguesia de Santa Eufémia.

Distrito de Lisboa

Município de Lisboa:

Ascensor da Bica e meio urbano que o envolve, na Rua de São Paulo, 218 a 236, na Rua da Bica Duarte Belo (todos os imóveis que com ela confinam), no Largo de Santo Antoninho (todos os imóveis que com ele confinam) e na Travessa da Bica Grande (todos os imóveis que com ela confinam), Lisboa, freguesia de São Paulo;

Ascensor da Glória e meio urbano que o envolve, na Calçada da Glória (todos os imóveis que com ela confinam), na Rua das Taipas, tornejando para o Largo da Oliveirinha, 1, 2 e 5, e na Travessa do Fala-Só, 2 a 10 e 1 a 7, Lisboa, freguesias de Santa Justa, de São José e da Encarnação;

Ascensor do Lavra e meio urbano que o envolve, com entrada pelo gaveto entre a Calçada do Lavra e a Rua de Câmara Pestana, na Rua de Câmara Pestana, 43 e 45, e na Calçada do Lavra, todos os números pares e ímpares do 1 ao 11, Lisboa, freguesias de São José e da Pena;

Capela do Paço da Bemposta, incluindo todo o seu recheio artístico, nomeadamente o órgão, nas instalações da Academia Militar, com entrada pelo Paço da Rainha, Lisboa, freguesia da Pena;

Elevador do Carmo, também denominado «Elevador de Santa Justa», com entrada pela Rua de Santa Justa, entre os n.ºs 94 e 103, e pelo Largo do Carmo, entre a Escola Fernão Lopes e a Igreja do Carmo, Lisboa, freguesia de São Nicolau;

Palácio de São Bento, escadaria exterior e jardim confinante com a residência do Primeiro-Ministro, na Calçada da Estrela, na Rua de Correia Garção, na Praça de São Bento, e na Rua de São Bento, Lisboa, freguesia da Lapa.

Distrito de Santarém

Município de Santarém:

Templo romano de Scallabis, no Largo da Alcáçova, 3 a 5, Santarém, freguesia de Marvila.

Município de Pinhel:

Igreja de Santa Maria do Castelo, no Largo de Santa Maria, Pinhel, freguesia de Pinhel.

Município do Sabugal:

Convento de Sacraparte, também designado «Convento de Sacaparte», a 2 km a leste de Alfaiates (noroeste da estrada nacional n.º 233-3), freguesia de Alfaiates.

Município de Seia:

Solar de São Julião, no Largo de São Julião e na Rua de D. Luís de Albuquerque Bourbon de Sousa Lara, Paranhos da Beira, freguesia de Paranhos da Beira.

Distrito de Leiria

Município de Alvaiázere:

Cruzeiro filipino, junto ao caminho municipal n.º 1109, à entrada do lado sul do adro da igreja matriz, Maços de D. Maria, freguesia de Maços de D. Maria.

Município da Batalha:

Ermida da Senhora do Fetal e Capelinha da Memória (conjunto), no local designado por Cruz do Cemitério, a sul da antiga estrada nacional n.º 356, actual OE (outras estradas) 356, Reguengo do Fetal, freguesia de Reguengo do Fetal.

Município de Caldas da Rainha:

Edifício do Museu de José Malhoa, no Parque de D. Carlos I, Caldas da Rainha, freguesia de Caldas da Rainha, Nossa Senhora do Pópulo.

Município de Pombal:

Arco manuelino (pertencente ao antigo Paço dos Duques de Aveiro), na Rua do Terreiro, Abiul, freguesia de Abiul.

Distrito de Lisboa

Município de Alenquer:

Quinta do Campo (conjunto edificado), incluindo a casa de habitação, capela, tentadeiro, outras instalações e pertences, entre as localidades do Carregado (à saída) e de Casal Pinheiro, com acesso pela estrada nacional n.º 3, freguesia do Carregado.

Município de Cascais:

Quinta do Barão (conjunto constituído pelo solar, jardins e adega), na Avenida de D. José I, antiga estrada nacional n.º 11, Carcavelos, freguesia de Carcavelos;

Villa romana de Miroiços, na encosta sul do Alto do Barril, Malveira da Serra, com acesso pela estrada nacional n.º 247, freguesia de Alcáideche;

Villa romana de Outeiro de Polima, em Outeiro de Polima, com acesso pela estrada municipal n.º 584, freguesia de São Domingos de Rana.

Município de Lisboa:

Antigas instalações do jornal *O Século*, na Rua do Século, 41 a 63, Lisboa, freguesia de Santa Catarina;

Centro Cultural de Belém, na Praça do Império e na Avenida da Índia, Lisboa, freguesia de Santa Maria de Belém;

Cine-Teatro Politeama, na Rua das Portas de Santo Antão, 109 a 115, Lisboa, freguesia de Santa Justa;

Edifício do antigo Jardim Cinema, nomeadamente a zona do monumental salão de jogos, na Avenida de Álvares Cabral, 33 a 37, Lisboa, freguesia de Santa Isabel (que havia sido classificado, como imóvel de interesse público, pela igreja e antigo Convento do Grilo, na Rua do Grilo, 116-A a 116-E, e na Calçada do Grilo, 2, Lisboa, freguesia do Beato);

Morada (palacete) na Avenida de Fontes Pereira de Melo, incluindo as áreas do antigo jardim, anexo residencial e garagem, que foi pertença de José Maria Marques (1.º proprietário), actual sede social do Metropolitano de Lisboa, na Avenida de Fontes Pereira de Melo, 28, e na Rua de Andrade Corvo, 34 a 38, Lisboa, freguesia de São Jorge de Arroios;

Palácio Belmonte, no Pátio de D. Fradique, 5 a 8, 10, 11 e 13 a 17, na Travessa do Funil, 8 a 12, na Rua dos Cegos, 44, e no Largo do Contador-Mor, 8 a 16, Lisboa, freguesia de Santiago; Real Fábrica das Sedas, na Rua da Escola Politécnica, 219 a 287, e no Largo do Rato, 7 a 7-C, Lisboa, freguesia de São Mamede;

Sinagoga portuguesa Shaaré Tikvah («as Portas da Esperança»), com acesso pela Rua de Alexandre Herculano, 59, Lisboa, freguesia de São Mamede;

Tapada da Ajuda (conjunto intramuros), delimitada nomeadamente pela Rua do Professor Vieira da Natividade, pela Calçada da Tapada e pela Rua do Sítio do Casalinho da Ajuda, 1 e 2, Lisboa, freguesia de Alcântara.

Município de Loures:

Casa Medieval da Torre de Cima, entre a povoação do Freixial e a vila de Bucelas, a meio da encosta da serra do Picoto, junto a um moinho arruinado, com acesso pelo centro de Bucelas, na direcção do Freixial, pela estrada nacional n.º 116, seguida, ao quilómetro 27, por estrada de terra batida, freguesia de Bucelas;

Igreja matriz de Santa Iria de Azoia, incluindo o seu recheio, na Rua de Angola, Santa Iria de Azoia, freguesia de Santa Iria de Azoia.

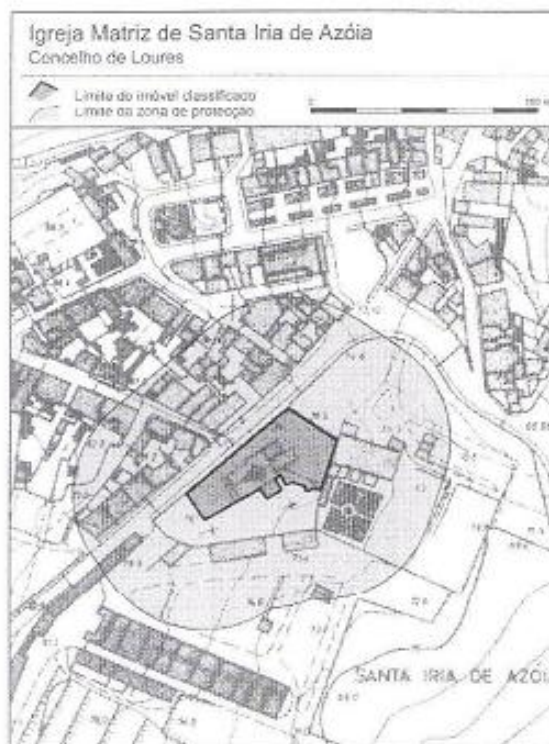
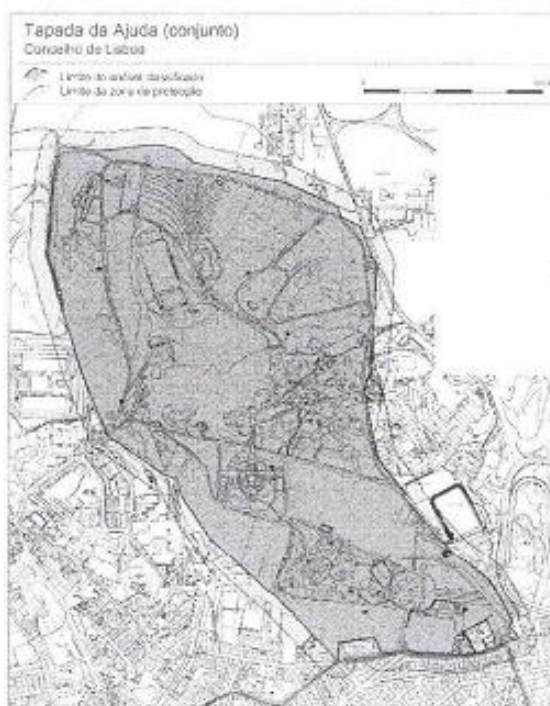
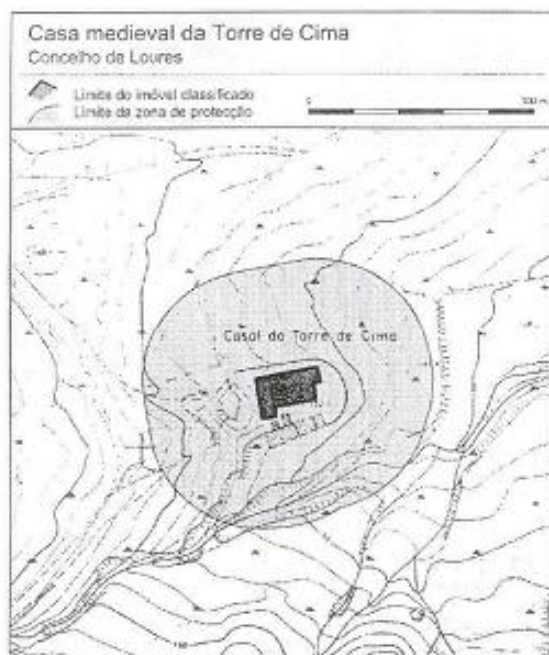
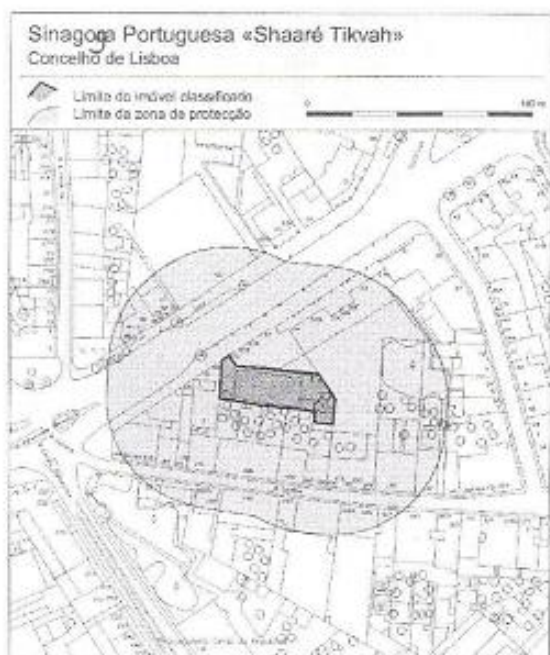
Município de Oeiras:

Edifício em Queijas, conhecido por «Vila Cacilda» ou «Casa de D. Miguel», na Rua da Quinta do Bonfim, 2 a 2-C, e na Rua de António Costa Macedo, Queijas, freguesia de Carnaxide;

Fornos de Cal (conjunto de cinco), na Rua dos Fornos, 9 a 15, Paço de Arcos, freguesia de Paço de Arcos.

Município de Sintra:

Convento de Sant'Ana da Ordem do Carmo e respectiva cerca, com acesso pela estrada Eugária-



Decreto-Lei nº140, de 15 de Junho de 2009

Diário da República, 1.ª série—N.º 113—15 de Junho de 2009

3653

2 — Perdem o mandato os membros da Comissão que faltarem, em cada ano civil, a três reuniões regularmente convocadas, salvo motivo justificado.

3 — A justificação de faltas deve ser apresentada, no prazo de cinco dias a contar do termo do facto justificativo, ao presidente da Comissão para sua apreciação.

4 — A perda do mandato torna-se efectiva com o despacho de exoneração do membro do Governo responsável pela área da cultura, publicado no *Diário da República*.

Artigo 26.º

Deliberações

1 — A Comissão delibera com a presença de cinco membros com direito a voto.

2 — As deliberações previstas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 21.º são tomadas por maioria qualificada de dois terços dos membros presentes com direito a voto.

3 — As deliberações referidas no número anterior devem ser fundamentadas.

Artigo 27.º

Funcionamento

1 — A Comissão reúne sempre que necessário para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 21.º, de acordo com as regras de funcionamento e a periodicidade previstas no respectivo regulamento interno.

2 — As regras de funcionamento da Comissão constam de regulamento interno proposto pela Comissão e aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, publicado no *Diário da República*.

3 — A Comissão pode organizar grupos de trabalho, em função das matérias a apreciar, sob proposta do respectivo presidente.

4 — O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., presta o apoio logístico, técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.

5 — Os membros da Comissão têm direito a senhas de presença, cujo montante e condições de atribuição são fixados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, publicado no *Diário da República*.

6 — Os membros da Comissão têm direito a ajudas de custo nos termos da lei.

CAPÍTULO IV

Disposições transitórias e finais

Artigo 28.º

Divulgação

O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., divulga na respectiva página electrónica:

a) A composição da Comissão, incluindo eventuais substituições ocorridas durante o mandato dos respectivos membros;

b) O regulamento interno previsto no n.º 1 do artigo anterior;

c) As deliberações referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 21.º;

d) O relatório anual de actividades da Comissão.

Artigo 29.º

Dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos nos termos dos artigos 6.º, 8.º e 17.º estão sujeitos ao regime previsto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

Artigo 30.º

Procedimento transitório

1 — Até à disponibilização do formulário electrónico previsto no n.º 1 do artigo 8.º e sem prejuízo dos elementos aí exigidos, o pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial é apresentado por escrito, em formulário próprio, ao Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., dirigido ao presidente da Comissão.

2 — O formulário referido no número anterior é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Março de 2009. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Fernando Teixeira dos Santos — Francisco Carlos da Graça Nunes Correia — Bernardo Luís Amador Trindade — José António Fonseca Vieira da Silva — Maria de Lurdes Reis Rodrigues — Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor — José António de Melo Pinto Ribeiro.

Promulgado em 4 de Junho de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 8 de Junho de 2009.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Decreto-Lei n.º 140/2009

de 15 de Junho

A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

O desenvolvimento do regime jurídico relativo aos estudos, projectos, obras ou intervenções em bens culturais classificados, ou em vias de classificação, pressupõe necessariamente a existência de um relatório prévio, elaborado por técnicos legalmente qualificados, em relação às obras ou intervenções, bem como o acompanhamento destas pela administração do património cultural competente e ainda a entrega de um relatório final.

As imposições normativas decorrentes dos artigos 45.º e 59.º da referida lei são objecto de concretização no presente diploma, com respeito pelas particularidades próprias da natureza dos bens. Assim, complementam-se as regras já existentes para os bens imóveis e cria-se um procedimento para os bens móveis protegidos.

As intervenções em bens imóveis obedecem às regras procedimentais do regime jurídico da urbanização e edificação, razão pela qual o presente diploma adapta aquelas regras às especificidades do património cultural imóvel de forma a facilitar a apreciação, por parte da administração autárquica e da administração central, da necessidade, pertinência e adequação das propostas de obras ou intervenções.

A obrigatoriedade do relatório prévio tem a virtualidade de promover a qualificação das obras ou intervenções e estimular o crescimento e especialização de vários sectores profissionais responsáveis pela sua elaboração, ao mesmo tempo que introduz um mecanismo de controlo prévio na realização de operações urbanísticas em relação aos bens culturais imóveis. Permite igualmente à câmara municipal e às entidades externas com participação no procedimento urbanístico uma ponderação mais célere das pretensões dos particulares.

Procura-se, deste modo, evitar os casos de decisões desfavoráveis por falta de elementos instrutórios necessários à apreciação dos riscos e benefícios das obras ou intervenções nos bens culturais protegidos e, simultaneamente, promover a indicação dos termos em que as decisões podem ser favoráveis, sempre que possível em função do cumprimento das orientações de valorização e de salvaguarda do património cultural.

Neste sentido, prevê-se também o mecanismo de prestação de informações complementares sempre que se revelem necessárias para a devida apreciação dos pedidos. Convida-se, deste modo, o proponente a suprir eventuais faltas do pedido que sejam relevantes à boa tomada de decisão, ainda numa fase prévia e sem desaproveitar o esforço empreendido para a abertura de um procedimento para a realização de obras ou intervenções em bens culturais. Procedimento este que se institui inovatoriamente em relação aos bens móveis, cumprindo-se assim o desígnio de efectiva salvaguarda de uma realidade diversificada de bens que espelham uma pluralidade de formas de expressão cultural.

É, aliás, esta inevitável diversidade que aconselha um razoável grau de discricionariedade administrativa na aferição das qualificações adequadas à realização de obras ou intervenções em bens que merecem uma tutela especial em função do seu reconhecido valor cultural. De facto, em muitas situações, só a consideração casuística das qualificações adquiridas, formalmente ou por experiência profissional, permite a análise adequada das propostas de obras ou intervenções no que respeita à conservação e restauro consoante a natureza dos bens.

O acompanhamento obrigatório das obras ou intervenções em bens culturais protegidos tem em conta o princípio da prevenção que norteia este diploma e as particularidades da realidade que conforma, face ao risco e à dificuldade inerentes aos trabalhos nos domínios da conservação e do restauro. Risco e dificuldades que crescem exponencialmente em função da grandeza ou complexidade das obras ou intervenções, razão pela qual se prevê a possibilidade de a Administração poder exigir um relatório intercalar nestas situações.

Sublinhe-se a importância atribuída pelo legislador ao relatório final, que sintetiza o processo seguido nas obras ou intervenções em bens culturais imóveis e móveis. Este relatório permitirá à Administração Pública dispor de registos permanentes e consultáveis sobre as técnicas e metodo-

logias utilizadas e estabelecer comparações e fundamentar decisões em função de experiências concretas.

Desta forma, supre-se uma importante lacuna em relação ao registo e arquivo das técnicas, das metodologias e dos tratamentos utilizados ao longo do tempo na salvaguarda do património cultural. Espera-se que o cumprimento do dever de elaboração do relatório final e o respectivo arquivo, por regra digitalizado, contribua para constituir a indispensável memória dos trabalhos de protecção e valorização do património cultural. Importa, por fim, realçar a importância do acervo documental a constituir para a investigação e desenvolvimento científicos nestes domínios.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1 — O presente decreto-lei estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

2 — O regime jurídico referido no número anterior abrange:

- a) Os bens culturais imóveis;
- b) Os bens culturais móveis;
- c) O património móvel integrado em bens culturais imóveis e identificado como tal no respectivo acto de classificação ou no acto de abertura do procedimento de classificação.

Artigo 2.º

Princípios gerais

1 — Os estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais obedecem aos seguintes princípios:

- a) Prevenção, garantindo como regra o carácter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e ponderação das obras ou intervenções e actos susceptíveis de afectar a integridade de bens culturais de forma a impedir a sua fragmentação, desfiguração, degradação, perda física ou de autenticidade;
- b) Planeamento, assegurando prévia, adequada e rigorosa programação, por técnicos qualificados para o efeito, dos trabalhos a desenvolver em bens culturais, respectivas técnicas, metodologias e recursos a empregar em sede de execução;
- c) Gradualidade, fazendo corresponder o nível de exigências e requisitos a fixar para as obras ou intervenções em bens culturais ao seu valor cultural e à forma de protecção de que são objecto;
- d) Fiscalização, promovendo o controlo das obras ou intervenções em bens culturais de acordo com os estudos e projectos aprovados;

e) Informação, através da divulgação sistemática e padronizada de dados sobre as obras ou intervenções realizadas em bens culturais para fins histórico-documentais, de investigação e estatísticos.

2 — A aplicação dos princípios referidos no número anterior subordina-se e articula-se com os princípios gerais da política e do regime de protecção e valorização do património cultural previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se por:

a) «Administração do património cultural competente» a entidade responsável pela abertura do procedimento de classificação;

b) «Bens culturais» os bens móveis e imóveis classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como o património móvel integrado;

c) «Relatório prévio» o relatório sobre a importância e a avaliação das obras ou intervenções cuja realização seja proposta em relação a bens culturais;

d) «Relatório intercalar» o relatório descritivo dos trabalhos efectuados, em curso e a realizar, fundamentando, nomeadamente, eventuais alterações no planeamento, técnicas, metodologias e execução em relação ao previsto em relatório prévio ou outros factos relevantes no âmbito das obras ou intervenções;

e) «Relatório final» o relatório de onde conste a natureza das obras ou intervenções realizadas, os exames e análise efectuados, as técnicas, as metodologias, os materiais e tratamentos aplicados, bem como documentação gráfica, fotográfica, videográfica ou outra sobre o processo seguido e o respectivo resultado;

f) «Património móvel integrado» os bens móveis de interesse cultural relevante ligados materialmente e com carácter de permanência a bem cultural imóvel, bem como os bens móveis que estejam afectos de forma duradoura ao seu serviço ou ornamentação.

CAPÍTULO II

Disposições comuns

Artigo 4.º

Relatório prévio

Para efeitos de apreciação de pedidos de parecer, aprovação ou autorização para obras ou intervenções em bens culturais é obrigatória a entrega do relatório prévio, sem prejuízo dos demais elementos previstos no âmbito do presente decreto-lei.

Artigo 5.º

Autoria do relatório prévio

1 — O relatório prévio é da responsabilidade de um técnico habilitado com formação superior adequada e cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico.

2 — A formação superior e a experiência profissional referidas no número anterior devem ser relevantes na res-

pectiva área de especialidade e no âmbito das obras ou intervenções em causa.

3 — Na elaboração do relatório prévio participam igualmente os técnicos especialistas competentes em função da natureza do bem cultural e do tipo de obras ou intervenções a realizar.

Artigo 6.º

Informações complementares

1 — A administração do património cultural competente pode solicitar informações complementares, apresentação de documentos ou de outros elementos para a apreciação do pedido de parecer, aprovação ou autorização, no prazo de 10 dias após a recepção do respectivo pedido.

2 — O pedido de informações complementares pela administração do património cultural competente suspende o prazo de decisão sobre pedido de parecer, aprovação ou autorização até à data da prestação daquelas.

3 — O interessado pode requerer a continuação do procedimento em alternativa à prestação das informações complementares prevista no número anterior.

Artigo 7.º

Vistoria prévia

1 — A administração do património cultural competente realiza vistoria prévia em relação ao bem cultural objecto de pedido de parecer, aprovação ou autorização sempre que o considerar necessário para aferir da necessidade e adequação das obras ou intervenções, no prazo de 15 dias após a recepção do relatório prévio.

2 — A vistoria é obrigatória e realizada no prazo de 20 dias após a recepção do relatório prévio quando as obras ou intervenções tenham por objecto bens culturais classificados de interesse nacional.

3 — A vistoria é realizada dentro do prazo previsto para a decisão do pedido de parecer, aprovação ou autorização de obras ou intervenções.

4 — A vistoria deve ser realizada, sempre que possível, por técnico com qualificações, no mínimo, equivalentes às exigidas para a autoria do relatório prévio.

5 — A omissão de vistoria prévia prevista nos números anteriores não dispensa a apreciação, pela administração do património cultural competente, do pedido de parecer, aprovação ou autorização realizado ao abrigo do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

Artigo 8.º

Acompanhamento

1 — As obras ou intervenções em bens culturais são objecto de acompanhamento pelos serviços da administração do património cultural competente.

2 — O acompanhamento compreende as diligências necessárias, podendo consistir na realização de exames, vistorias, fiscalização técnica, avaliações ou peritagens.

3 — Para efeitos do número anterior, o proprietário, o possuidor e demais detentores de direitos reais, bem como o responsável pela direcção das obras ou intervenções, devem facultar o acesso aos bens sempre que a administração do património cultural competente o solicite.

Artigo 9.º

Relatório intercalar

1 — A administração do património cultural competente determina a elaboração de relatório intercalar e indica o prazo para a respectiva entrega, quando:

- a) As diligências realizadas no âmbito do acompanhamento referido no artigo anterior o justifiquem;
- b) Obras ou intervenções de grande dimensão ou complexidade o aconselhem.

2 — O relatório intercalar é elaborado pelo responsável pela direcção das respectivas obras ou intervenções.

Artigo 10.º

Relatório final

1 — O relatório final é obrigatório relativamente às obras ou intervenções em bens culturais.

2 — O responsável pela direcção das obras ou intervenções deve elaborar e enviar o relatório final à administração do património cultural competente no prazo de 30 dias após a conclusão dos trabalhos.

Artigo 11.º

Elementos do relatório final

1 — O relatório final contém:

- a) Os elementos do relatório prévio;
- b) A justificação dos desvios verificados em sede de execução;
- c) A avaliação dos Impactes das obras ou intervenções realizadas no bem cultural;
- d) Os exames e análises realizados, as técnicas, metodologias, materiais e tratamentos aplicados;
- e) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe, do processo seguido e do resultado final dos trabalhos;
- f) Plano de monitorização, inspecção e manutenção a realizar em relação ao bem cultural objecto das obras ou intervenções.

2 — A administração do património cultural competente pode solicitar, sempre que necessário, elementos adicionais a integrar o relatório final, no prazo de 20 dias.

3 — O responsável pela direcção das obras ou intervenções envia os elementos referidos no número anterior à administração do património cultural competente no prazo de 30 dias após a recepção do respectivo pedido.

Artigo 12.º

Arquivo

1 — O arquivo, tratamento e disponibilização da informação relativa às obras ou intervenções realizadas é da responsabilidade da administração do património cultural competente.

2 — O sistema de arquivo, tratamento e disponibilização da informação referida no número anterior é fixado por despacho normativo do membro do Governo responsável pela área da cultura, em função da natureza e do tipo dos bens culturais.

CAPÍTULO III

Bens culturais imóveis

Artigo 13.º

Relatório prévio para bens culturais imóveis

O pedido de informação prévia, de licença ou a consulta prévia previstos no regime jurídico da urbanização e edificação em relação a obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação de bens culturais imóveis incluem obrigatoriamente o relatório prévio.

Artigo 14.º

Autoria do relatório prévio para bens culturais imóveis

Aplica-se à autoria do relatório prévio relativo a obras ou intervenções em bens culturais imóveis o disposto no artigo 5.º, sem prejuízo das habilitações académicas específicas previstas em legislação própria.

Artigo 15.º

Elementos do relatório prévio para bens culturais imóveis

O relatório prévio incide, nomeadamente, sobre os seguintes aspectos:

- a) Critérios que fundamentem as obras ou intervenções de reconstrução, ampliação, alteração e conservação propostas;
- b) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do imóvel, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta, designadamente o interesse histórico, arquitectónico, artístico, científico, social ou técnico;
- c) Compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes;
- d) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas;
- e) Consequências das obras ou intervenções no património arqueológico;
- f) A utilização proposta para o imóvel;
- g) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas;
- h) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe do interior e do exterior.

CAPÍTULO IV

Bens culturais móveis

Artigo 16.º

Autorização

As obras ou intervenções em bens culturais móveis, bem como em património móvel integrado, são obrigatoriamente sujeitas à autorização da administração do património cultural competente.

Artigo 17.º

Pedido de autorização

O pedido de autorização é instruído com os seguintes elementos:

- a) Identificação do proprietário, do possuidor e demais detentores de direitos reais sobre o bem objecto das obras ou intervenções;

- b) Relatório prévio;
- c) Comprovativo das qualificações exigidas ao responsável pela direcção das obras ou intervenções;
- d) Composição e currículos profissionais dos elementos da equipa técnica;
- e) Prazo de execução e orçamento previstos.

Artigo 18.º

Autoria do relatório prévio para bens culturais móveis

1 — O relatório prévio relativo a obras ou intervenções de conservação e restauro em bens culturais móveis é da responsabilidade de um técnico habilitado com formação superior de cinco anos em conservação e restauro e cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico.

2 — A formação superior e a experiência profissional referidas no número anterior devem ser relevantes na respectiva área de especialidade e no âmbito das obras ou intervenções em causa.

3 — A administração do património cultural competente pode, a título excepcional e de forma fundamentada, admitir técnicos com qualificações académicas inferiores às exigidas no presente decreto-lei para a elaboração do relatório prévio relativo a obras ou intervenções em bens culturais móveis desde que adequadas para o efeito e sem prejuízo de um mínimo de cinco anos de experiência profissional na respectiva área de especialidade.

Artigo 19.º

Elementos do relatório prévio para bens culturais móveis

1 — O relatório prévio incide, nomeadamente, sobre os seguintes aspectos:

- a) Identificação e localização do bem;
- b) Histórico de obras ou intervenções no bem;
- c) Diagnóstico do estado de conservação;
- d) Âmbito e objectivos das obras ou intervenções;
- e) Adequação das obras ou intervenções em relação às características do móvel, ou património móvel integrado, tendo em conta o grau de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, bem como o interesse cultural que a fundamenta;
- f) Caracterização das técnicas, metodologias e tratamentos propostos, bem como dos materiais a utilizar, e compatibilidade com os materiais existentes;
- g) Avaliação dos benefícios e riscos das obras ou intervenções propostas;
- h) Bibliografia e fontes documentais relevantes no âmbito das obras ou intervenções propostas;
- i) Levantamento fotográfico ou videográfico geral, de conjunto e de detalhe.

2 — Para além dos elementos previstos no número anterior, são fixados por portaria do membro do Governo responsável pela área da cultura outros elementos que se revelem necessários, designadamente em relação aos patrimónios arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico.

Artigo 20.º

Decisão

1 — A administração do património cultural competente decide o pedido de autorização no prazo de 40 dias.

2 — O prazo referido no número anterior é prorrogável, por igual período e por uma só vez, nos casos de obras ou intervenções de grande dimensão ou complexidade.

Artigo 21.º

Indeferimento

1 — O pedido de autorização é indeferido quando:

a) O requerente instrua o pedido sem os elementos previstos no artigo 17.º e não supra as deficiências no prazo determinado para o efeito, nunca inferior a 10 dias;

b) A administração do património cultural competente considere insuficientes ou inadequadas as qualificações ou a experiência profissional do responsável pela direcção das obras ou intervenções ou da respectiva equipa técnica.

2 — Nas situações de indeferimento com base no disposto na alínea b) do número anterior, o requerente pode propor a substituição do responsável pela direcção das obras ou intervenções, ou da respectiva equipa técnica, aproveitando-se neste caso os demais elementos entregues com o pedido.

Artigo 22.º

Direcção e execução

1 — A direcção de obras ou intervenções de conservação e restauro em bens culturais móveis é aplicável o disposto no artigo 18.º com as necessárias adaptações.

2 — A execução das obras ou intervenções é realizada por técnicos com qualificação e experiência adequadas nas respectivas áreas de especialidade.

3 — A alteração do director das obras ou intervenções autorizadas depende de prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.

4 — Para efeitos do número anterior, a administração do património cultural competente pronuncia-se no prazo de 15 dias a contar da data de entrada do pedido.

Artigo 23.º

Alterações supervenientes

As alterações não previstas nos estudos e projectos de obras ou intervenções autorizados devem ser de imediato comunicadas à administração do património cultural competente.

Artigo 24.º

Suspensão dos trabalhos

1 — Sempre que se verifiquem na execução dos trabalhos situações que desvirtuem ou prejudiquem de alguma forma os bens culturais móveis, aqueles devem ser imediatamente suspensos pelo responsável pela direcção das obras ou intervenções.

2 — A suspensão dos trabalhos é comunicada pelo responsável pela direcção das obras ou intervenções à administração do património cultural competente no prazo de 48 horas.

3 — A administração do património cultural competente deve determinar o prosseguimento dos trabalhos autorizados logo que cessem as razões que justificaram a sua suspensão.

4 — O proprietário, possuidor ou demais detentores de direitos reais sobre o bem cultural objecto de obras ou intervenções pode solicitar o prosseguimento dos trabalhos nos termos do disposto no número anterior mediante pedido fundamentado.

Anexo IV - Contributo da *Carta de Veneza*, *Carta de Florença* e *Carta de Burra*:

A *Carta de Veneza*, a *Carta de Florença* e a *Carta de Burra* são documentos essenciais que servem de apoio para o desenvolvimento deste trabalho. As recomendações e definições presentes nos seus artigos foram consideradas nos Capítulos 4 e 5.

Significado Cultural é definido como “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, actual ou futuras”, sinónimo de “significado patrimonial, de valor cultural ou valor patrimonial” (ICOMOS Austrália, 1999, *Carta de Burra*).

A definição do Valor Patrimonial de um espaço/sítio, está dependente do facto da conservação desse espaço/sítio implicar o seu conhecimento e identificação, tendo em conta “todos os aspectos do significado cultural e natural sem dar ênfase injustificada a qualquer valor individual, à custa dos outros” (ICOMOS Austrália, 1999, *Carta de Burra*).

Para o presente trabalho, é importante fazer referência ao artigo 6º onde está determinado que o “significado cultural de um sítio, e outras questões que afectem o seu futuro, ficam melhor compreendidos por uma sequência de recolha de análise e de informações antes da tomada de decisões. Primeiro vem a compreensão do significado cultural, depois o desenvolvimento da política e, finalmente, a gestão do sítio de acordo com essa política.” (ICOMOS Austrália, 1999, *Carta de Burra*).

De acordo com os seguintes documentos, são definidos os conceitos de:

Reabilitação – Consiste na atribuição de um novo uso que implique alterações mínimas aos seus diversos materiais, elementos, espaços ou relações espaciais, preservando assim o carácter histórico da propriedade (ICOMOS, 1964, *Carta de Veneza*)

Restauro – É uma operação que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos do monumento e baseia-se no respeito pelos materiais originais e em documentos autênticos. O restauro pára onde começa a hipótese: ao nível das reconstituições conjecturais, todo o trabalho de complemento que se reconheça indispensável por razões estéticas ou técnicas depende da composição arquitectónica e possuirá a marca do nosso tempo. O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento (ICOMOS, 1964, *Carta de Veneza*, artigo 9º).

Os elementos destinados a substituir as partes em falta devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre as partes originais, a fim de que o restauro não falseie o documento de arte e de história (ICOMOS, 1964, *Carta de Veneza*, artigo 12º).

O restauro só pode ser efectivado se existirem dados suficientes que testemunhem um estado anterior da substância do bem e se o restabelecimento desse estado conduzir a uma valorização da significação cultural do referido bem. Nenhuma empreitada de restauro deve ser empreendida sem a certeza de existirem recursos necessários para isso (ICOMOS Austrália, 1999, *Carta de Burra*, artigo 13º).

A obra de restauro deve respeitar as sucessivas fases de evolução que o jardim em questão atravessou. Em principio, não se deve conceber maior relevância ou prioridade a um período em detrimento dos demais, a não ser em casos excepcionais em que o estado de degradação ou de

destruição que afecte certas partes do jardim seja de tal envergadura que seja adequada a sua recuperação, a qual se deve basear nos vestígios que subsistirem ou numa evidência documental irrefutável. Essa reposição pode ter mais sentido nas partes do jardim mais próximas do edifício principal, de modo a realçar o significado no conjunto do desenho (ICOMOS, 1982, Carta de Florença, artigo 16).

Conservação – É o processo que possibilita a permanência e o uso de um jardim histórico. Pretende-se com a sua aplicação, a protecção e manutenção da integridade histórica e da sensibilidade do local.

A conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos. Os elementos de escultura, pintura ou de decoração que fazem parte integrante do monumento não podem ser separados, a não ser quando esta seja a única medida susceptível de assegurar a sua conservação (ICOMOS, 1964, Carta de Veneza, artigos 4º e 8º).

O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 1º).

A conservação baseia-se no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente. Na conservação de qualquer bem deve ser levado em consideração o conjunto de indicadores de sua significação cultural; nenhum deles deve ser revestido de uma importância injustificada em detrimento dos demais (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigos 3º e 5º).

Manutenção – Consiste na aplicação diária de programas necessários à permanência dos atributos e integridade do jardim.

O termo manutenção designará a protecção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A reparação implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada práticas (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 1º).

A prática de manutenção e conservação, cuja oportunidade é imposta pela estação, ou as curtas operações que concorrem para lhe restituir a autenticidade devem ter sempre prioridade sobre as servidões ao uso. A organização de qualquer visita a um jardim histórico deve submeter-se a regras de conveniência próprias à manutenção do espírito do lugar (ICOMOS, 1982, Carta de Florença, artigo 21º).

Preservação – Enquanto filosofia, defende o princípio de manter o jardim no seu estado existente e salvaguardar, tanto quanto possível, a ocorrência de degradações e/ou transformações.

A preservação será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada. A preservação impõe-se nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação cultural específica, assim como nos casos em que há insuficiência de dados que permitam realizar a conservação sob outra forma (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigos 1º e 11º).

A preservação limita-se à protecção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente. Não poderão ser admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 12º).

Reconstrução - A reconstrução será o restabelecimento, com o máximo de exactidão, de um estado anterior conhecido; ela distingue-se pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações. – a adaptação será o agenciamento de um bem a uma nova destinação sem a destruição de sua significação cultural (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 1º). A reconstrução deve ser efectivada quando constituir condição *sine qua non* de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 17º). A reconstrução deve se limitar à colocação de elementos destinados a completar uma entidade desfalcada e não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 18º).

Procedimentos

Segundo a carta de Burra, qualquer intervenção prevista em um bem deve ser precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros. Qualquer transformação do aspecto de um bem deve ser precedida da elaboração, por profissionais, de documentos que perpetuem esse aspecto com exactidão (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 23º).

Os estudos que implicam qualquer remoção de elementos existentes ou escavações arqueológicas só devem ser efectivados quando forem necessários para a obtenção de dados indispensáveis à tomada de decisões relativas à conservação, do bem e/ou à obtenção de testemunhos materiais fadados a desaparecimento próximo ou a se tomarem inacessíveis por causa dos trabalhos obrigatórios de conservação ou de qualquer outra intervenção inevitável (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 24º). Qualquer acção de conservação a ser considerada deve ser objecto de uma proposta escrita acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com provas documentais de apoio (fotos, desenhos, amostras, etc.) (ICOMOS Austrália, 1999, Carta de Burra, artigo 25º).